

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O PERCURSO DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL
(um estudo de caso)

Cynara Maria da Silva Santos

Maceió-AL
2009

CYNARA MARIA DA SILVA SANTOS

**O PERCURSO DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL
(um estudo de caso)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Anamelea de Campos Pinto.

Maceió/AL
2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S237p Santos, Cynara Maria da Silva.
O percurso da inclusão à emancipação digital / Cynara Maria da Silva Santos,
2009.
116 f. : il.

Orientadora: Anamélia de Campos Pinto.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de
Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação
Brasileira. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. [99]-102.
Anexos: f. 103-116.

1. Tecnologia educacional. 2. Inclusão digital. 3. Emancipação digital.
4. Telecentros. 5. Tecnologia da informação. 5. Cidadania. I. Título.

CDU: 37.018.43

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação aprovada em sua forma final na defesa do tema com o Título: **O PERCURSO DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL (um estudo de caso).**

Autor: Cynara Maria da Silva Santos

Título: **O PERCURSO DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL (um estudo de caso).**

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Anamelea de Campos Pinto
Orientadora

Prof. Dr. Luis Paulo Leopoldo Mercado

Prof^a. Dr^a. Maria Francisca Oliveira Santos

Prof. Dr. Henrique Nou Schneider

Data de Aprovação: 31/8/2009.

DEDICATÓRIA

Aos meus amores Thompson Olegário (esposo)
e Luka Thompson Olegário (filho), por todo o
nosso amor.

Thoninho, por trás de todas as minhas vitórias,
haverá sempre o brilho do seu nome.

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz da minha vida.

Aos meus anjos de luz.

Ao meu pai, Bianôr Olegário, por sempre ter sido meu principal incentivador e financiador em todas as fases da minha vida, e por nunca negar apoio e compreensão quando solicito e digo: “Pai, estou precisando de você”.

À minha mãe, Maria José Santos, minha primeira Mestra e exemplo de professora e de servidora pública, comprometida e obstinada por sua missão de educar.

Ao Thompson, meu marido, amigo e amor, que, nesta trajetória, soube compreender, como ninguém, a fase pela qual eu estava passando. Durante a realização deste trabalho, sempre tentou entender as minhas dificuldades, as minhas ausências, procurando se aproximar de mim, através da própria dissertação, com suas correções, questionamentos e reflexões, levando-me sempre à busca de aprofundar ainda mais a minha temática pesquisada. E, acima de tudo, pela paciência nas incontáveis horas de ansiedade e trabalho, por me fazer acreditar sempre que tudo daria certo. E me trazer a calma com carinho sempre quando mais precisei. Agradeço-lhe, carinhosamente, por tudo isso.

Ao meu filho amado, Luka Thompson, pela compreensão e ternura sempre manifestadas, apesar do “débito” de atenção, e pela excitação e orgulho com que sempre reagiu aos resultados acadêmicos da “mãe” ao longo dos anos do Mestrado. E que sempre perguntava: “Já acabou”? E nos momentos de inquietações e inseguranças me acalentava, dizendo:

“Calma, mãe, não precisa chorar não”. E nos dias que dormia, e acordava e ainda me via no computador sempre me aconselhava com a sua sabedoria infantil: “Mãe, a senhora precisa descansar”. “Obrigada, filho, por seu sorriso lindo e seu olhar de admiração, que sempre me acalmava e me dava a certeza de que todo o entusiasmo, seriedade e empenho que tentei transferir para esse trabalho lhe serviria de estímulo ou exemplo para que, quando crescer, possa fazer por você sempre mais e melhor.

Aos meus irmãos Cynira Senna e Bianôr Jr., companheiros de todas as horas.

Ao meu mestre, sogro, segundo pai e amigo, Prof. Benedito Olegário, por todas as longas horas de conversas e conselhos intermináveis, a quem devo toda minha admiração e apreço.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAL, especialmente, à Profª. Drª. Anamelea de Campos Pinto, minha orientadora, por toda sua contribuição, atenção e carinho.

Ao Prof. Dr. Luis Paulo Leopoldo Mercado, por sua relevante contribuição e incentivo.

Ao Prof. Eraldo Ferraz e à Profª. Ms. Maria Aparecida Viana, que foram amigos e companheiros na construção deste trabalho.

À Profa. Ms. Elza Maria da Silva, pela simpatia, simplicidade e atenção em todos os momentos que necessitei. Elzinha, muito obrigada!

Aos colegas do Mestrado da turma 2007.

Em especial, aos amigos da turma do Mestrado 2008, a quem quero agradecer de forma muito carinhosa pelas parcerias nas produções de artigos publicados, pelas viagens aos Congressos afora e também por sempre disponibilizarem um ombro amigo nos momentos de fragilidade e incertezas. Quero destacar: a amiga Jivaneide Costa, o amigo Carloney Oliveira, o amigo Ivanderson Pereira e a amiga Luzia Rocha.

À amiga e vizinha Chiara Maria Costa, pela ajuda pontual, amizade e atenção dispensada em todos os momentos em que a solicitei, sem nunca ter me dado um único não. Obrigada, amiga, por sua simplicidade e disponibilidade.

A todos que fazem à ONG Mulungu, com grande destaque e admiração aos amigos Allan Ridd e Cássio Costa.

Aos integrantes do Telecentro Mulungu Digital (coordenadores, instrutores e alunos) e em especial ao coordenador e amigo Luís Carlos.

Aos colegas do curso de Mestrado de todas as linhas de Pesquisas e aos dos anos anteriores.

Também gostaria de incluir, de forma bastante especial, o nome da auditora e amiga Glória Cortez: foi sorte ter ela cruzado meu caminho acadêmico nesta etapa de conclusão de Mestrado, varando sempre nossas discussões madrugada afora, pelas inesquecíveis contribuições.

À Profa. Dr^a. Maria Francisca Oliveira Santos, por sua colaboração e atenção.

Ao Prof. Dr. Henrique Nou Schneider, por suas orientações e colaboração.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização de mais um sonho, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O estudo aborda a inclusão digital e suas políticas com ênfase na emancipação digital em Alagoas. Foram utilizados os conceitos de Telecentros, que oferecem informação, conhecimento, qualificação profissional e cultura, mediante o emprego da tecnologia digital, que é a essência para o desenvolvimento de seus frequentadores, para se ter como resultado a emancipação digital. Sustenta-se e ratifica-se que a emancipação digital inclui o indivíduo para a emancipação de direito e social. Realizou-se o estudo de caso no Telecentro Mulungu Digital, no qual foi também percebido que este oferece uma parcela de contribuição para os seus frequentadores, o que, é fundamental para a garantia de sobrevivência neste mercado competitivo, onde a geração de emprego e renda exige que o domínio digital e a emancipação sejam colocados em prática diariamente. O objetivo geral foi investigar indicadores presentes na operacionalidade de projeto de inclusão digital no Telecentro Mulungu Digital, procurando identificar e analisar as contribuições desse espaço comunitário, mediado pelo uso do computador, no processo de resgate da cidadania de moradores em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em uma comunidade de Maceió. Já os específicos estão voltados para as abordagens bibliográficas e para o estudo de caso: descreve-se a inclusão digital; relatam-se processos e ações de inclusão digital no Estado de Alagoas; analisa-se a inclusão social e demonstra-se o elemento essencial para um processo de emancipação; compara-se a exclusão digital a partir da análise dos baixos índices de inclusão digital através do IDH e aborda-se uma tentativa de conceituar a emancipação digital, após todas as análises comparativas do conceito de emancipação. A metodologia utilizada foram as literaturas existentes e o estudo de caso no Telecentro Mulungu Digital, que direcionaram este estudo de natureza descritiva, com objetivos qualitativos e quantitativos e com métodos estatísticos e técnicas de entrevista. Os dados foram tabulados e serviram de instrumentos científicos aos resultados. Obteve-se como resultado do estudo que os frequentadores do telecentro em questão atuam com a inclusão e a emancipação digital. Diante desse resultado, tenta-se conceituar a emancipação digital, integrando-a com a do direito, em virtude de a emancipação digital inserir o indivíduo com o uso das TIC no mercado de trabalho. Espera-se gerar uma conjuntura no que se refere aos benefícios oferecidos pelos Telecentros em Maceió. Para satisfazer os objetivos da pesquisa, e após a aprovação desta, este trabalho será divulgado na mídia com uma síntese geral da temática pesquisada.

Palavras-chave: Inclusão Digital - Emancipação Digital -Telecentro - TIC - Cidadão.

ABSTRACT

The study addresses the digital divide and its policies with emphasis on digital emancipation in Alagoas. We used the concepts of Telecentres, providing information, knowledge, professional skills and culture, through the use of digital technology, which is the essence for the development of their goers, to result in the digital emancipation. It is held and confirms that the digital emancipation includes the individual for the emancipation of law and social. The survey is a case study in the Telecentre Mulungu Digital, which was also noticed that it offers a portion of their contribution to the regulars, which is key to ensuring survival in this competitive market, where job creation and income requires that the digital domain and emancipation is put into practice daily. The overall objective was to investigate the characteristics present in the operational design of digital inclusion in the Telecentre Mulungu Digital, seeking to identify and analyze the contributions of community space, mediated by the use of computers in the process of restoring citizenship to residents in areas with low Human Development Index (HDI) in a community of Maceio. Now the specifics are oriented approaches to literature and the case study: describes the digital divide, we report the actions and processes of digital inclusion in the State of Alagoas, analyzes the social inclusion and demonstrates the essential for a process of emancipation, compares the digital divide from the analysis of low levels of digital inclusion through the HDI and addresses is a tentative concept of digital emancipation, after all the comparative analysis of the concept of emancipation. The methodology used was the existing literature and a case study in the Telecentre Digital Mulungu, who directed the study of descriptive nature, with quantitative and qualitative objectives and statistical methods and interview techniques. The data were tabulated and served as instruments for scientific results. Was obtained as a result of the study that the regulars of the telecentre in question work with the digital inclusion and empowerment. Given this result, attempts to characterize the digital empowerment, integrating it with the law, because of the emancipation digital insert the individual with the use of ICT in the labor market. Expected to generate an environment with regard to the benefits offered by Telecentres in Maceio. To meet the research objectives, and after its approval, this work will be reported in the media with an overview of the research theme.

Keywords: Digital Inclusion - Emancipation Digital -Telecentre - ICT - Citizen.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APL - Arranjos Produtivos Locais

BB - Banco do Brasil

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDI - Comitê de Democratização de Informática

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CTCNET - Community Technology Centers Network

CVTS - Centros Vocacionais Tecnológicos

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EUA- Estados Unidos da América

FBB - Fundação Banco do Brasil

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

GESAC - Conectividade Subsidiada Via Satélite

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDD- Índice de Discriminação Digital

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ID- Inclusão Digital

ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

ORKUT - Rede Social de Relacionamento

PIDS - Pontos de Inclusão Digital

PIS - Programa de Integração Social

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODEEM - Programas de Eletrificação por Painéis Fotovoltaicos em Escolas Rurais

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação

PROJETO CI - Projeto Computadores para Inclusão

PROTO-PIDS - Potenciais Pontos de Inclusão Digital

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

RITLA - Tecnológica Latino-Americana

RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SEMED- Secretaria Municipal de Educação de Maceió

SOCINFO - Programa da Sociedade de Informação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TIN - Telecentros de Informação e Negócios

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UIT - União Internacional de Telecomunicações

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Telecentro da Prefeitura de São Paulo	28
Figura 2 - Telecentro na Cidade de São Paulo	28
Figura 3 - Telecentro na Cidade de São Paulo	28
Figura 4 - IDH por Região	38
Figura 5 - Mapa por Potenciais Pontos de Inclusão Digital – PID no Brasil	59
Figura 6 - Mapa por PID em Alagoas	59
Figura 7 - PID no Brasil apoiados pelos Programas/Projetos	61
Figura 8 – Total de PID por Estado	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Entrevistados que Frequentam Escolas - Maceió – 2009.....	71
Tabela 2 – Situação Ocupacional	72
Tabela 3 - Impedimento em ter um Trabalho Remunerado - Maceió/AL-2009	73
Tabela 4 - Entrevistados que Utilizam a Internet – Maceió/2009	74
Tabela 5 - Participação dos Entrevistados em Cursos de Informática – Maceió/ 2009	75
Tabela 6 - Cursos de Informática dos Entrevistados com Cursos no Telecentro Mulungu Digital – Maceió/ 2009.....	76
Tabela 7 – Acesso ao Computador na Comunidade pelos Entrevistados – Maceió /2009	78
Tabela 8 - Os Entrevistados se Sentem Incluídos Digitalmente? – Maceió/2009.....	79
Tabela 9 - Importância de Uso do Computador – Maceió/2009	80
Tabela 10 - Acesso dos Entrevistados à Internet – Maceió/2009.....	82
Tabela 11 - O que Costuma Fazer Quando não está no Telecentro?.....	84
Tabela 12 – Você Utiliza o Computador de Forma Segura, com Domínio de suas Ferramentas?.....	85
Tabela 13 – Os Cursos oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital Favoreceram o seu Ingresso no Mercado de Trabalho?.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Total de PID Por Região	61
Gráfico 2 - Quantidade de Entrevistados.....	72
Gráfico 3 - Situação Ocupacional dos Entrevistados em Maceió /2009	73
Gráfico 4 - Impedimento dos Entrevistados em ter um Trabalho Remunerado - Maceió/AL-2009	74
Gráfico 5 - Entrevistados que Utilizam a Internet – Maceió/ 2009.....	75
Gráfico 6 - Participação dos Entrevistados em Cursos de Informática – Maceió/ 2009	76
Gráfico 7 - Cursos de Informática dos Entrevistados Efetuados no Telecentro Mulungu Digital – Maceió/2009.....	77
Gráfico 8 - Acesso ao Computador na Comunidade pelos Entrevistados– Maceió/2009	78
Gráfico 9 – Os Entrevistados se Sentem Incluídos Digitalmente? – Maceió /2009.....	80
Gráfico 10 - Importância de Uso do Computador – Maceió /2009	81
Gráfico 11 - Acesso dos Entrevistados à Internet – Maceió/2009.....	82
Gráfico 12- Atividades Fora do Telecentro	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparativo Inclusão x Exclusão Digital	43
Quadro 2 Índices do Uso de Computadores em Residências	44
Quadro 3.- Quadro de Possibilidades da Inclusão e Emancipação Digital	56
Quadro 4- Número de Entrevistados por Comunidades Atendidas pelo Telecentro – Maceió/2009.	70
Quadro 5 - Atividades Realizadas pelos Entrevistados no Computador –Maceió/2009	80
Quadro 6 - Atividades que os Entrevistados Realizam nas Horas Vagas – Maceió /2009.	83
Quadro 7 - Necessidades da Comunidade	83
Quadro 8- CAGED 2009	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - INCLUSÃO DIGITAL	22
1.1 Inclusão Digital: conceitos	22
1.2. Política de Inclusão Digital no Brasil	25
1.2.1 Programas de Inclusão Digital do Governo Federal	30
1.3 Telecentros.....	34
1.4 O IDH e os Telecentros	36
CAPÍTULO II - PROCESSOS E AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE ALAGOAS	40
2.1 Panorama da Inclusão Digital em Alagoas.....	41
2.2 Inclusão Digital em Alagoas - um movimento urgente e necessário	48
2.3 Estado de Alagoas: destaque no <i>ranking</i> dos excluídos digitais	49
CAPÍTULO III - EMANCIPAÇÃO DIGITAL	51
3.1 Uma Abordagem	51
3.2 Telecentros: emancipação digital	56
CAPÍTULO IV - INVESTIGAÇÃO: ABORDAGEM METODOLÓGICA	65
4.1 Os fundamentos da pesquisa.....	65
4.2 Universo da Pesquisa.....	68
4.3 Amostra da Pesquisa.....	69
4.4 Caracterização do Cenário da Pesquisa	70
4.5 Discussões dos Dados e Resultado da Pesquisa	86
4.5.1 Proposta para conceituar emancipação digital.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da trajetória profissional da pesquisadora com suas atividades centradas na área das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (TIC), e interesse de pesquisa voltado para os estudos da inclusão digital. O horizonte deste trabalho deve ser visto como um estudo feito por uma profissional que, desde 1996, vem passando por um processo de inclusão digital e que acredita ser o computador mais do que uma ferramenta inclusiva, pois não somente faculta acesso aos meios tecnológicos de uma sociedade, valorizando o conhecimento globalizado e a informação, mas também propicia a sua emancipação digital, social e cidadã.

Evidencia-se que a evolução da tecnologia da informação criou a Internet, que, por sua vez, concentrou conhecimentos, ocasionando um diferencial entre pessoas que têm acesso a esses conhecimentos e as que não os possuem. Eis a razão por que isso é um fator preponderante na quantidade e qualidade de conhecimento que cada um absorve, ou que acessa de forma mais abrangente, podendo representar a capacidade de o indivíduo desenvolver suas atividades e habilidades diante do acesso ou não dos meios tecnológicos.

Quando o cidadão não tem oportunidade de utilizar os meios tecnológicos atuais, sente-se excluído do mundo digital, desfavorecido ou depreciado diante das exigências do mundo atual. De certa forma, o fato de uma população com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ ter acesso às TIC, computadores e Internet, uma tecnologia considerada de última geração, resgata sua cidadania, dando-lhe a oportunidade de adquirir um conhecimento que, de outra forma, não conseguiria. Tudo isso conduz à melhoria da inserção social dessas pessoas e ao aumento de sua autoestima, ao se tornar um cidadão produtivo.

Dessa forma, muitas coisas foram produzidas na vida profissional desta pesquisadora desde 1996, quando foi adquirido o seu primeiro computador e trabalhava exclusivamente com informática educacional e profissionalizante na iniciativa privada. Várias ações foram focadas para o desenvolvimento, conhecimento profissional e intelectual. Antes, não havia maturidade profissional bastante para enxergar as potencialidades do acesso à

¹ Índice criado pelo PNUD e calculado para diversos países desde 1990. Foi originariamente proposto para medir a diferença entre países e adaptado para ser aplicado também aos Estados e municípios. O índice vai de 0 a 1 — quanto mais perto do 1, maior o desenvolvimento humano.

tecnologia. Com o passar dos anos e trabalhando também com informática na iniciativa pública, questões relacionadas à maneira de acesso ou não às TIC e à falta de acesso, que influenciam a vida social e profissional de um indivíduo, constituíam pontuações que passaram a causar certo desassossego. Essa inquietação acerca de quem possuía ou não acesso a computadores e à Internet foi o que motivou a busca da temática pesquisada. Abriu-se, assim, uma visão diante das pessoas carentes de condições para possuir um curso básico de informática, pois essa situação as deixaria fora do mercado de trabalho.

Atualmente, na sociedade, o não acesso a computadores exclui as pessoas também desse mercado. Logo após o meu ingresso no serviço público, a questão da inclusão digital (ID) me incomodou ainda mais, por trabalhar em uma comunidade carente e perceber a ausência de perspectivas reais de futuro para as famílias, às quais os meus alunos pertenciam. Nesse ambiente de trabalho, assistia à falta para os pais e jovens do acesso à escola, à saúde, ao emprego e ao lazer, restando apenas uma situação de miserabilidade, fome e sofrimento, o que os pode levar à condição do desemprego, da droga e do crime.

Diante disso, não poderia me posicionar simplesmente como mera espectadora do caos que se instalava à minha volta. Fazia questionamentos acerca da falta de políticas públicas e de ações concretas que poderiam minimizar a angústia daquelas pessoas.

Com esse olhar de inquietude e, por ser atuante nessa área, certo colega de trabalho da época, então presidente de uma Organização Não Governamental (ONG), me convidou para participar de um projeto de forma voluntária, no qual me foi solicitada a elaboração de um projeto de inclusão digital a fim de conseguir computadores para a comunidade à qual a ONG Mulungu ²pertencia, estando bem próximo da escola em que trabalhavam. Assim, surgiu em 2005 o Telecentro Mulungu Digital³, que funciona em uma sala na Escola Municipal Padre Brandão Lima, cedida pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), no bairro do Bom Parto, oferecendo cursos de informática educacional com ações profissionalizantes em gerenciamento de Sistemas Operacionais com aplicativos

² O Mulungu vem atuando em Maceió, no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e do Esporte (SEEE). E por meio do projeto *Alfabetizar é Preciso*, desenvolvido com a Fundação Banco do Brasil (FBB), SESI e Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), no projeto *Brasil Alfabetizado*, desde 2001.

³ Telecentros comunitários podem ser definidos como iniciativas de inclusão digital que visam a uma melhoria na qualidade de vida de pessoas numa comunidade carente, bem como ao exercício da cidadania e ao combate à exclusão social, através da disponibilização do acesso às TIC e principalmente à Internet.

comerciais de uso livre e compatível com o mercado de trabalho. Utiliza-se o sistema Linux na versão Kurumin.

Este estudo é produto da relação entre prática e teoria, experiência e reflexão, em que são estudadas as definições de cidadania, inclusão digital e, sobretudo, a emancipação do indivíduo por meio do seu conhecimento digital. Indaga sobre o problema das mudanças que esse conhecimento traz para a sociedade em geral, bem como se o acesso ao computador poderá contribuir de forma decisiva para a vida de moradores de área de baixo IDH, com a ampliação de oportunidades para que a população de baixa renda alcance um lugar no mercado de trabalho. Nesse entendimento, o cidadão conseguirá compreender seu lugar na sociedade, e promoverá a sua inclusão digital na busca de sua emancipação digital, tornando-se inserido na sociedade democrática de fato.

A preocupação em oferecer o acesso às TIC e promover a inclusão digital de camadas economicamente menos favorecidas da sociedade motiva o surgimento e desenvolvimento de projetos de inclusão digital. Nesse sentido, o Brasil, assim como tantos outros países, tem investido na implantação e manutenção de telecentros, especialmente em telecentros comunitários, entre outras alternativas. Segundo Litto (2001), os telecentros visam diminuir a distância entre os cidadãos “ricos em conhecimento” e os “não ricos em conhecimento”. Afinal, isso é mais do que a simples conexão com a rede. Os telecentros, conforme Delgadillo, Gómez e Stoll, (2002, p. 10), “[...] oferecem uma oportunidade de acesso, uso e apropriação de tecnologias digitais para solucionar problemas e contribuir para o desenvolvimento humano integral”. Nesse entendimento, a inclusão digital é um tema bastante recorrente da atualidade.

Dessa forma, as necessidades oriundas das atuais exigências sociais, determinadas pelo avanço tecnológico, evidenciam uma nova categoria de excluídos: os digitais. Percebe-se que a necessidade de criação de políticas públicas, voltadas para a democratização do acesso às TIC, contribuirá para um movimento abrangente e democrático de inclusão digital.

A adoção do critério do Índice de Desenvolvimento Humano como elemento norteador para analisar o foco da problemática deste trabalho de pesquisa revela-se no seguinte problema: Quais as contribuições dos Telecentros para o processo de inclusão digital de seus frequentadores em regiões de baixo IDH?

A escolha do tema surgiu das observações verificadas com a população da cidade de Maceió, que apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano dentre as capitais do país. Esse fato reflete o alto índice de exclusão social existente neste município. Nesse ambiente, a Organização Mulungu vem atuando nesta capital no campo da educação de jovens e adultos, em parceria com a Secretaria de Educação e a Fundação Banco do Brasil (FBB), nos projetos Alfabetizar é Preciso e BB Educar.

Convém salientar que, em 2005, a maioria das pessoas da comunidade em destaque não possuía *e-mail* e, entre os educandos da organização Mulungu, 150 eram regularmente matriculados. Notou-se que 98% nunca tiveram a oportunidade de teclar em um computador, assim demonstrando o alto grau de exclusão digital nas comunidades atendidas. Esse estado de coisas serviu de base para intervenção no Telecentro Mulungu Digital, naquele ano.

A relevância do estudo desta temática é sensibilizar o poder público do Estado, juntamente com outras organizações, quanto à ampliação de oportunidades para que a população de baixa renda alcance um lugar no mercado de trabalho.

Observou-se que os telecentros podem ser utilizados para fornecer aos moradores de uma comunidade de excluídos cursos básicos de informática e profissionalizantes. No caso de serem instalados em escolas públicas na cidade de Maceió, podem contribuir com a qualidade de ensino por meio da qualificação profissional de seus educadores.

Na tentativa de uma resposta inicial ao problema proposto, formularam-se as seguintes hipóteses: a) os telecentros são espaços estruturados para a inserção social, uma vez que contribuem para a inclusão de moradores pertencentes a comunidades carentes na qualificação profissional, contribuindo, conseqüentemente, para minimizar o índice de desemprego; b) os telecentros têm contribuído para maximizar as oportunidades de emprego, trabalho e renda, possibilitando a emancipação do conhecimento dos seus frequentadores por meio da inclusão digital e da qualificação profissional social e cidadã.

Com relação ao objetivo geral, este sustenta a temática pesquisada, baseada na: a) investigação de indicadores presentes na operacionalidade de projeto de inclusão digital no Telecentro Mulungu Digital, procurando identificar e analisar as contribuições desse espaço comunitário, mediado pelo uso do computador, no processo de resgate da cidadania de moradores em áreas de baixo IDH, em uma comunidade de Maceió.

Quanto aos objetivos específicos, estes foram assim estabelecidos: a) descrever a inclusão digital; b) relatar uma abordagem sobre processos e ações de inclusão digital no Estado de Alagoas; c) analisar a inclusão social e demonstrar o elemento essencial para um processo de emancipação; d) comparar a exclusão digital a partir da análise dos baixos índices de inclusão digital através do IDH, e d) demonstrar uma tentativa de conceituar a emancipação digital, após todas as análises comparativas diante do conceito de emancipação de direito.

Quanto à base teórica, este trabalho fundamentou-se nas literaturas existentes sobre o domínio da inclusão para a emancipação digital, das TIC e dos telecentros.

É evidente que o marco regulatório da inclusão digital ficou inconcluso no país, com graves consequências do ponto de vista da execução de políticas públicas pertinentes, ainda que algumas iniciativas inovadoras tenham afinal surgido, tais como os Pontos de Cultura, Casa Brasil e telecentros de empresas e bancos estatais. Falta, em resumo, uma política nacional que dê seguimento crítico aos elementos lançados no governo Federal. É a insatisfação com esse padrão de inclusão digital que nos leva a propor o conceito de emancipação digital como forma de potencializar os resultados obtidos pelos projetos tradicionais de inclusão digital ou mesmo para redesenhá-los (SCHWARTZ, 2006, p. 1).

O domínio das TIC é fundamental para a inclusão digital; de certa forma elas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do cidadão.

Tem-se como certo que o domínio das TIC é tão vital para o desenvolvimento pessoal nos dias de hoje quanto o domínio da escrita e da leitura, e que a exclusão digital acentua ainda mais a exclusão socioeconômica (WARSCHAUER, 2006, p. 7).

Admite-se que o envolvimento da pessoa com o uso do computador chega a ser fundamental para a comunicação mundial, assim a inclusão digital fica evidente já com o uso da Internet.

Para cruzar o fosso da desigualdade, no entanto, não é suficiente oferecer acesso aos recursos tecnológicos. A inclusão digital depende diretamente da inclusão social e só poderá ser realizada como parte de um projeto mais amplo envolvendo parcerias entre governo, sociedade civil e empresas (WARSCHAUER, 2006, p. 10).

Os telecentros são centros de acesso público e, de acordo com Warschauer (2006, p. 113), eles estão “relativamente bem espalhados na América Latina, e foram amplamente estudados e discutidos”. Esse autor ainda evidencia: “um estudo de Proenza e outros, baseado em observações diretas no Peru, no Panamá, em El Salvador, na Guatemala, no Brasil e no Chile, com dados adicionais coletados nos outros países latino-americanos remanescentes, é especialmente esclarecedor em relação aos telecentros”.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso no Telecentro Mulungu Digital, situado no bairro do Bom Parto, na cidade de Maceió. Possui esta pesquisa natureza descritiva, numa abordagem qualiquantitativa. Foram utilizados dois questionários com questões abertas e fechadas, que serviram de instrumento para as entrevistas com os frequentadores daquele Telecentro, e de suporte para as entrevistas com os alunos que concluíram os cursos de informática oferecidos por aquele Telecentro, tendo o objetivo de avaliar a inclusão digital com a perspectiva de emancipação digital.

Adotaram-se o método e as técnicas estatísticas. Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados, analisados e demonstrados através de tabelas e gráficos. Com esse procedimento, os frequentadores do Telecentro estudado foram envolvidos no processo para estimular o seu desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, poderão ser multiplicadores do conhecimento adquirido, com capacidade de intervenção em suas comunidades a partir do amadurecimento do olhar sobre a realidade em que vivem.

A abordagem quantitativa é o suporte para o estudo de caso, no qual os dados foram investigados, analisados e relacionados com a situação desta temática. A população totalizou um universo de 1.472 alunos. A amostragem contou com 106 alunos, que foram entrevistados através dos questionários já mencionados anteriormente. Foram realizadas visitas de observação *in loco*, conversas e informações, conforme orientações de um profissional em estatística. As entrevistas foram executadas pessoalmente e via Internet. Os alunos constantes da amostra fizeram parte do projeto, que funciona desde 2005 no Telecentro Mulungu Digital.

O Telecentro Mulungu visa à inclusão digital dos jovens frequentadores residentes nas comunidades dos bairros do Bom Parto, Vila Brejal e adjacências, e tem em suas ações e em seus objetivos: a) inserir jovens no mercado de trabalho, a partir de convênios com a iniciativa privada; b) desenvolver no cidadão atividades que normalmente fazem parte de uma parcela pequena de brasileiros, como, por exemplo, navegar livremente pela *web*, fazer

pesquisas, ler notícias; c) oferecer recurso de impressão; d) promover oficinas abrangendo os diferentes temas de interesse da comunidade local: educação ambiental, cidadania digital, AIDS e outros; e) capacitar a comunidade no sistema operacional *Linux*, com aplicativos *Open Office* e navegador *Mozilla*; f) favorecer acesso ao público de forma gratuita, atendendo a todas as pessoas da comunidade onde está implantado, podendo utilizar a Internet, criar contas de *e-mail* e usar o computador como desejarem por, no máximo, 30 minutos dia.

A meta desse Telecentro é a inclusão de 340 jovens carentes por ano, capacitando-os a utilizar os recursos da tecnologia digital. No ano de 2007, a meta inicial foi superada significativamente, chegando-se a um total de 1.350 pessoas que utilizaram o Telecentro. Entre esses participantes, estão incluídas crianças, jovens e adultos, e também todos os alunos da Escola Municipal Padre Brandão Lima, nas ações de informática educacional e informática profissionalizante.

Os sujeitos da pesquisa foram os frequentadores do Telecentro, que são crianças do 1ª ao 4ª ano do ensino fundamental, pertencentes à Escola Municipal Padre Brandão Lima, jovens e adultos dos programas de alfabetização (EJA) e moradores da comunidade e do entorno do Telecentro Mulungu Digital que solicitam acesso a computadores e à Internet.

Este estudo está subdividido nos seguintes capítulos: 1 - Inclusão Digital, que trata dos conceitos, da política de Inclusão Digital no Brasil, dos programas de Inclusão Digital do Governo Federal, dos Telecentros e do IDH do Brasil e de Alagoas; 2- Processos e Ações de Inclusão Digital no Estado de Alagoas com ênfase no panorama da Inclusão Digital; 3- Emancipação Digital: empreende-se uma abordagem geral, com sua integração aos Telecentros; 4- Investigação e abordagem metodológica, com os fundamentos, o universo, a amostra, a caracterização do cenário, os procedimentos da pesquisa, a coleta de dados e o estudo tabulado dos questionários aplicados que resultaram na discussão dos dados, e uma proposta para conceituar Emancipação. Finalmente, as considerações finais.

CAPÍTULO I - INCLUSÃO DIGITAL

O objetivo deste capítulo é contextualizar a inclusão digital, apresentando suas definições, a política de inclusão digital no Brasil, detalhando-se os programas de inclusão digital do Governo Federal. Descreve-se o conceito de telecentros e demonstra-se o IDH para servir de base aos seus indicadores no que se refere ao tema em questão.

1.1 Inclusão Digital: conceitos

O tema inclusão digital vem sendo posto em evidência na mídia televisiva, impressa, nos discursos de políticos, no ambiente acadêmico, nas empresas privadas, nas organizações não governamentais, dentre outras especificidades. Contudo, percebemos que estamos longe de um consenso sobre o que seja inclusão digital. Muitos a aceitam como aquisição de computadores, estruturação de laboratórios de informática, cursos de informática e pontos de acesso público à Internet. Outros defendem que o termo inclusão digital está superado ou em desuso e se apropriam do termo emancipação digital como sendo o mais correto. Estar incluído digitalmente significa, no contexto atual, ter condições de empregabilidade, acesso a informações e ao mundo do conhecimento; é estar conectado com o mundo globalizado.

No entanto, não basta saber usar *softwares* para se inserir no mundo virtual atual. É preciso ter acesso à Internet, saber como se apropriar das informações disponíveis e como divulgar informações e serviços na rede mundial de computadores, mas de forma consciente, crítica e priorizando sempre a qualidade nas informações. Assim, é necessário capacitar os excluídos digitais e sociais para que se apropriem de forma cidadã dos benefícios do acesso às TIC e à Internet.

A importância da inclusão digital pode ser fundamentada pelo fato de estarmos vivendo a era digital, na qual a informática não se refere às questões técnicas, que visam aumentar o conforto das pessoas e facilitar as operações do trabalho e da vida cotidiana. Para Pellanda (2005, p. 24), “toda a tecnologia (...) de inclusão digital se dirige à ampliação do humano, de suas capacidades, potencialidades, afetos. Com base na solidariedade, a

tecnologia das máquinas, as tecnologias da inteligência são fios que se integram e expandem o humano”.

Segundo a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Governo Federal, a inclusão digital abrange todos os processos de comunicação e processamento de conhecimento, relativos à vida do cidadão. Todos os brasileiros devem ter direito de acesso aos equipamentos, às linguagens e redes das TIC. A política de inclusão digital está promovendo o envolvimento de organizações não governamentais, da iniciativa privada e de outras esferas de governo, sendo o papel do governo federal, sobretudo, o de articulador, indutor e financiador dessas iniciativas, através da promoção de oficinas para a inclusão digital.

O acesso à Internet é condição necessária para a inclusão digital do seu público-alvo e a implantação de telecentros comunitários é uma contribuição de grande relevância. Telecentros comunitários podem ser definidos como espaço público multifuncional (sala de centro comunitário, sindicato, cooperativa, biblioteca pública, por exemplo) que dispõe de acesso público e coletivo às TIC em comunidades de baixa renda. Visam à promoção de cursos de informática básica, de acesso à Internet e ao *e-mail*, bem como ao acesso a informações públicas e privadas e ações de desenvolvimento local. Como esses telecentros são bens públicos de uso coletivo, devem ser geridos por entidades locais de caráter não governamental, com legitimidade social na comunidade.

O termo inclusão digital já entrou no vocabulário de organizações sociais e na pauta de programas de governo. Em geral, as iniciativas se concentram na distribuição de computadores em repartições e escolas públicas, como em ensinar computação, tornando a transmissão desse conhecimento um fim em si mesmo. Assim, seja com cursos básicos de informática, seja com pontos de acesso à Internet, os programas visam tornar o usuário ambientado com a tecnologia, aumentando as chances de empregabilidade e acesso à informação. Algumas iniciativas têm feito com que o uso da tecnologia seja ferramenta mais ampla de cidadania, não só para o desenvolvimento profissional, mas também para a comunicação, além de se tornarem importantes para o desenvolvimento da arte, da autoestima e da educação.

Harris (2004) ressalta que não são apenas os cursos de informática os constituintes do processo de inclusão digital, mas que a democratização da tecnologia passa também pelo livre acesso à Internet e por políticas públicas consistentes que aliem governos e sociedade

civil. “Não basta oferecer a tecnologia e esperar que a exclusão seja superada a partir daí. É preciso antes de tudo garantir o direito à cidadania”. Ele afirma que, na Grã-Bretanha, desde 1997, o combate à exclusão foi assumido pelo governo a partir da criação de um gabinete específico para tratar do tema, o que garante a implementação de ações e a continuidade dos projetos, condição básica para uma mudança social profunda.

Delgadillo, Gómez e Stoll (2002, p. 10), *apud* Castells (2003, p. 7), defendem que “as tecnologias da informação, junto com a habilidade para usá-las e adaptá-las, são o fator crítico para gerar e possibilitar acesso à riqueza, poder e conhecimento no nosso tempo”. Nessa visão, o entendimento da inclusão não deve ser apenas digital, sem a percepção da exclusão social.

A exclusão digital é uma realidade no Brasil, que busca minimizar esse problema, pois o Governo Federal vem intercedendo com programas de inclusão digital. No entanto, esses programas se apresentam com implantações de informática gradativamente. Silva (2006, p.199-200) assim se manifesta:

(...) Somos uma nação de excluídos digitais. No Brasil, cerca de 13% da população têm acesso ao computador, ao passo que em países como Japão e Alemanha esse número é de 80%. Somente 350 dos 5.561 municípios brasileiros possuem provedores locais de acesso à rede. Em São Paulo, 75% dos integrantes das classes D e E, com renda média familiar de 540 reais, nunca usaram computador e 89% nunca acessaram a Internet. No Brasil só 8% dos domicílios têm conexão à Internet; nos Estados Unidos, metade da população está plugada na rede.

Esses dados preocupam, pois hoje tanto o poder político como a participação dos países no mercado são cada vez mais derivados do gerenciamento de conhecimento. Se 150 milhões de brasileiros não têm acesso a saberes essenciais para o exercício da cidadania, o problema atinge a própria competitividade do país no cenário mundial. Se continuar assim, o Brasil perderá participação internacional, mas sem poder atuar ativamente no mercado mais disputado, que é o de produtos que envolvem alta tecnologia e inovação.

(...) É preciso que as políticas públicas se voltem para a inclusão digital. O novo governo garantiu que até 2006 vai implantar computadores com acesso à Internet em todas as escolas do Brasil. É bom equipar as salas de aula; mas tudo isso tem de ser apoiado por um projeto político-pedagógico que leve em conta as desigualdades educacionais, o respeito à cultura e aos saberes dos alunos e, sobretudo, a idéia de inclusão digital não é simplesmente ter uma tecnologia, mas sim ser capaz de pensar, de usá-la criativamente e de maneira produtiva.

Silva (2006) evidencia que a inclusão digital é uma responsabilidade dos governos, perpassando substancialmente por questões de políticas públicas.

Guarnieri⁴ (2006) define inclusão digital como a garantia de acesso às TIC para toda a população, especialmente para a população de baixa renda, baixa escolaridade, portadores de deficiência e moradores de localidades isoladas geograficamente.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), que tem como objetivo identificar as iniciativas, os programas e projetos que apoiam os telecentros e os Pontos de Inclusão Digital (PID) em funcionamento nos municípios brasileiros, no intuito de mensurar o avanço da inclusão digital no país, inclusão digital ou infoinclusão é a democratização do acesso às TIC de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Entre as estratégias inclusivas estão projetos e ações que facilitam o acesso de pessoas de baixa renda às TIC.

Segundo o Governo Eletrônico⁵, inclusão digital possui o papel de resgatar os excluídos digitais ao contexto da sociedade movida pelos processos de criação, produção e sublimação da informação em conhecimento. Significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, por meio de políticas que visem ao seu crescimento autossustentável de forma colaborativa e gradual, e não com medidas emergenciais e paliativas. Consequentemente, inclusão digital remete à busca da reflexão do mundo e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia), do estímulo ao conhecimento renovado, à crítica do já existente e à diminuição das desigualdades sociais.

1.2. Política de Inclusão Digital no Brasil

A necessidade de se incluir digitalmente uma população de excluídos não é uma particularidade brasileira. Diversos países estão trabalhando e investindo no sentido de encontrar soluções para esse problema. A intensidade e as peculiaridades com que esse fenômeno ocorre diferem dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Os esforços governamentais podem, pelo uso da tecnologia, permitir às comunidades carentes o

⁴ http://ww2.conip.com.br/sp/2006/palestras/mineirao/28-06/fernando_guarnieri.pdf

⁵ Órgão federal pertencente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como princípio a utilização das TIC para democratizar o acesso à informação.

acesso à informação e ao conhecimento gerado em outros lugares. São inúmeros os exemplos de iniciativas nesse sentido no Brasil e no mundo. Paralelamente, observa-se um grande esforço e investimento por parte dos governos de modernizar e atualizar seus equipamentos tecnológicos, visando aumentar a eficiência estrutural na tentativa de suprir uma demanda local por meio da digitalização de controles e serviços prestados à população. No entanto, trilhar tal caminho pode acabar ocultando problemas perversos e já arraigados, que certamente estão relacionados às causas da exclusão, não apenas digital, mas sobretudo social.

Não basta disponibilizar o acesso à Internet e obter preços acessíveis para aquisição de computadores, como a política do Programa Computador para Todos, pois esse programa não garante a inclusão digital da população brasileira. O simples fato da aquisição de um computador não garante ao cidadão a inclusão digital.

Além disso, devido aos fatores negativos presentes nas comunidades mais pobres, que desestimulam os investimentos do setor privado em curto prazo, o setor público deverá acelerar seus investimentos e fornecer suporte sob a forma de um serviço universal mais amplo nas comunidades de difícil atendimento (WILHELM, 2002, p. 264).

Mostrar como acessar a tecnologia e como utilizá-la como ferramenta integrante do processo de ensino-aprendizagem pode ser feito prioritariamente pelas escolas, bibliotecas públicas, pelos centros comunitários, dentre outros órgãos. Também é importante, antes de incluir os alunos, preparar os professores para que assim possam se sentir seguros com essa tecnologia educacional.

(...) não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso, antes de mais nada, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço (LEVY, 1999, p.36).

A alfabetização digital, a capacitação no uso do *software* e do *hardware* e a oportunidade de utilização constante do aprendizado são essenciais ao processo da inclusão digital. A utilização das TIC pode representar uma solução parcial para melhorar a eficiência da qualidade educacional e da esfera pública, constituindo uma forma de demonstrar uma resposta do governo aos cidadãos em forma de prestação de serviços. Iniciativas como essas

são importantes, mas é necessário que façam parte de uma política pública mais abrangente, para que não acabem como ações esporádicas e inconsistentes, podendo comprometer o esforço governamental no sentido de uma efetiva inclusão digital.

Analisando sob uma visão mais ampla, outro aspecto a ser considerado relaciona-se aos esforços governamentais para combater a exclusão digital, o que pode criar outra forma de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Isso pode ocorrer se considerarmos que as tecnologias são elaboradas de acordo com critérios de atendimento às condições dos próprios países desenvolvidos. Assim, ao adotarem determinada tecnologia importada, os países em desenvolvimento ficam sujeitos aos níveis de complexidade e de usabilidade dos países fabricantes. Esse fato dificulta a adequação às necessidades locais, podendo ocorrer tanto na implementação de infraestrutura para melhoria do acesso das populações carentes à informação (como, por exemplo, os telecentros), quanto na utilização de tecnologia em programas de modernização do setor público.

No entanto, apesar das discussões, as políticas governamentais e os projetos sociais ainda se mostram insuficientes para eliminar os baixos índices de inclusão digital no Brasil, principalmente ante o desafio representado pela dimensão da tarefa e sua associação com outras formas de exclusão. Apesar de insuficientes, existem hoje no Brasil políticas e projetos de qualidade desenvolvidos por entidades do poder público e privado.

Nesse sentido, destacam-se as iniciativas dos telecentros da Prefeitura Municipal de São Paulo, um dos maiores projetos de inclusão digital da América Latina, no final da gestão de Marta Suplicy, em dezembro de 2004. Esse projeto contempla salas com 20 computadores conectados em banda larga, que oferecem à população cursos de informática, uso livre do computador e atividades diversas gratuitamente, instalados na periferia, nos bairros de menor IDH, com o uso somente de *software* livre.

Figura 1 - Telecentro da Prefeitura de São Paulo



Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/upload/Telecentro>

Figura 2 - Telecentro na Cidade de São Paulo



Fonte: <http://www.telecentros.sp.gov.br>

Figura 3 - Telecentro na Cidade de São Paulo



Fonte: <http://www.telecentros.sp.gov.br>

O argumento utilizado pelos defensores da inclusão digital através de telecentros é que todos os fluxos de informações operacionais, financeiros e da sociedade passam pela Internet e, portanto, é necessária a implantação de inúmeros projetos telecentros ou infocentros para que a população possa usufruir desses fluxos, "participando da vida econômica e social" por meio da Internet.

De acordo com o Projeto Computadores para Inclusão do Governo Federal, os telecentros são espaços públicos multifuncionais nos quais a população tem acesso aos equipamentos e recursos de comunicação, à Internet e ao *e-mail*, com projetos de desenvolvimento cultural, social, político, econômico e comunitário, bem como aos cursos e aos serviços bancários e públicos. Podem abrigar a infraestrutura básica necessária à articulação das políticas governamentais de segurança pública preventiva, saúde, educação, assistência social e cultura. A sua implantação mobiliza, de forma ampla e rápida, a troca de saber e conhecimento entre as comunidades e a sociedade em geral.

A ação do governo federal para aplicar, por intermédio do Ministério das Comunicações, os recursos oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) ⁶ retrata a preocupação e a urgência com que o país encara suas estratégias no campo da inclusão digital (...) (GUERREIRO, 2006 p. 227).

O envolvimento com a inclusão digital não deverá ser apenas por parte do Governo Federal, mas por parte igualmente dos governos estaduais e municipais, que deverão ser atores diretos nas questões das políticas voltadas para o tema em questão. Sem o apoio dos governos locais, todo esse movimento não conseguirá êxito, uma vez que:

É preciso que prefeituras absorvam e reconheçam a necessidade de proporcionar o conhecimento a todos, que companhias telefônicas disponibilizem acesso à Internet e outros provedores de informação, que produtores de hardware forneçam equipamentos subsidiados e que a comunidade de software livre participe ativamente de todo o processo, auxiliando na implementação e disponibilização de conteúdo e de conhecimento a todos (SILVEIRA, CASSINO e MICHELAZZO, 2003, p. 270).

⁶ Os recursos do Fust são oriundos das empresas privadas que prestam serviços de telefonia no Brasil e que destinam 1% de sua receita mensal ao projeto, sem repassar essa quantia aos consumidores.

Nesse contexto, observamos que as políticas públicas sobre a inclusão digital já se constituem um fato evidente, mas a prática dos ditames dessas políticas requer uma maior conscientização diante das ações com fatos concretos e voltados para a aplicabilidade da inclusão digital para toda a comunidade.

1.2.1 Programas de Inclusão Digital do Governo Federal

Afonso (2007), um dos representantes da ONG Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) e diretor de planejamento da Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), atuando com pesquisas sobre o uso das TIC no Estado de São Paulo, assim se posiciona: "inclusão digital está em ações pontuais do governo federal, mas com pouca integração entre os projetos em curso. O Brasil precisa de uma política pública unificada que inclua a cidadania na sociedade da informação".

A estratégia brasileira de inclusão digital enfrenta desafios, como um grande espaço a cobrir, que não é medido por geografia (8,5 milhões de km²) e demografia (188 milhões de habitantes). Por outro lado, os dispêndios de políticas públicas no crescimento das TIC para o desenvolvimento humano não são custos, porém investimentos essenciais. Não é preciso discutir quão importante é o acesso às TIC para o desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo assim para saltos de etapas nas possibilidades de desenvolvimento local e participação no conjunto da economia nacional.

Há muitas iniciativas surgidas dos governos, das ONGs, do setor privado e mesmo da academia, muitas delas tendo contribuído para pelo menos servir de exemplos de boas práticas para uma estratégia abrangente. Podem-se citar, entre outras: telecentros nas comunidades mais carentes; conectividade subsidiada via satélite (GESAC) para escolas, serviços públicos e telecentros; iniciativas exemplares de municípios digitais (Sud Mennucci, Pirai e outras); extensos programas de eletrificação por painéis fotovoltaicos em escolas rurais (PRODEEM); implantação de uma política de governo que prioriza padrões abertos e *software* livre; ações do governo em nível federal e estadual, inclusive serviços *online*, padronização e interoperabilidade de sistemas (arquitetura e-PING); consolidação de uma extensa e avançada rede nacional de ensino e pesquisa (RNP); sistema de governança da

Internet no país pluralista, transparente e considerado mundialmente como uma referência de eficácia e qualidade.

No entanto, mesmo que várias iniciativas nacionais no campo das TIC estejam entre as melhores do mundo, o Brasil ainda precisa de uma estratégia unificadora que aprofunde e democratize amplamente os benefícios das novas tecnologias. Alguns pontos mostram a necessidade urgente de uma estratégia governamental (coordenada nos seus três níveis) com resultados significativos a curto prazo, com a ajuda das estatísticas do CGI. br e de outras entidades .

De acordo com o *site* do Governo Federal (2008), a inclusão digital oferece oportunidades para minimizar a temática em questão, podendo gestores públicos e ONGs contar com os seguintes programas:

- 1) **Projeto Computadores para Inclusão – (Projeto CI)** - Envolve a administração Federal e seus parceiros num esforço conjunto para a oferta de equipamentos, recondicionados em plenas condições operacionais para apoiar a disseminação de telecentros comunitários e a informatização das escolas públicas e bibliotecas;
- 2) **Casa Brasil** - É um projeto do Governo Federal que tem como principal objetivo reduzir a desigualdade social em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), levando para esses locais um espaço que privilegia a formação e a capacitação em tecnologia aliada à cultura, arte, participação popular e ao entretenimento, e com forte apoio à produção cultural local;
- 3) **GESAC** - Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal, tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais outros serviços de inclusão digital às comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. São beneficiadas prioritariamente as comunidades que apresentem baixo IDH e que estejam localizadas em regiões nas quais as redes de telecomunicação tradicionais não oferecem acesso local à Internet em banda larga. A conexão é estabelecida por meio de satélite, facilitando alcançar regiões onde ainda é raro encontrar possibilidade de conexão Internet;
- 4) **Programa Nacional de Informática na Educação – (ProInfo)** - É um programa de apoio à introdução das TIC nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, em parceria com os governos estaduais e municipais. O programa funciona de forma

descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade da administração federal e a operacionalização conduzida pelos Estados e municípios;

- 5) **Centros Vocacionais Tecnológicos – (CVTs)** – Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, os CVTs são unidades de ensino e de profissionalização voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, dos conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo;
- 6) **Computador para Todos** – Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Ciência e Tecnologia e Serpro - Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. Computadores de até R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) que obedeçam à configuração mínima, podendo ser parcelados em prestações de R\$ 50,00;
- 7) **Maré - Telecentros da Pesca** – A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/Presidência da República - Implantação de telecentros em comunidades de pescadores, fornecendo equipamentos, conexão via GESAC, formação e manutenção de agentes locais para monitoria e uso de *software* livre. Há cinco unidades em funcionamento e outras 15 em implantação;
- 8) **Observatório Nacional de Inclusão Digital** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e parceiros - Aglutina informações sobre todos os programas de inclusão digital do Governo Federal no portal www.inclusaodigital.gov.br, com notícias, *links*, eventos e materiais de referência. Está cadastrando telecentros de todo o país – espaços sem fins lucrativos com conexão à Internet, acesso livre à comunidade e capacitação;
- 9) **Pontos de Cultura-Cultura Digital** em ação: Ministério da Cultura - O Programa Cultura Viva tem como objetivo apoiar iniciativas culturais locais/populares, chamado de Pontos de Cultura, por meio de repasse financeiro de até R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais). Tal ação permite a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital, com uso de *software* livre e conexão via satélite à Internet pelo programa GESAC. Atualmente há 500 projetos culturais financeiramente apoiados pelo programa Cultura Viva;

- 10) **Programa Estação Digital** – Fundação Banco do Brasil - Sempre com o apoio de um parceiro local, a iniciativa busca aproximar o computador da vida de alunos, donas de casa e trabalhadores, economizando tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Desde 2004, foram instaladas 166 unidades pelo Brasil. Cerca de 90% estão localizados nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, com a capacidade de atender de 500 a 1.000 pessoas por mês, integradas a arranjos produtivos locais;
- 11) **Quiosque do Cidadão** – Ministério da Integração Nacional - Começou a implantação experimental do projeto de inclusão digital denominado Quiosque do Cidadão em comunidades carentes da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando foram doados pela Secretaria da Receita Federal 148 computadores para atender ao projeto. Esses equipamentos foram destinados a equipar bibliotecas públicas municipais desta região, com computadores proporcionando a redução das desigualdades sociais através da inclusão digital;
- 12) **Telecentros Banco do Brasil** - O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é uma ação que se alinha com a política de responsabilidade socioambiental da empresa e começou com o processo de modernização de seu parque tecnológico, com a doação dos equipamentos substituídos para comunidades carentes, visando à implantação de Telecentros Comunitários. O Programa não se restringe à doação dos micros, pois o Banco também cuida do treinamento dos monitores e da articulação de parcerias, fomentando o desenvolvimento local. O Banco do Brasil já implantou mais de 1.600 telecentros e salas de informática em todo o país, totalizando aproximadamente 39 mil computadores doados e atendendo a mais de 4 milhões de usuários por ano;
- 13) **Telecentros de Informação e Negócios** – (TIN) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-Apoio à implantação de telecentros e salas de informática em associações empresariais, prefeituras, entidades sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor, entre outras. Articula doação de equipamentos, apoia sua implantação junto aos projetos cadastrados e disponibiliza conteúdos voltados a esses públicos por meio de portal na *web*. As instituições contempladas devem viabilizar a implantação dos equipamentos, bem como a gestão e administração dos espaços por meios próprios.

Assim, percebe-se que as políticas públicas do Governo Federal são positivas e devem ser utilizadas a favor da inclusão digital em Alagoas. No entanto, observa-se que o Estado de Alagoas ainda não tem conhecimento amplo das benesses federais. As articulações de projetos que contemplam as TIC na educação mostram que computadores, muitas vezes, são encontrados em caixas lacradas e sem uso por falta de estruturação e adequação do ambiente escolar. Os laboratórios de informática em sua maioria ficam fechados ou mal utilizados, por falta de capacitação de seus professores, computadores instalados, ou funcionando, mas sem acesso à Internet, ou parados por falta de algum periférico ou suprimentos, permanecendo meses e até anos sem reposição de peças até o seu descarte final. Em contrapartida, existe a cobrança da comunidade em poder utilizar e se apoderar das TIC no ambiente escolar, o que revela ser importante estar inserido no mundo globalizado e reconhecer a importância da sua inclusão digital.

1.3 Telecentros

Os telecentros são espaços públicos com até 20 computadores com conexão à Internet em banda larga, que oferecem à população acesso à rede mundial de computadores, cursos de informática básica e oficinas diversas, como Comunicação Comunitária, Criação de *Sites* e Arte Digital, entre outras.

Segundo Litto (2001), os telecentros visam diminuir a distância entre os cidadãos “ricos em conhecimento” e os “não ricos em conhecimento”. Mais do que a simples conexão com a Internet, os telecentros, conforme Delgadillo, Gómez e Stoll (2002, p.10), “[...] oferecem uma oportunidade de acesso, uso e apropriação de tecnologias digitais para solucionar problemas e contribuir para o desenvolvimento humano integral”. Nesse entendimento, a inclusão digital é um tema bastante recorrente em nossa atualidade. Assim, a constituição de telecentros surgiu em São Paulo, assegurando-se que a escolha dos locais para a instalação de um Telecentro deve ser feita de acordo com o IDH do município. Por esse motivo, a maior parte dos telecentros está instalada na periferia daquela capital. Desde a inauguração da primeira unidade, em junho de 2001, cerca de 360 mil pessoas já se cadastraram nos Telecentros e, desse total, 80 mil concluíram o curso de informática básica.

Os telecentros podem ser instalados em diversos municípios e regiões do Estado e até nas escolas públicas. Seu objetivo é possibilitar aos cidadãos, especialmente aos de baixa renda, o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação. Em razão dessa iniciativa, muitos usuários têm a oportunidade de usufruir os inúmeros benefícios ligados ao uso dos recursos digitais, melhorando sua condição de vida. Suas salas são equipadas com computadores, *softwares* livres instalados, conectados à Internet banda larga. Esses computadores podem ser utilizados pelos usuários para acessar as páginas *web*, o *e-mail*, produzir trabalhos e documentos, desenvolver estudos e pesquisas, bem como para capacitar-se, através dos cursos e das oficinas oferecidos, no uso de programas de informática e da Internet.

Algumas iniciativas adotam o nome de telecentro, mais comum no Brasil, como destaque para a rede de Telecentros de São Paulo; outras preferem o nome de infocentro, mais comum em países como Espanha, Argentina, Peru, Chile, Costa Rica e outros.

O telecentro caracteriza o espaço público destinado à inclusão digital que focaliza suas ações basicamente em dois serviços: disponibilização de cursos de informática para cidadão de baixa renda e acesso à Internet (GUERREIRO, 2006, p. 230).

Os centros de acesso público oferecem oportunidades para a inclusão digital, em virtude de os frequentadores receberem gratuitamente a educação digital.

Os centros de acesso público recebem diversos nomes. Internacionalmente, os mais comuns são cybercafé, telecentro e centro comunitário de tecnologia. Outros nomes surgiram em determinados países ou regiões, como quiosque com computadores (Índia) ou cabina pública (Peru). Independentemente do nome, os centros de acesso público apresentam muitos aspectos comuns. Eles oferecem oportunidade de uso de computadores e da Internet sem haver propriedade doméstica de um computador ou de uma linha telefônica. Em muitos locais, a qualidade dos computadores é melhor, e a velocidade de acesso à Internet maior do que comumente disponível na maioria das casas. Diversos centros também oferecem orientação, apoio ou treinamento aos usuários (WARSCHAUER, 2006, p. 111).

De certa forma, os telecentros são espaços coletivos que beneficiam as comunidades com oportunidades do conhecimento da tecnologia. Segundo Tibiriçá⁷ (2008),

⁷ <http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/telecentros-colaboram-para-a-emancipação-das-comunidades>

do Coletivo Digital, o foco dos telecentros deve ser analisado de outra forma. "Esses são espaços comunitários que devem permitir à sociedade o acompanhamento das novas tecnologias e não apenas um ambiente de alfabetização digital". Ela ainda destaca que o telecentro é o espaço mais bem adequado para identificar e mapear a comunidade, e o movimento de inclusão deve estar a atendê-la.

Desta maneira os centros de inclusão digital beneficiam a população em aspectos como: melhoria da qualidade de vida; acesso ao mercado de trabalho; socialização da informação e incentivo ao empreendedorismo. Isto mostra a dimensão de aplicação das TIC. Daí também a necessidade de uma política continuada e robusta de inclusão sociodigital, já que não se trata mais de capacitação técnica e sim de um instrumento necessário para o pleno exercício da cidadania (RAMOS in HETKOWSKI, 2008, p.179).

Neste contexto, os telecentros oferecem caminhos para que seus frequentadores sejam incluídos e emancipados digitalmente. Assim a comunicação e a informação tornam-se elementos fundamentais para o desenvolvimento e a sobrevivência humana. Nesse entendimento, Dantas (2002, p.1) assevera "que não importa se você está em Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Luanda ou Guaribas no Piauí, a comunicação mediada por computadores afeta o seu dia-a-dia".

1.4 O IDH e os Telecentros

Os países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, nos oferecem experiências significativas de como estão trabalhando para favorecer a redução da "brecha digital" ou possibilitar a inclusão digital das comunidades desprovidas de seu país.

Em uma pesquisa de opinião entre jovens moradores de São Francisco, o item 'opções positivas para a juventude' classificou-se em primeiro lugar como maneira de reduzir a criminalidade juvenil. Ao responder à pergunta de quais equipamentos consideravam mais importante para um centro juvenil, os adolescentes deram máxima prioridade a computadores- muito acima de piscinas, mesas de bilhar, e até mesmo, videogames (TAPSCOTT, 1999, p. 257).

Segundo a Community Technology Centers Network (CTCNet), existem mais de 150 centros de computação comunitários operando nos EUA. A grande maioria desses centros, que atende às necessidades das crianças, fica aberta quatro horas por dia, com meia dúzia de computadores nos centros comunitários do bairro e clubes de escoteiros e bandeirantes. Outros são organizações independentes com suficiente espaço e funcionários para permitirem o acesso a dezenas de computadores durante 10 a 12 horas diariamente. Qualquer que seja o tamanho da operação, as experiências dos centros de computação comunitários mostram o potencial que seria desperdiçado se às crianças de comunidades de baixa renda fosse negado o acesso às TIC. Esses centros também são lugares de esperança para a juventude, nos quais as crianças são tratadas não como problema a ser solucionado, mas como recurso a ser incentivado.

(...) estimulada a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas sobre a inclusão digital em diferentes países, como é o caso do Brasil no governo Lula. A própria organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o atraso digital como uma das quatro grandes mazelas da atualidade, ao lado da fome, do desemprego e do analfabetismo (BARBOSA FILHO et AL.;2005, p. 275).

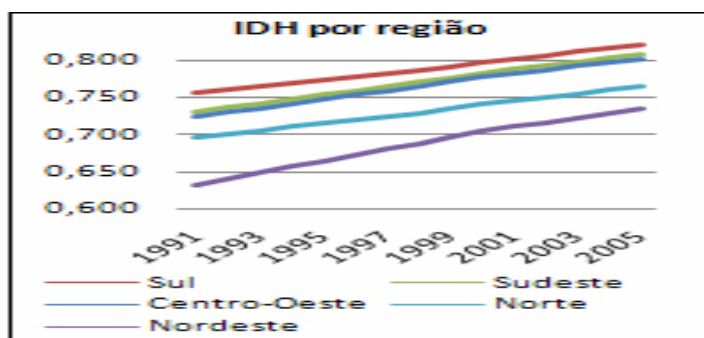
Observa-se que as políticas públicas voltadas para a inclusão digital no Brasil, principalmente no governo Lula, são de suma importância para o fomento da educação digital. No entanto, percebe-se que ações governamentais federais não estão em sintonia com as prioridades das esferas municipais e estaduais.

Dados apontam o *ranking*⁸ do IDH dos Estados brasileiros, que mostra um país partido ao meio. Os números referentes a 2005 revelam que de todos os 11 melhores IDH são de unidades da Federação do Sul, Sudeste e Centro-Oeste – com destaque para o Distrito Federal, na primeira colocação. Os piores são os nove estados nordestinos — o Estado de Alagoas continua apresentando o pior IDH em 2005, com 0,677 desde 1991.

Segundo dados de PNUD⁹, no Brasil, o melhor IDH é do Distrito Federal; e o Nordeste concentra os piores. Os estados do Nordeste são os últimos no *ranking* nacional, mas a região foi a que mais evoluiu entre 1991 e 2005, conforme mostram números, a saber:

⁸ Segundo o relatório Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – A experiência brasileira recente, lançado por três agências da ONU: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), (Organização Internacional do Trabalho (OIT) e PNUD.

⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Figura 4- IDH por Região

Fonte: PNUD BRASIL

De acordo com o Relatório produzido pelo PNUD, que abrange 177 países, o IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores entre os países-membros da ONU, podendo ser calculado para um Estado, município ou região. Nesse relatório, os critérios para obtenção do IDH também têm a particularidade de, na sua avaliação da qualidade de vida da população, considerar critérios abrangentes dessa população, pois leva em conta os aspectos econômicos e outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O IDH e os indicadores sociais, considerados para sua obtenção em expectativa de vida, numa dada população, constituem o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas para aquele momento.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, faz-se necessário analisar o IDH, que apresentou os resultados de 1991 e de 2000, com poucos indicadores disponíveis para se medir os avanços sociais nos municípios durante a década. Algumas cidades brasileiras variaram sua posição no *ranking*: Vitória e Curitiba avançaram; Porto Alegre, Campo Grande e Maceió caíram.

É a democratização da Internet, que oferece um vasto banco de informações e serviços. Além disso, a possibilidade de acessá-la perto de casa faz com que um usuário da periferia possa compartilhar um espaço virtual com o jovem rico, pois as barreiras sociais econômicas e culturais são rompidas no espaço virtual. Tal possibilidade seria baixa num contexto real, pois dificilmente um pobre circularia num ambiente de um rico sem sofrer discriminação (MERCADO, 2004, p 33).

A alfabetização digital oferece um espaço para a democratização por meio da Internet, permitindo que as barreiras sociais sejam rompidas em seu espaço virtual. Quando se analisa o IDH do Brasil em correlação ao que foi explanado, nota-se que o Brasil não é enquadrado como um país pobre, apesar de alguns Estados se encontrarem com os seus índices abaixo do padrão de desenvolvimento econômico, ficando Alagoas em evidência com o seu índice muito abaixo, caracterizando assim uma população economicamente carente, em que, certamente, a maioria não terá condições para adquirir acesso aos meios digitais.

CAPÍTULO II - PROCESSOS E AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DE ALAGOAS

Neste capítulo analisaremos os processos e as ações de inclusão digital no Brasil, com evidências em Alagoas. Relata-se o panorama da inclusão digital neste Estado, enfatizando o *ranking* dos excluídos digitais, servindo-se de sustentação à mensuração da inclusão digital. Atenta-se para os indicadores apresentados neste capítulo, que se apresentam de forma diferenciada, em que cada instituição de pesquisa informa os dados da inclusão/exclusão, que se mostram com disparidades nos percentuais. Em quase sua totalidade esses dados não se correlacionam, pois as variáveis desses dados são focos divergentes quanto à coleta de sua análise. Portanto, os instrumentos que essas instituições utilizaram têm dados diferenciados e objetivos distintos para as suas investigações. Desta forma, os resultados dos dados de cada instituição/pesquisador sobre a inclusão e emancipação digital se apresentam com indicadores diferentes, devido aos métodos utilizados, às variantes, às análises e aos tratamentos e interpretações desses dados, que são coletados com fins divergentes para os objetivos que se deseja alcançar.

A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, não se limita ao universo daqueles que têm *versus* ao daqueles que não têm acesso a computador e Internet, dos incluídos e dos excluídos, polaridade real, mas que por vezes mascara os múltiplos aspectos da exclusão digital. A razão é simples: a oposição acesso/não-acesso é uma generalização razoável somente em relação a certos serviços públicos (como, por exemplo, eletricidade, água, esgoto) e bens tradicionais de consumo intermediário (a relevância do tipo/qualidade de TV, geladeira, telefone ou carro é secundária, embora para a população pobre o custo da ligação limite sobremaneira o uso de telefone ou o custo da gasolina, o uso do carro) (SORJ e GUEDES, 2003, p.3).

Quanto aos indicadores que demonstram os PID, esses indicadores também não são apresentados de forma coesa.

Desde há cerca de dez anos, o tema Inclusão Digital tem merecido atenção em políticas públicas, especialmente no âmbito federal. A rigor, ninguém sabe com exatidão quantos telecentros/ pontos de inclusão digital (PID) existem em funcionamento no Brasil. Uma primeira aproximação de resposta a essa questão foi o estudo conduzido por Tadao Takahashi e Maria Nazaré Freitas Pereira,

comissionados pela Unesco, o qual teve como foco os modelos de sustentabilidade de telecentros. Em 2006, o IBICT iniciou uma pesquisa de mapeamento das Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital no Brasil (e seus respectivos PID) cujo intuito é mensurar o avanço da inclusão digital no país por parte de agentes públicos e privados. (...) o IBICT pretende estabelecer um canal direto com cada ponto de inclusão digital, estimulando-os a atualizar seus próprios dados. Como resultado, espera-se eliminar a duplicidade de informações da pesquisa e assegurar a sua consistência e fidelidade (IBICT, 2007, p. 1).

Neste entendimento, percebe-se que o IBGE, o IBICT, a Fundação Getúlio Vargas e outros utilizaram variantes diferenciadas para demonstrar a exclusão/inclusão digital.

2.1 Panorama da Inclusão Digital em Alagoas

O tema da exclusão digital associada à exclusão social no Estado de Alagoas, mais precisamente no Município de Maceió, representa um declínio quando se verificam os dados da inclusão digital no Brasil. De certa forma, o acesso a computadores reflete as desigualdades econômicas e sociais do Brasil. Segundo os dados de (2008) do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação – CETIC, 80,3% dos domicílios não têm computador, sendo o percentual dos que não estão conectados à Internet ainda maior; 66,7 % da população brasileira nunca acessou a Internet, representada por 8,31%, conforme fonte da Fundação Getúlio Vargas em seu Mapa da Exclusão Digital¹⁰ (abril de 2003). Os dados desse mapa indicam que, além disso, é preciso criar condições para que os cidadãos se profissionalizem dentro da vocação da sua região, garantindo com isso a sua permanência no município de origem, fortalecendo a atividade econômica e a vocação local.

Diante dos dados apresentados sobre a exclusão digital, estes nos direcionam para uma possível avaliação da inclusão digital. Assim, a exclusão digital reflete também a exclusão social. Portanto, o quadro no Brasil é igualmente alarmante no que se refere à exclusão social. O país tem 13,3% de sua população com idade maior que 15 anos classificada como analfabeta, e 59,8% de suas famílias têm renda mensal menor do que cinco salários mínimos (IBGE) 2005. Percebe-se que a exclusão social se reflete também nos aspectos relacionados ao acesso à informática, quando se nota, por exemplo, que somente 6 em cada 100 brasileiros têm computador e 3 em cada 100 acessam a Internet. A população brasileira

¹⁰ http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm

representa apenas 3,8% da população mundial que acessa a rede. No entanto, essa mesma população representa aproximadamente 88% do mercado latino-americano no comércio eletrônico. Nota-se então que o fosso que separa ricos e pobres em nossa nação também é muito grande quando se trata do acesso à Internet.

Quando se analisam os percentuais relatados, avalia-se que há necessidade de o poder público e a sociedade civil estabelecerem políticas inclusivas para que possam propiciar oportunidades de “inclusão digital” para o cidadão de sua comunidade. O grande desafio aqui é, além de prover acesso ao computador e à Internet, ensinar a aplicação dos recursos disponíveis na obtenção de conhecimento, em ações de cidadania, no acesso aos serviços públicos, no setor produtivo, na geração de trabalho e renda, propiciando que os cidadãos sejam incluídos digitalmente de modo que não apenas aprendam a utilizar os recursos de informática, mas possam participar da vida em sociedade, questionando e agindo diante dos problemas socioeconômicos do país, exercendo sua condição de cidadão.

O Município de Maceió está situado no Nordeste do Brasil, ao leste do Estado de Alagoas e a 2.013 km de Brasília; possui uma área territorial de 511 Km² do território estadual. Tem uma população de 884.320 habitantes (IBGE, 2005) de origem negra, índia e portuguesa, destacando-se pela diversidade de seus recursos naturais, caracterizados por um ecossistema formado por uma bacia hidrográfica de vários rios e lagoas e um belo litoral de águas mornas e claras. Esta capital enfrenta uma defasagem tecnológica, constituindo-se em grande desafio a vencer. No entanto, vislumbram-se esforços sendo empreendidos para ampliar a capacitação tecnológica de todo o corpo de profissionais da educação, bem como de outros profissionais que possam atuar como multiplicadores desse processo com os alunos e a comunidade local. Esses profissionais que estão dispostos a mudar essa realidade são cômicos da necessidade de transformações profundas no ensino público de Maceió em sua organização escolar, buscando fortalecer a escola e universalizar o seu acesso, observando a questão do conhecimento tecnológico.

Segundo o Mapa Social dos Excluídos Digitais (FGV, novembro de 2003), o Estado de Alagoas se apresenta entre os cinco estados com menor índice de inclusão digital, calculado em apenas 3,6%. A figura 2 expõe essa realidade.

Quadro 1. Comparativo Inclusão x Exclusão Digital

Os cinco Estados MAIS incluídos		Os cinco Estados MENOS incluídos	
1º	Distrito Federal	1º	Maranhão
2º	São Paulo	2º	Piauí
3º	Rio de Janeiro	3º	Tocantins
4º	Santa Catarina	4º	Acre
5º	Paraná	5º	Alagoas

Fonte: Boletim Informativo do CDI, (2003).

Conforme o quadro 2, Alagoas encontra-se no 5º lugar dos menos incluídos, que ratifica a ausência do setor público em investimentos na tecnologia digital. Isso se explica porque, do ensino infantil à 8ª série, mais de 90% dos alunos não têm acesso a computador, só vindo a tê-lo quando chegam ao ensino médio. De outra forma, o número de concluintes do ensino médio sem uma adequada capacitação tecnológica é preocupante, visto que nessa etapa da educação se encerra, em muitos casos, a vida escolar dos jovens, pelas barreiras tão conhecidas para o acesso às universidades, como a falta de preparo adequado, as poucas vagas oferecidas e a necessidade urgente de ingressar no mercado de trabalho. Isso indica que grande parte da população se encontra excluída do mundo das TIC, sem acesso a diversos serviços públicos, disponibilizados para todos, mas só utilizados para os que possuem conhecimento tecnológico necessário, conforme pesquisa apontada pelo Comitê para Democratização da Informática - CDI.

Levando-se em consideração que os dados de 2003 apresentam o estado de Alagoas em 5º lugar como excluído digital, compara-se essa classificação com os índices apontados pelos últimos dados do PNAD 2007, em que este Estado se acha em 3º lugar entre os Estados que menos utilizam computadores em residências. Nesta percepção, o Estado de Alagoas não teve um avanço considerável na temática em questão, conforme quadro a seguir:

Quadro 2. Índices do Uso de Computadores em Residências

R A N K I N G	ESTADOS	MAIORES ÍNDICES DE USO DE COMPUTADORES	R A N K I N G	ESTADOS	MENORES ÍNDICES DE USO DE COMPUTADORES
1º	São Paulo	39,5%	1º	Maranhão	8%
2º	Santa Catarina	37,4%	2º	Piauí	9,4%
3º	Rio de Janeiro	34,7%	3º	Alagoas	9,7%

Fonte: PNAD (2007)

Em comum entendimento, a pesquisa apontada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – (CGIB, 2007) apresenta o Estado de Alagoas carente de programas de inclusão digital. Aqui, encontramos os menores índices de acesso público a computadores e à Internet; são raríssimos os cursos de treinamento em informática oferecidos pelo poder público, apenas 0,6%. Como se não bastasse a expressiva exclusão digital observada no Estado, no qual apenas 22% da população afirma ter acessado a Internet pelo menos uma vez na vida, as habilidades com o computador também deixam um pouco a desejar. Aqui, 33,82% dos usuários dizem saber usar o *mouse*; 19,4% se consideram capazes de mover ou copiar arquivos; 14,68% de “copiar e colar”; 10,28 % de usar o Excel; 7,24% de comprimir arquivos e apenas 1,71% desses usuários sabem criar programas de computador. Destaca-se que Alagoas detém a menor proporção de pessoas com habilidade para escrever programas de computador no Brasil. Isso reforça a convicção de que faltam políticas públicas de inclusão digital no Estado. Chega-se ao ponto de os usuários alagoanos, desprovidos de computador em sua residência ou em centros públicos, recorrerem, num percentual de 47,3%, às chamadas *lan houses e cyber cafés* para ter acesso à Internet.

Em relação a essa situação, os telecentros poderão incluir os seus frequentadores para o domínio técnico do computador, além de colaborar na formação dos professores e multiplicadores que atuaram com as teorias e práticas da comunicação digital. Assim, temos o escopo de interagir com a realidade da população de Maceió para que a comunicação digital alcance essa população carente, refletindo o alto índice de exclusão social existente no município.

Apontamos Freire (2000), que, embora não tenha deixado numerosos escritos a respeito de sua visão sobre a utilização de TIC, sempre teve uma postura de um educador aberto ao novo. Nos primórdios de seu trabalho, utilizava um pequeno e pesado projetor de dispositivos (tecnologia da época) nos círculos de cultura da cidade de Angicos. Na gestão como Secretário Municipal de Educação em São Paulo (1989-1991), dentre tantas iniciativas voltadas à democratização do saber e da gestão do espaço público, implantou o Projeto Gênese de Informática Educativa, com o propósito de possibilitar às classes menos favorecidas o direito da apropriação da informática como instrumento de cultura, que deve estar a serviço de sua libertação como indivíduo pertencente à classe popular.

Freire (2000, p.45) afirma que não se deve ser simplista e responsabilizar o avanço tecnológico em si pelo caos vivido pela sociedade contemporânea. Insiste na afirmação de que a questão é política, asseverando:

Minha radicalidade me exige absoluta lealdade ao homem e à mulher. Uma Economia incapaz de programar-se em função das necessidades humanas, que convive indiferente com a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de gente. E não me digam que as coisas são assim porque não podem ser diferentes. Não podem ser de outra maneira porque, se o fossem, feririam o interesse dos poderosos: este não pode ser o determinante da prática econômica. Não posso tornar-me fatalista para satisfazer o interesse dos poderosos. Nem inventar uma explicação científica para encobrir uma mentira.

Com relação à inclusão digital, há uma questão política e ética na qual a reflexão sobre a tecnologia e seu progresso acelerado deve se localizar a partir de um contexto mais abrangente do que o do “progresso” e da manutenção de uma certa “ordem econômica”. Todo o pensamento de Paulo Freire é marcado por sua preocupação com a formação de uma consciência crítica dos educandos.

A superação da consciência ingênua para uma consciência crítica implicaria a questão: a que e a quem serve o computador? A formação de uma consciência crítica sobre a utilização desta ferramenta tecnológica se traduziria a partir do diálogo entre educadores e educandos sobre a presença do computador no mundo contemporâneo e sobre a apropriação de tal instrumento de cultura, a fim de o mesmo possibilitar o desenvolvimento de um projeto político para uma sociedade mais igualitária e democrática. Não parte da necessidade de conhecimento sobre o funcionamento do computador. Neste sentido, o computador é um instrumento que deve ser usado para representar a realidade, codificá-la e, mediante a

reflexão, decodificá-la, isto é, analisá-la criticamente (MENEZES, 1993, p.23).

O computador deve ser incorporado como instrumento auxiliar na representação da realidade a ser refletida e transformada, e deve ser um meio pedagógico auxiliar para que o homem possa adquirir seus conhecimentos criados com outros homens ou uma mediação para os seres humanos realizarem a comunicação.

O mercado global se encontra com uma velocidade, diante da informatização e da informação do conhecimento, apresentando questões muito mais complexas do que aprender a lidar com os desafios operacionais que se impõem no cotidiano.

Diante dessa nova forma de pensar o mundo, é preciso formar os indivíduos para uma nova cidadania, que possam ser capazes de participar efetivamente da vida social e política, assumindo tarefas e responsabilidades. Um cidadão ou cidadã que saiba se comunicar nos mais diferentes níveis, dialogar num mundo interativo e interdependente, impregnado dos instrumentos de sua cultura, utilizando-os para sua emancipação, transformação, libertação e transcendência. Acreditamos que caberá à educação desenvolver competências fundamentais no sentido de capacitá-lo para assumir o comando da própria vida, para uma participação mais direta, efetiva e responsável na vida em sociedade. Educá-lo para que seja membro de uma cultura moderna, capaz de integrar o sistema produtivo, fazendo uso dos insumos e produzindo em harmonia com o seu meio natural e social. Educá-la para que seja um consumidor consciente, capaz de tomar posse das informações produzidas no mundo e que afetam sua vida como cidadã (MORAES, 1999, p. 136).

Segundo Moraes (1999), os aspectos que devem ser priorizados no desenvolvimento de programas e projetos, envolvendo o uso das novas TIC, são: o desenvolvimento humano e o sustentável; a aprendizagem e o conhecimento visando à criação de uma nova ecologia cognitiva; a redução das desigualdades sociais; a educação baseada na prática pedagógica reflexiva; a inovação e a criatividade como cerne do novo paradigma decorrente da visão quântica; a autonomia, a cooperação e a criticidade; a possibilidade de incrementar processos de educação continuada; a qualidade com equidade, o incremento ao desenvolvimento científico e tecnológico e a educação para uma cidadania global.

Vivemos em uma sociedade na qual o conhecimento, a informação e a interatividade que o indivíduo possui com o mundo globalizado são cada vez mais valorizados numa sociedade de excluídos em educação, saúde, emprego, segurança pública,

dentre outros fatores; todavia, uma certeza nos fortalece, representada pelo fato de que não devemos nos excluir como agentes de transformação de uma sociedade mais justa e igualitária. Acreditamos que somente pela educação e por ações concretas poderemos minimizar os altos índices de excluídos digitais, mas, antes de tudo, excluídos sociais.

Atualmente, diversos serviços são oferecidos eletronicamente sob forma de *sites* ou quiosques de auto-atendimento. Por uma questão de redução de custos, ou até mesmo de acessibilidade, diversas empresas e órgãos governamentais estão oferecendo opções eletrônicas de seus serviços, e a tendência é que alguns destes deixem de ser oferecidos em sua forma clássica (formulários, impressos, por exemplo). No entanto, enquanto a tecnologia avança no oferecimento de alternativas e soluções às necessidades dos cidadãos, boa parte destes não podem usufruir deste momento, pois não sabem utilizar os diversos dispositivos eletrônicos que dão acesso a esses serviços. Outro aspecto da tecnologia da informação é a sua aplicação em diversas áreas do conhecimento. Isto faz com que o mercado de trabalho exija dos cidadãos o conhecimento mínimo em informática, seja para manipular computadores, seja para operar maquinários os quais necessitam cada vez mais deste tipo de conhecimento. Tal exigência termina por colocar mais cidadãos fora do mercado de trabalho. Sendo assim, os centros de inclusão digital funcionam também como locais para capacitação do cidadão a fim de que o mesmo possa inserir-se profissionalmente (RAMOS in HETKOWSKI, 2008, p.178).

Nesse sentido, faz-se necessária a urgência do poder público de Alagoas, juntamente com outras organizações, no sentido de ampliar as chances dos jovens de baixa renda para que alcancem um lugar no mercado de trabalho, contribuindo para que esse jovem consiga compreender seu lugar na sociedade, o que tem a oferecer, o que gostaria de fazer, e como viabilizar um projeto de vida.

Com essa perspectiva, os telecentros podem ser utilizados para fornecer aos jovens e à comunidade de excluídos, cursos presenciais ou a distância com certificados reconhecidos por instituições credenciadas. No caso de serem instalados em escolas públicas estaduais, podem melhorar a qualidade de ensino bem como a qualificação profissional de seus educadores, evidenciando que educação não se dá apenas em sala de aula. A informática é um instrumento educacional para professores e alunos, a partir da qual se pode navegar na Internet, o que possibilitará aos interessados o uso de ferramentas de ensino inovadoras e eficazes.

2.2 Inclusão Digital em Alagoas - um movimento urgente e necessário

Existe um trato superficial do problema em questão, entendido por muitos apenas como aquisição de computadores, estruturação de laboratórios de informática, cursos de informática e pontos de acesso de caráter público e uso da Internet.

O termo inclusão digital está superado, conforme Schwartz (2005), que propõe o conceito “emancipação digital como forma de potencializar os resultados obtidos pelos projetos tradicionais de inclusão digital ou mesmo para redesenhá-los”. Esse autor se apropria do termo emancipação digital, aceitando-o como sendo o mais correto. É notório que estar incluído digitalmente significa no contexto atual ter condições de empregabilidade, acesso a informações e ao mundo do conhecimento e estar conectado com o mundo globalizado.

Não basta saber usar *softwares* para se inserir no mundo virtual e atual. É preciso ter acesso à Internet, saber como se apropriar das informações disponíveis, além de saber como divulgá-las na Rede, apropriando-se de forma consciente, crítica e priorizando sempre a qualidade dessas informações. É necessário, pois, capacitar os excluídos digitais e sociais para se apropriarem de forma cidadã dos benefícios do acesso às tecnologias.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, o Projeto Computadores para Inclusão abrange todos os processos de comunicação e processamento de conhecimentos relativos à vida do cidadão. De acordo com esse Ministério, todos os brasileiros devem ter direito de acesso aos equipamentos, às linguagens e redes das tecnologias de comunicação e informação. Para a implementação da política de inclusão digital, está sendo promovido o envolvimento de organizações não governamentais, da iniciativa privada e de outras esferas de governo, sendo o papel do Governo Federal, sobretudo, o de articulador, indutor e financiador dessas iniciativas.

A constituição de telecentros poderia se tornar uma ação propositiva tendo em vista que os telecentros são constituídos de bens públicos de uso coletivo, que devem ser geridos por entidades locais de caráter não governamental, com legitimidade social na comunidade. Algumas iniciativas têm feito com que o uso da tecnologia seja ferramenta mais ampla de cidadania, não só para o desenvolvimento profissional, mas também para a

comunicação, como um importante instrumento para o desenvolvimento da arte, da autoestima e da educação.

Para que possamos alcançar nossos objetivos, unindo forças dos que se dedicam a esse tema, temos de obter um mínimo de consenso quanto à conceituação do objeto em estudo, pois desconsiderar alguns aspectos da inclusão digital como a cidadania, poderá tornar o tema de menor importância, o que dificultaria a conquista da emancipação digital e do conhecimento.

2.3 Estado de Alagoas: destaque no *ranking* dos excluídos digitais

Entre os estados brasileiros, Alagoas e Maranhão são os que sofrem maior discriminação digital no país, enquanto São Paulo é o que possui menor desigualdade digital. É o que revela o Índice de Discriminação Digital (IDD), baseado nos dados da última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) do IBGE, de 2005. Segundo o mapa, em dois dos indicadores utilizados (Internet domiciliar e uso de Internet), 14,7 % da população brasileira de 10 anos de idade ou mais, no ano de 2005, morava em domicílio com acesso à Internet. Em Alagoas, esse índice cai para 4,5%, enquanto o Distrito Federal ostentava a taxa de 31,1%.

Waiselfisz (2007, p.17) apresenta o índice, elaborado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana RITLA (2007) junto ao Instituto Sangari e ao Ministério da Educação, que apontou o quadro de exclusão digital do Brasil. No período analisado, a média nacional do uso da Internet em qualquer local ficou em 21,1%. Contudo, foi notável a desigualdade no Maranhão e em Alagoas, com 7,7% e 7,6% de uso, respectivamente, enquanto o Distrito Federal possuía 41,1% da população conectada.

Apesar dos “destaques” de números, apontando Alagoas entre os mais excluídos digitalmente, a PNAD/2005 revelou que Alagoas finalmente começou a entrar na era digital. Segundo esses dados, o número de computadores no Estado saltou de 40,8 mil em 2004, para 49,9 mil um ano depois – o que representa um crescimento de 24%. Já o crescimento nacional foi mais tímido (16,4%) e mostra que, pela primeira vez na história, o Estado cresceu mais que a média nacional. Não devemos nos equivocar com os números de aquisição de

computadores e os de pessoas que se apropriam dessa tecnologia de forma democrática e cidadã.

Não se trata de inundar as escolas e outras instituições de computadores, como que caídos de pára-quedas. Numerosos estudos feitos em empresas mostram como a simples informatização leva apenas a que as mesmas bobagens sejam feitas com maior rapidez, além do acúmulo de equipamento sofisticado utilizado como máquinas de escrever. Trata-se de organizar a assimilação produtiva de um conjunto de instrumentos poderosos que só poderão funcionar efetivamente ao promovermos a mudança cultural (...) (DOWBOR, 2001, p.15).

Indicadores sobre exclusão/inclusão digital em Alagoas mostram que o grau de desenvolvimento social e econômico encontra-se como fator delimitante na efetiva inclusão digital de uma sociedade. De certa forma, investir em políticas públicas direcionadas à inclusão digital poderá maximizar a oportunidade de empregabilidade para as comunidades consideradas de baixa renda.

CAPÍTULO III - EMANCIPAÇÃO DIGITAL

Este capítulo relata uma abordagem sobre a emancipação digital. Relaciona-se este tema com os telecentros, tendo em vista suas finalidades. Na realidade, busca-se identificar no papel dos telecentros a emancipação digital.

3.1 Uma Abordagem

O avanço das TIC se apresenta como uma das principais características da globalização, detendo a criação de um único mercado integrado a vários países, em que as tradicionais fronteiras tecnológicas viabilizam o acesso à Internet, à informação e ao conhecimento, com milhares de dados em formato de texto, imagens, áudio e vídeo. Além disso, há um intenso tráfego de informações de fatos e acontecimentos, porquanto elas ocorrem em tempo real.

Quanto ao seu uso, as pessoas são convocadas pela mídia e pelas técnicas da publicidade a consumir as últimas inovações tecnológicas, como televisores de plasma ou digital; computadores com potentes processadores; automóveis com tecnologia robótica, como *airbags*, direção hidráulica, computador de bordo; celulares que tiram fotos digitais permitem acessar a Internet, armazenar música em formato mp3, assistir à TV, dentre outras ações. A obsolescência dos produtos é programada e seu ciclo de vida ou uso está cada vez mais reduzido. Essas mudanças criam formas de relações sociais mais bem conectadas e informatizadas.

A sociedade globalizada exige uma pessoa conectada ao conhecimento e às novas tecnologias de ponta na área de telecomunicações e informática. Convém associar os efeitos da globalização às características da inclusão digital. Em meados dos anos 90 do século passado, presencia-se a corrida desenfreada de uma pequena classe na busca da acumulação de capital associado às transformações tecnológicas, em especial à difusão de redes digitais de informação e comunicação, reabrindo, assim, um debate amplo sobre o futuro do trabalho e a busca de soluções práticas capazes de aprimorar as condições de emprego e renda da classe

trabalhadora. A escola, sobretudo o Ensino Médio, passou a enfrentar mais um desafio, universalmente aceito como o da "inclusão digital".

Com a publicação do Livro Verde e do Livro Branco do Programa da Sociedade de Informação (SOCINFO), pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (TAKAHASHI, 2000), temos um programa que considera a universalização do acesso às TIC uma condição para a construção da chamada "Sociedade da Informação", para a redução de desigualdades sociais e para a promoção de novos mecanismos de geração de renda e redução do desemprego. Assim, houve, no final dos anos 90, o começo da elaboração de uma agenda, para o processo da inclusão digital, com três linhas de ação:

- a) mercado, trabalho e oportunidades: oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação;
- b) universalização de serviços e formação para a cidadania: a promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à Internet; o fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social;
- c) educação na sociedade da informação: certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala (TAKAHASHI, 2000, p. 1).

Por sua vez, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) menciona pesquisa em que destaca e analisa os dados e estudos sobre o cenário digital no Brasil. Evidencia 180 países inseridos no índice de oportunidade digital, feita pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) - “na qual o Brasil ficou na 71ª posição”. O referido comitê salienta que o número de computadores de uso doméstico bem como das médias e grandes empresas vem crescendo em todo o país.

Hoje, são cerca de 33 milhões em uso - 17 por cem habitantes, na faixa da média mundial. Dados da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP mostram que 6 milhões de equipamentos foram comercializados em 2005, 24% a mais do que no ano anterior. E as classes C e D também compraram. ‘Embora a redução de impostos e o maior acesso ao crédito estejam viabilizando a milhares de pessoas das classes C e D comprarem seu primeiro computador, este é apenas um pequeno e tímido passo em direção à verdadeira inclusão digital’, avalia Celso Fernandes, coordenador do CDI - Regional Rio de Janeiro (ABONG. 2007, p.1).

Em outra perspectiva, o acesso aos bens tecnológicos encontra-se na classe social de quem detém maior poder aquisitivo. Isso é dito por Fernandes (ABONG, 2007, p.1), ao afirmar:

Cerca de 75% dos (as) jovens de 16 a 24 anos e 90% das pessoas com escolaridade acima de superior completo se conectam à Internet. Por outro lado, menos de 6% das pessoas que ganham até 10 salários mínimos têm o mesmo privilégio, sendo que 60% da população brasileira não conta com recursos para comprar computador e pagar o acesso à Rede.

Nesse ambiente tecnológico, o autor avalia que se deve olhar não somente para um contexto amplo de emancipação digital, mas também de desenvolvimento sustentável. Nota-se, portanto, que o desafio é o acesso ao conhecimento para construir e distribuir riqueza de forma justa e sustentável. Enfatiza: "para tanto, necessitamos de uma inclusão digital plena, que efetive saltos qualitativos e quantitativos no desenvolvimento brasileiro a partir da inclusão social da base da pirâmide".

São constantes os equívocos causados pelos programas de inclusão digital, pois tudo parece esgotar-se após a instalação de computadores, rede elétrica e lógica e seus equipamentos periféricos, deixando, na maioria das vezes, para segundo plano a conexão à Internet e a capacitação tecnológica dos profissionais que irão atuar com essas tecnologias.

Quando são analisados os dados do Governo Federal, esses se apresentam com uma realidade fora do que consta em seu planejamento, evidenciada pela disparidade entre o orçamento do número de computadores a ser instalados e o que está por instalar. Isso é explicado por Schwartz (2007, p.1):

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) previa a instalação de 56.650 pontos de acesso à internet até o final de 2004, podendo beneficiar até 95 milhões de brasileiros carentes; porém, auditoria realizada pela Controladoria Geral da República constatou que, no final de 2004, haviam sido instalados 3.200 pontos, dos quais apenas 4% apresentavam condições adequadas de acesso à Internet, possuindo entre 6 e 10 computadores instalados.

Para Sabóia (2005), o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) foi criado pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e tem como

objetivos financeiros a aplicação de recursos para a universalização e desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. O objetivo do FUST é assegurar a democratização do acesso aos serviços de telecomunicações. Esse fundo tem o Ministério das Comunicações como responsável pelas definições das grandes linhas e prioridades de utilização. Também a ANATEL, que é responsável pela operacionalização e fiscalização.

Schwartz (2007, p.2) refere, em relação à inclusão digital, que a utilização do FUST apresenta “projetos capazes de gerar renda efetiva para seus participantes, não obtiveram sucesso e os recursos do fundo, estimados em mais de R\$ 4 bilhões em 2006, permanecem ociosos”. Esse fundo foi criado durante o marco regulatório da privatização das telecomunicações, que destinou 1% de todas as contas telefônicas que abastecem incessantemente o Tesouro Nacional.

Diante desse quadro, a inclusão digital vem sendo instalada lentamente e o poder público vem perdendo oportunidades de crescimento nessa área, deixando de inserir a população carente no contexto digital. Nota-se que o avanço tecnológico da informação e do conhecimento se apresenta a cada dia com uma velocidade de comunicação ilimitada. Com isso, a falta de iniciativa para atuar nesse mercado deixa uma lacuna com sequelas irreparáveis.

Percebe-se uma mudança clara do paradigma atual, ou seja, da "sociedade da informação" para a "sociedade do conhecimento". A simples conexão da informatização não deve ser considerada um fim em si mesmo, mas deve ser uma das etapas de um processo que rege um programa de inclusão digital consistente e eficaz.

O auge do mundo globalizado desperta expectativas quando se busca a emancipação digital. Assim, avalia-se que a inclusão digital deverá ser colocada em prática paralelamente com a emancipação. Nesse pensamento, quando se analisa a figura 2 – Mais e Menos Incluídos, que destaca Alagoas sendo um dos menos incluídos digitalmente, percebe-se a necessidade urgente de percorrer os caminhos tecnológicos em que a inclusão digital deverá ser oferecida, concomitantemente, com a emancipação digital. Baseando-nos em Alagoas, os investimentos para o fomento da inclusão digital encontram-se com uma vasta defasagem. Não basta simplesmente se preocupar em incluir e posteriormente pensar em emancipar.

Schwartz pretende que a expressão emancipação defina de modo claro que é necessário mais do que acesso à rede, mais do que computadores e programas de informática. As populações carentes necessitam “controle dos processos produtivos de conteúdo digital”. Aí estaria a emancipação, exatamente quando as comunidades possam agir em função de seus projetos e necessidades. Por considerar que a expressão inclusão digital não evidencia as exigências de apropriação tecnológica e de habilidades necessárias a transformar informação em conhecimento é que considera necessário utilizar o conceito de emancipação digital (SILVEIRA *apud* HETKOWSKI, 2008, p.61).

Em linhas gerais, após observações nas escolas públicas da cidade de Maceió com relação à educação digital, verificamos que, nas salas de informática, os computadores são, simplesmente, ligados às tomadas elétricas e funcionam como simples máquinas de escrever ou como um *game*, sem conexão à Internet, eliminando-se o potencial da informação e da comunicação. Desse modo, o poder público deverá reavaliar a educação e sua inserção no mundo digital. Para isso, deve haver o investimento em máquinas, sistemas e programas que favoreçam a formação dos educadores, para que eles possam aplicar e dominar os conteúdos digitais. Não se permite pensar apenas na logística de forma prioritária, sem potencializar o uso tecnológico-pedagógico.

Defendemos uma ação em sintonia temporal, em que se providenciam as instalações e adaptações do ambiente escolar, estando o professor incluído antes mesmo do seu aluno. Esse professor, estando preparado, irá utilizar essa ferramenta de forma mais segura e eficaz, contribuindo de forma significativa e decisiva na vida dos educandos.

A inclusão digital pelo poder público possibilitará aos educandos aproveitar todo o potencial que ora se apresenta e que exige uma mão de obra informada, crítica e preparada para o mercado de trabalho. Trata-se de formar uma população digital, que, além de incluída pelos meios tecnológicos, possuirá autonomia para favorecer seu conhecimento pessoal, cultural, social e também digital.

Quadro 3- Possibilidades da Inclusão e Emancipação Digital

Conceito	Foco Central	Requisito	Consequências
Inclusão digital	Acesso à infraestrutura e aos recursos das TIC	Recursos públicos e privados para montar unidades de acesso gratuito nas áreas carentes	Inserção dos cidadãos na rede e garantia do direito à comunicação informacional
Emancipação digital	Acesso ao conhecimento sobre a produção tecnológica e de conteúdos	Infraestrutura tecnológica e formação educacional e cultural necessárias	Permitir a produção de conteúdos e tecnologias pelas comunidades

Fonte: Silveira, (2008, p.62).

Nesse quadro de possibilidades se evidencia a proposta de uma política de inclusão digital que busca o direito universal de acesso às TIC. Já a proposição de emancipação digital enfatiza a produção cultural econômica para as redes informacionais.

Silveira *apud* Hetkowski (2008, p.62-63) relata que a questão de emancipação digital, de certo modo avança para a necessidade de autonomia na sociedade da informação, ou seja, a inclusão digital pode acabar servindo apenas para a ampliação do mercado consumidor de produtos de informática e telecomunicação. De certa forma, os programas de inclusão digital privilegiam apenas o acesso ou a profissionalização para atender a dimensão de mercado dos seus usuários e deixam de lado a dimensão da cidadania. Portanto, define como direito humano universal a comunicação, a capacidade de apropriação e o uso autônomo das tecnologias. “Sem dúvida, a idéia de emancipação traz consigo a exigência de autonomia de uso das redes. Sem autonomia, que só pode existir a partir do conhecimento, não há liberdade plena de criação”.

3.2 Telecentros: emancipação digital

O termo telecentro é considerado recente e pouco conhecido pelos cidadãos, não encontrado ainda em dicionários e, muitas vezes, ausente do vocabulário brasileiro, por falta de conhecimento da sua importância cultural, social e digital.

Mesmo em São Paulo - cidade que está experimentando o maior plano de inclusão digital em software livre do mundo - muitos funcionários da própria Prefeitura não sabem o que é um 'telecentro'. É provável até que a maioria dos usuários e dos profissionais das dezenas de unidades abertas não refletiram muito sobre o significado de Telecentro. É, ao mesmo tempo, uma palavra e um projeto a ser descoberto (GUERREIRO, 2003, p. 238).

Um telecentro nada mais é do que um espaço com computadores instalados com conexão à Internet, impressoras e ambiente propício para acesso de uma população situada em uma periferia, no qual todos possam ter acesso aos benefícios da cultura digital, que as TIC podem favorecer a todo e qualquer cidadão que dela necessite, seja para a sua comunicação, informação, diversão, formação ou inserção social e digital.

Os telecentros são apresentados como um dos pressupostos para reduzir a imensa lacuna que separa os que possuem acesso aos meios tecnológicos dos que não possuem. Nesse ambiente, evidenciam-se possibilidades de desenvolvimento econômico e inserção na sociedade da informação. Os telecentros possuem um importante papel nas políticas de inclusão digital no Brasil.

A inclusão digital é, portanto, um *artifício de engenharia social* criado para estender ao maior número possível de cidadãos os eventuais benefícios que uma elite já desfruta integralmente, como parte 'natural' de sua inserção na sociedade. Ela despense esforços e recursos públicos e privados para generalizar o conhecimento de técnicas de que já estão 'naturalmente' disponíveis a uma minoria, advindo daí a percepção de sua estreita ligação com a idéia de 'democracia': a inclusão digital repousaria sobre o pressuposto ético da igualdade (CAZELOTO, 2008, p.125).

Nesse contexto, é pertinente apresentar o mapeamento iniciado no ano de 2006 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no qual referencia as iniciativas dos Projetos de Inclusão Digital no Brasil (e seus respectivos Pontos de Inclusão Digital - PID¹¹), cujo objetivo principal é medir o progresso da inclusão digital no país por parte de agentes públicos e privados e levantar informações sobre a questão do acesso público

¹¹ Pontos de Inclusão Digital existem em funcionamento no Brasil, também denominados telecentros, definidos como locais dotados de um ou mais computadores para acesso público à Internet, ou apenas para treinamento em informática.

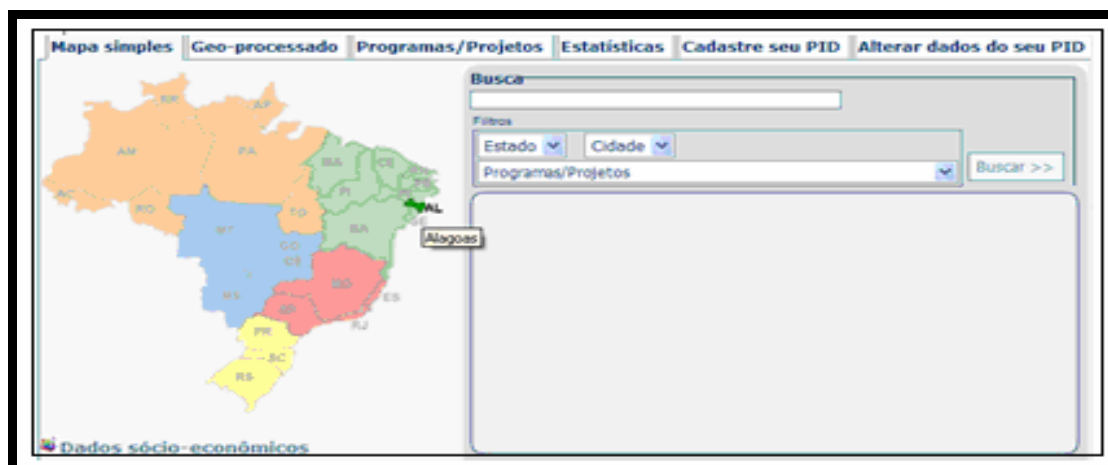
à Internet no Brasil, mediante o tratamento e armazenamento em um banco de dados de iniciativas e projetos de inclusão digital. Segundo esse Instituto, mesmo que desde 1999 a inclusão digital tenha merecido atenção em políticas públicas, especialmente no âmbito federal, até então, **a rigor, ninguém sabe com exatidão quantos telecentros/pontos de inclusão digital (PID) existem em funcionamento no Brasil (grifo nosso).**

A dimensão quantitativa do mapeamento implicou a definição de metodologia que permitisse evoluir dos resultados do Estudo UNESCO (TAKAHASHI, 2000) o qual teve como foco os modelos de sustentabilidade de telecentros, em que os quantitativos são agregados por iniciativas (programas e projetos) discriminadas por categorias (governos federal, estadual e municipal; universidades, empresas de processamento de dados e terceiro setor) e distribuídos por regiões. Esse mapa define os pontos de inclusão digital (conhecidos, também, por telecentros, salas de informática, entre outros) que foram adotados na primeira etapa da pesquisa.

Na primeira fase, foram identificadas, em cerca de três mil municípios brasileiros, 108 iniciativas no âmbito do governo federal, estadual, municipal e terceiro setor. Foram cadastrados 16.722 potenciais pontos de inclusão digital (proto-PID), entidades que poderão se converter em PID, cedo ou tarde. Para a segunda fase, o IBICT pretende estabelecer um canal direto com cada ponto de inclusão digital, estimulando-o a atualizar seus próprios dados.

Com o resultado, esperamos assim eliminar a duplicidade de informações da pesquisa e assegurar a sua consistência e fidelidade. Nesse entendimento foi construído o Portal, que foi motivado pelo compromisso de popularização e disseminação do conhecimento sobre inclusão digital no Brasil, a fim de dar maior visibilidade às ações empreendidas pelo conjunto de atores do setor público, prioritariamente, no combate à exclusão social no país. No entanto, também estão contempladas neste portal iniciativas de outros setores. Com esse entendimento, apresentamos o cenário do Estado de Alagoas com relação aos seus PIDs nas figuras 4 e 5:

Figura 5 - Mapa por Potenciais Pontos de Inclusão Digital – PID no Brasil



Fonte: IBICT (2007-2008).

De acordo com o IBCT (2007), o mapa acima apresenta uma dimensão quantitativa e define a metodologia para aprimorar os resultados do estudo da UNESCO.

A figura 4 apresenta com evidência de 185 PID, onde se pode observar que o Mulungu Digital faz parte desta fonte IBCT, que classificou o referido Telecentro como Ponto de Inclusão Digital; o Estado de Alagoas ficou em evidência, conforme a figura acima.

Figura 6- Mapa por PID em Alagoas



Fonte: IBICT/2007-2008

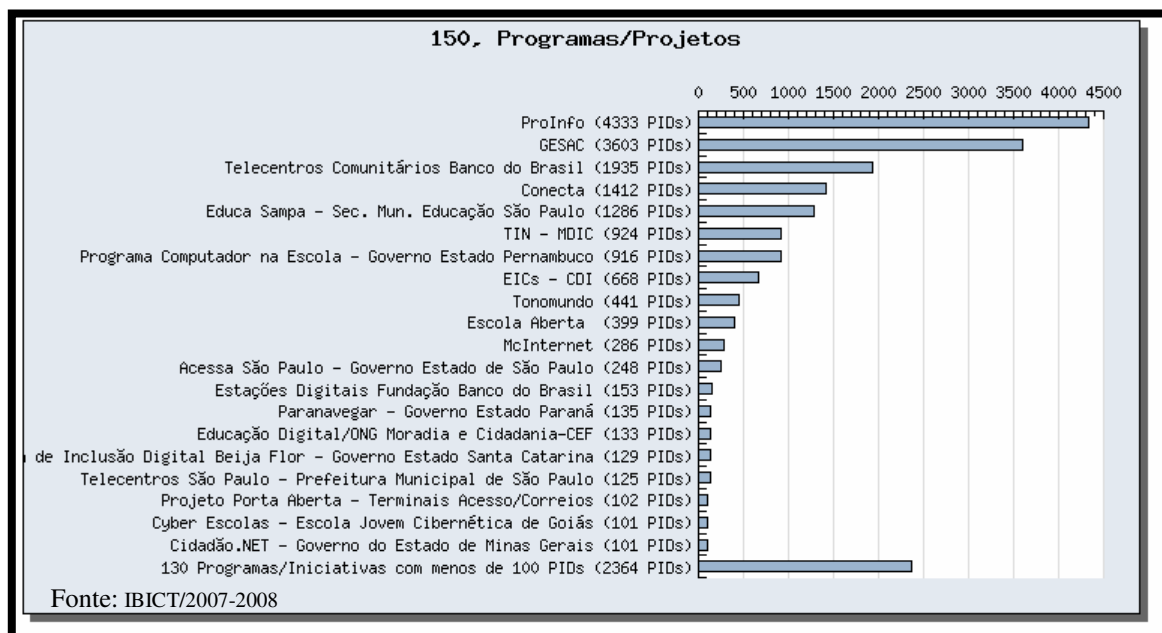
De acordo com o mapeamento demonstrado, foram listados, em Alagoas, 185 programas e projetos, **destacando-se 43 pontos na Capital Maceió (grifo nosso)** assim distribuídos:

Quadro 4- PIDs Maceió

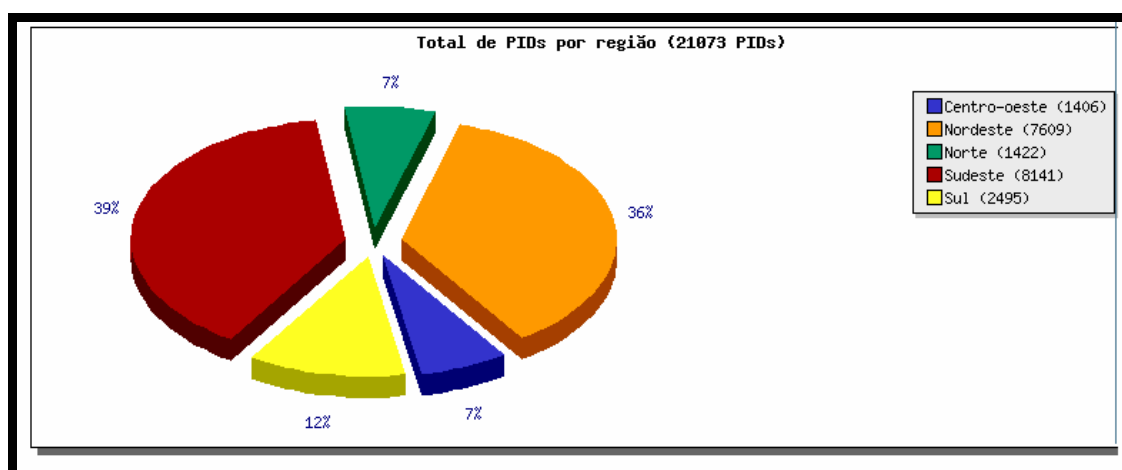
1- C.E.I.A. - CIRCO-ESCOLA DE INCENTIVO ÀS ARTES
2- COLÉGIO ESTADUAL N.SENHORA DO BOM CONSELHO
3- E.E. FRUI PALMEIRA
4- E.E.F. PROF. CORINTHO CAMPELO DA PAZ
5- E.E.F. DR. POMPEU SARMENTO
6- E.E.F. DR. SILVESTRE PERICLES
7- E.E.F. JOSÉ HAROLDO DA COSTA
8- E.E.F. PADRE PINHO
9- EE CEGOS CYRO ACCIOLY - (FASE 3)
11- ESCOLA DE ENSINO FUND PE PINHO
12- ESCOLA DE ENSINO FUND PROF JAYME DE ALTAVILA
13- ESCOLA DE MACEIÓ
14- ESCOLA ESTADUAL CAMPOS TEIXEIRA
15- ESCOLA ESTADUAL CINCINATO PINTO
16- ESCOLA ESTADUAL DRª EUNICE DE LEMOS CAMPOS
17- ESCOLA ESTADUAL JOSÉ CORREIA DA SILVA TITARA
18- ESCOLA ESTADUAL MARGAREZ LACET
19- ESCOLA ESTADUAL MOREIRA E SILVA
20- ESCOLA ESTADUAL N SRA DO BOM CONSELHO
21- ESCOLA ESTADUAL NOEL NUTELS
22- ESCOLA ESTADUAL PRINCESA ISABEL
23- ESCOLA ESTADUAL PRINCESA IZABEL
24- ESCOLA ESTADUAL PROF JOSÉ DA SILVEIRA CAMERINO
25- ESCOLA ESTADUAL PROF P TEIXEIRA DE VASCONCELOS
26- ESCOLA ESTADUAL PROF. MARIO BROAD
27- ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA IRENE GARRIDO
28- ESCOLA ESTADUAL TEOTÔNIO VILELA
29- ESCOLA ESTADUAL WANDETE GOMES DE CASTRO
30- ESCOLA JOSÉ DA SILVA CAMENRINO
31- ESCOLA JOSÉ VITORINO DA ROCHA
32- FAMECAL - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E ENTIDADES
33- INSTITUTO AMADAL – INSTITUTO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA A COMUNIDADE
34- MULUNGU DIGITAL (GRIFO NOSSO).
35- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA - NTT
36- PORTA ABERTA - MACEIÓ - FAMECAL
37- PORTA ABERTA - MACEIO - JÁ
38- PROGRAMA JACINTINHO ON-LINE (PROJAO)
39- PROJETO INFORMÁTICA PARA TODOS
40- PROJETO LÍDER.COM
41- TELECENRO CASA DA MICROEMPRESA I
42- TELECENRO DE FORMAÇÃO GARANTIA DO DIREITO
43- TELECENRO DOM BOSCO

Fonte: IBICIT (2009)

Mencionamos os pontos PID que estão em atividade com projetos de inclusão digital, mas, esse número de instituições cadastradas poderá ser modificado diariamente, uma vez que o Portal se encontra aberto para que as instituições realizem os seus cadastros. Ainda, com o suporte do Instituto, destaca-se o total de PID no Brasil apoiados pelos Programas/Projetos. Percebemos na figura 5 as várias ações com projetos nesta área.

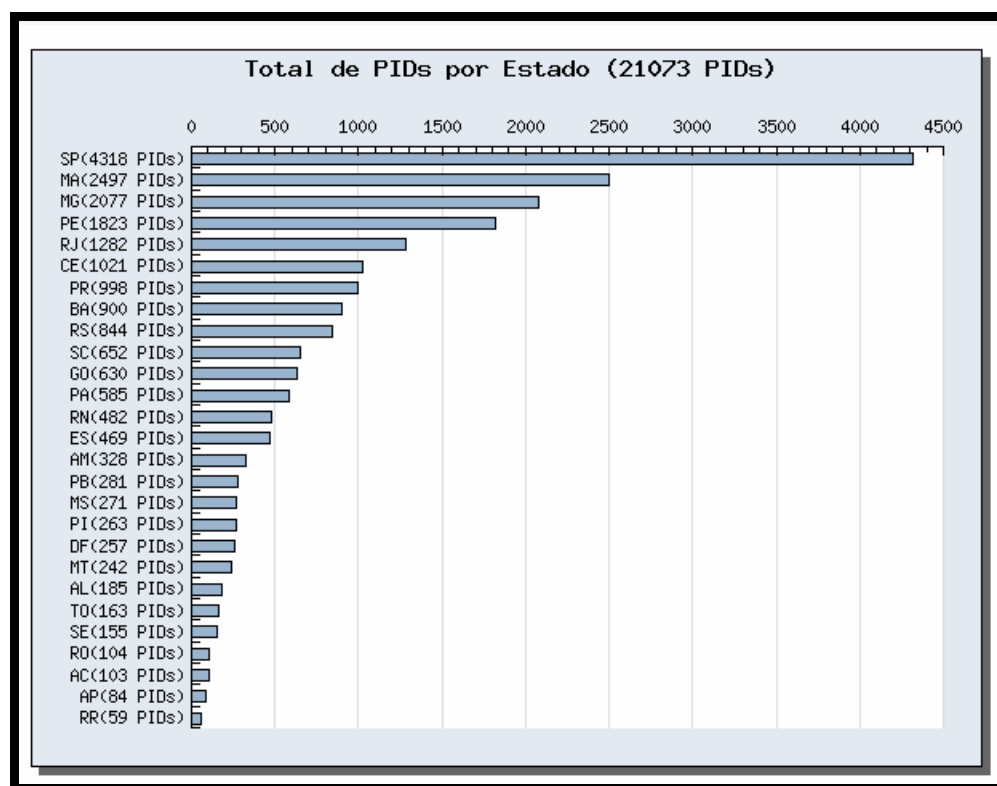
Figura 7 -PID no Brasil apoiados pelos Programas/Projetos

Ressaltamos que o Estado de Alagoas se encontra inserido nos Programas/Projetos: ProInfo, GESAC, Telecentros comunitários Banco Brasil, TIN e outros.

Gráfico 1-Total de PID Por Região

Fonte: IBICT/2007-2008

O gráfico 1 evidencia o Nordeste com carência de PID, sendo constatados apenas 36% em toda a sua dimensão territorial, quando se compara com a região Sudeste, ou até mesmo quando se avalia em nível de Brasil. E ainda, verifica-se esse quadro comparativo com evolução da informática, e que o número de PID não acompanha o desenvolvimento tecnológico.

Figura 8 - Total de PID por Estado

Fonte: IBICT/2007-2008

Na figura 6, destaca-se o Estado de Alagoas com apenas 185 PID, que ratificam a realidade do gráfico analisado. Os pertencentes à mesma região encontram-se à frente, como, por exemplo, Pernambuco, com um total de 1.823, e a Bahia, com 900 PID. Notadamente o Estado de Alagoas necessita de uma maior intensificação no tocante às questões de políticas públicas voltadas para a inclusão digital, bem como para a implantação de mais PID.

Os dados apresentados referem-se à inclusão digital e paralelamente também representam o quadro da emancipação digital no Brasil. Assim, o papel dos telecentros deve ser, fundamentalmente, além do simples fato da disponibilização de acesso a computadores, o acesso à Internet. Isso não está prioritariamente favorecendo a inclusão digital de forma ampla. O simples fato de disponibilizar o acesso às TIC certamente favorecerá o despertar da motivação para tal conhecimento, mas, para tanto, é necessário muito mais, como por exemplo, a busca da cidadania e a ampliação das perspectivas de futuro, trabalho, emprego e renda, e isso só será possível com a real apropriação das TIC e com a efetiva inclusão digital, o que permitirá a efetiva emancipação digital, que levará o cidadão à emancipação social. As TIC devem interagir com a emancipação, pensamento ratificado pelo estudo de Almeida

(2004, p. 209), assim enunciado: “(...) as TIC podem ser usadas tanto para reprodução do conhecimento e dominação do homem como para sua emancipação (...).”

(...) aqui, a inclusão é, também, entendida no sentido pleno, o que implica algo muito mais do que ter condições de, pela Internet, comprar, acessar informações e participar de cursos a distância. Significa a participação efetiva, onde os indivíduos têm capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas também de prover serviços, informações e conhecimento, conviver e estabelecer relações que promovam a inserção das múltiplas culturas nas redes em rede (...) (PRETTO e BONILLA, 2001 p.1).

A definição de emancipação digital aqui defendida está apoiada em Schwartz (2008, p.1):

A definição de Emancipação Digital foi elaborada tendo como referência o desafio de apresentar ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), órgão da Casa Civil da Presidência da República, um modelo e inclusão sócio-econômica mediada por artefatos de certificação digital, em projeto que coordenei em 2005.

O foco inicial foi associar demanda por certificação digital à estruturação de uma oferta de oportunidades de geração de identidade, renda e ocupação a segmentos sociais em condições de fragilidade cultural e vulnerabilidade econômica (IDH negativo).

O comércio eletrônico, em especial o “m-commerce”, pela forte tendência de crescimento da base instalada no país, surgiu como um dos espaços de “inclusão digital” complementares à abordagem habitual de infocentros, telecentros e demais iniciativas de instalação e distribuição de computadores à Internet, predominante no ideário e nas práticas tanto do terceiro setor quanto nas políticas públicas voltadas à superação do ‘digital divide’. Ao eliminar a redundância do digital na expressão ‘inclusão digital’, procura-se alertar para a importância da inclusão pela mídia digital em redes produtivas de conhecimento e outros ativos intangíveis (por exemplo, capacidade de formulação e organização para implementação de projetos individuais ou coletivos).

Baseada nos estudos de Schwartz (2008), a emancipação digital encontra-se sustentada na estruturação de uma oferta de oportunidades de geração de identidade, renda e ocupação a segmentos sociais em condições de fragilidade cultural e vulnerabilidade econômica (IDH negativo).

A emancipação digital atinge a universalização de acesso, contudo deve-se possibilitar a ampliação, que favorece a inclusão digital por meio dos telecentros; não simplesmente estruturá-los, mas desenvolver nos frequentadores a capacidade de operar um

computador, codificá-lo, interpretá-lo e transformá-lo na possibilidade de verdadeira inserção na sociedade do conhecimento, uma vez que:

Cabe a essa e as novas gerações optar pelo emprego da tecnologia para a emancipação ou para a dominação do homem. O esforço para a educação libertária, a aprendizagem para a vida, o desenvolvimento harmonioso das autonomias individuais e grupais, das ações comunitárias, do sentimento de pertencer à determinada sociedade e contexto e, ao mesmo tempo constituir-se como ser no mundo e do mundo (...) (ALMEIDA, 2004, p.210).

Dessa forma o presente estudo defende que os telecentros são ambientes próprios para favorecer a emancipação digital. Segundo Turino (2008, p. 1), “O acesso à informação é desigual”. Esse autor justifica que as redes comunitárias devem ser espaços de emancipação social, encontradas nos telecentros, que podem gerar conteúdos para toda a rede. Afirma ainda que esses telecentros devem potencializar as habilidades da comunidade local na intenção de gerar autonomia e apoderamento social, ressaltando que os telecentros representam a alteração da relação do Estado/sociedade, porque esses são ações da sociedade reconhecida e potencializada pelo Estado. A emancipação digital é vista como uma ferramenta que liberta o indivíduo a fim de ingressar na vida profissional, com aparato do conhecimento digital para enfrentar a concorrência.

CAPÍTULO IV - INVESTIGAÇÃO: ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste capítulo são descritas as características da metodologia utilizada no estudo, compreendendo os métodos de coleta e análise dos dados, bem como as suas limitações, com o objetivo explicitar o percurso metodológico que embasa a organização e discussão dos dados. Optou-se por uma metodologia qualitativa e quantitativa ancorada nas referências da pesquisa em Ciências Humanas de Flik (2009). Este estudo tem o propósito de identificar as percepções dos sujeitos investigados, procurando evidenciar as certezas e sentidos sobre o contexto estudado. Analisam-se e interpretam-se os dados tabulados, chegando-se a resultados diante da realidade do telecentro Mulungu Digital, desde a inclusão até a emancipação digital, por ser o estudo de caso desenvolvido na busca do conhecimento da inclusão a emancipação digital. Esta pesquisa apresenta uma da situação real, isto é, uma investigação fundamentada na definição de Yin (2001).

4.1 Os fundamentos da pesquisa

A proposta deste estudo é analisar e avaliar a participação dos telecentros como centros educativos para a formação do indivíduo no que se refere à inclusão digital, e não bastando, esses centros tecnológicos poderão não apenas ficar condicionados à inclusão, mas atuando com o foco para a emancipação digital. Esta pesquisa foi desenvolvida no Telecentro Mulungu Digital, situado na Rua General Hermes, 1173-A, Bom Parto, na cidade de Maceió/AL. Esse telecentro é considerado economicamente uma ONG. Sua inauguração foi em setembro de 2005, e visa oferecer, além da inclusão digital com os cursos de Informática Profissionalizante e Educativa, a disseminação do uso do *software* livre, a revitalização de espaços comunitários e a produção de comunicação tecnológica e do conhecimento.

O escopo do trabalho enquadra-se na definição estabelecida por Yin (2001, p. 192), que leciona: “um estudo de caso é uma observação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Na investigação houve uma interlocução com os frequentadores do telecentro Mulungu, buscando-se alternativas metodológicas que permitissem a análise deste estudo de caso. Para ajudar no desenvolvimento de todo o percurso investigatório, apoiou-se no método da pesquisa qualitativa e quantitativa. Dessa forma, Flick (2009, p. 390) cita Bryman (1992), que:

Identifica 11 caminhos para a interpretação das pesquisas quantitativa e qualitativa. A lógica da triangulação (1) significa, para ele, a verificação de exemplos de resultados qualitativos em comparação com resultados quantitativos. A pesquisa qualitativa pode apoiar a quantitativa (2) e vice-versa (3), sendo ambas combinadas visando a fornecer um quadro mais geral da questão em estudo (4). Os aspectos estruturais são analisados com métodos quantitativos, e os aspectos processuais analisados com o uso de abordagens qualitativas (5). A perspectiva dos pesquisadores orienta as abordagens quantitativas, enquanto a pesquisa qualitativa enfatiza os pontos de vista dos sujeitos (6). Segundo Bryman, o problema da generalização (7) pode ser resolvido, na pesquisa qualitativa, através do acréscimo das descobertas quantitativas, considerando-se que as descobertas qualitativas (8) deverão facilitar as interpretações das relações existentes entre as variáveis dos conjuntos de dados quantitativos. A relação entre os níveis micro e macro de um ponto essencial (9) pode ser esclarecida por meio da combinação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, podendo cada uma destas ser apropriada a etapas distintas do processo de pesquisa (10). Por fim, existem as formas híbridas (11) que utilizam a pesquisa qualitativa em planos quase-experimentais (BRYMAN, 1992, p.59-61).

Este estudo assume a interação com os fundamentos nos estudos das Ciências Humanas, trazendo o caráter interpretativo dos sentidos construídos como essenciais no processo de pesquisa.

No desenvolvimento da pesquisa houve uma atenção quanto ao ambiente investigatório, especificamente da inclusão à emancipação digital nas TIC, levando-se em consideração que se deve estabelecer um território estável para analisar o material de pesquisa. Santos (1997) propõe alguns princípios para o entendimento da realidade ao valorizar outras formas de conhecimento e de pesquisa; por exemplo, o saber da experiência – conhecimento do senso comum, vulgar, prático, subjetivo –, com o qual orientamos nossas ações e damos sentido à nossa prática profissional. Santos (1997) reconhece que este conhecimento pode ser ampliado, por meio do diálogo com o conhecimento científico.

Neste estudo foi utilizado o método quantitativo-qualitativo. Minayo (2006, p.22) considera que a diferença entre essas duas perspectivas metodológicas é apenas de natureza, pois, enquanto a abordagem quantitativa apreende dos fenômenos a parte “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa procura aprofundar-se “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Nesse sentido, não existe a oposição quantitativo-qualitativo. Ao contrário, essas duas perspectivas são perfeitamente complementares. E além do mais, pode-se ainda apresentar sobre a pesquisa qualitativa-quantitativa:

Contudo se o indivíduo adota uma visão alternativa da realidade social que enfatiza a importância da experiência subjetiva dos indivíduos na criação do mundo social, a busca pelo entendimento concentra-se em questões e abordagens diferentes. A principal preocupação do pesquisador é com o entendimento da maneira pela qual o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo em que ele se encontra. A abordagem agora toma um aspecto qualitativo como também quantitativo (CALEFFE e MOREIRA, 2006 p.44).

Neste entendimento a metodologia é a feita entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa. Caleffe e Moreira (2006 p.73) afirmam: “na realidade, esses dois rótulos não são dicotômicos, mas se colocam nos extremos opostos de um contínuo”. Nota-se uma distinção entre os tipos de métodos em que a pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. Os dados são frequentemente verbais e coletados pela observação, descrição e gravação. Por sua vez a pesquisa quantitativa, explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas. “Ambas podem ser usadas no mesmo estudo. Uma discussão sobre as abordagens qualitativas e quantitativas”.

Quanto ao foco desta pesquisa, este encontra-se voltado para o método qualitativo direcionado para o estudo da inclusão digital com perspectivas avaliativas da emancipação digital, aplicadas no Telecentro Mulungu Digital. A identificação e análise dos fatores que concorreram para os resultados alcançados foram efetivadas a partir do referencial teórico e da análise dos dados referentes à temática estudada.

O processo da inclusão digital oferecido pelos telecentros poderá formar um ambiente com metas definidas para alcançar a emancipação digital. Certamente, os frequentadores desses telecentros, que estão nos indicadores considerados de baixo IDH, receberão oportunidades de inserção ao mercado de trabalho; uma vez incluídos digitalmente,

poderão estar quase que em iguais condições de pleitear o favorecimento da sua empregabilidade.

Nesse estudo, o pesquisador, por meio da análise, discute questões universalizantes em relação à teoria e à problemática investigada, mas ao mesmo tempo produz um pensamento que é objetivo. Desta forma, descreve-se com singular pensamento e reflete-se a determinada realidade. Para Bakhtin (2000), o pensamento não é indiferente – não é neutro, o pesquisador tem uma responsabilidade pelo que pensa, pelo que transmite. O que o pesquisador pensa em um determinado momento produz efeitos de valor, e este pensamento terá efeitos sobre o contexto no qual ele atua.

Neste ambiente de pesquisa foi aplicado o estudo de caso para mensurar a inclusão e emancipação digital com o telecentro em Maceió. Nesta percepção, quando se direciona um estudo de caso é para confrontar as bibliografias existentes sobre o tema pesquisado e a realidade e necessidade de se comprovar fatos. Flick (2009, p. 135) relata que “o objetivo dos estudos de caso é a descrição exata ou a reconstrução de um caso.”

Nesse ambiente investigatório utilizou-se a técnica de pesquisa do “questionário”, por entender que esse instrumento oferece uma análise focada no caso, ou melhor, no problema pesquisado.

4.2 Universo da Pesquisa

A pesquisa teve como campo de investigação os telecentros, nos quais há uma concentração das utilizações das TIC, baseando-se em Lakatos (2006, p. 165): “o campo de investigação – abrange dois aspectos: limite no tempo (...) e limite de espaço”.

Interligam-se nesta pesquisa as literaturas existentes do tema estudado; para o estudo de caso, escolhe-se o telecentro Mulungu Digital, por oferecer cursos de informática profissionalizantes. Assim, têm-se como sujeitos os frequentadores inseridos nesses cursos.

4.3 Amostra da Pesquisa

Como população para este estudo encontrou-se 1.472 alunos, que frequentaram o Telecentro Mulungu Digital, sendo 1.300 alunos regularmente matriculados na Escola Municipal Padre Brandão Lima, 112 alunos da Educação de Jovens e Adultos e 60 do curso de informática básica, que participaram de cursos de informática educacional e profissionalizante.

Para se obter a amostra, utilizou-se, após aprovação do profissional de estatística, o cálculo que resultou na quantidade de 106 alunos como amostra para o desenvolvimento e entendimento do problema pesquisado, no que se refere à inclusão digital, e de 5 alunos para avaliar a emancipação digital. Para esse cálculo estatístico da amostra, utilizou-se o *Software* Estatístico Livre STATS, que é um programa para cálculo de dados estatísticos convencional e atua com a descrição dos resultados, com a variável, unidade, número de valores, média, variância mínimo, máximo e assimetria. Esse programa leva em consideração o número do universo da pesquisa, apontando a máxima aceitabilidade de erros e o resultado final da amostra.

A amostra foi calculada a partir de uma população de 1.472 frequentadores do Telecentro, com uma margem de erro de 4% para mais ou para menos; o percentual estimado de 5%, com o grau de confiança em torno de 95%, gerando uma amostra de 105, 8467, que foi arredondada e equivale ao total de 106 entrevistados incluídos digitalmente. Para aplicarmos o Questionário 1 foi utilizada essa amostra de 106.

Quanto à amostra para aplicação do Questionário 2, referente à emancipação digital, esta teve os mesmos procedimentos adotados pelo Questionário 1, porém foi utilizada uma população de 106 frequentadores, Isto é, utilizou-se totalmente a amostra do Questionário 1 como a população para Questionário 2. Assim, obteve-se como amostra para aplicação do segundo questionário um total de 10 frequentadores, que estão incluídos entre os 106 entrevistados, o que equivale aproximadamente a 10% da amostra dos incluídos digitalmente.

4.4 Caracterização do Cenário da Pesquisa

Esta pesquisa compreende o acompanhamento das ações realizadas no período de março a abril de 2009. Procura-se analisar, a partir da perspectiva da pesquisadora, a trajetória da inclusão à emancipação digital dos frequentadores do telecentro Mulungu Digital que participaram dos cursos de informática. Esta análise traz as vozes dos interlocutores: pesquisadora e alunos. Os cursos são oferecidos aos seus frequentadores, alunos que residem em diversas comunidades, conforme quadro 2:

Quadro 4- N° de entrevistados por comunidades atendidas pelo telecentro – Maceió/2009

Comunidades	Quantidade.
Bom Parto	83
Ponta Grossa	01
Mutange	06
Vergel	03
Brejal	02
Farol	04
Bebedouro	02
Jacintinho	02
Jardim S. Francisco	01
Sururu de Capote	02
Total	106

Pesquisa de campo (2009).

A partir da interpretação do quadro 1, percebemos que nos bairros de Maceió, considerados de classe alta não houve participação de alunos, levando-nos a inferir que esses alunos não frequentam telecentro por possuírem computadores em suas residências e por fazerem uso dos computadores em suas escolas da rede particular de ensino.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram elaborados dois questionários: o primeiro (anexo 1) com 24 questões abertas e fechadas, que serviram de instrumento para a aplicação das questões direcionadas à inclusão digital; e o segundo (anexo 2) com 5 questões abertas e fechadas, com o direcionamento à emancipação digital. A aplicação dos questionários foi realizada pessoalmente e com o envio das respostas *online* via *e-mail*, sendo este utilizado por ser mais rápido e dinâmico para se comunicar e obter informações.

Adotamos o estudo de Moreira e Herivelto (2006, p.228) que apresenta o desenvolvimento da pesquisa científica, com seus métodos e técnicas.

Após o resultado da amostra, utilizaram-se dois questionários que serviram de base avaliativa para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa. Assim, houve os procedimentos com as entrevistas dos sujeitos, apoiando-se em Fontana e Frey (1994): a entrevista pode ser considerada uma das formas mais comuns de coletar dados para pesquisa, e ao mesmo tempo, trata-se de um excelente modo de análise de uma realidade.

Com o primeiro questionário, utilizamos os seguintes procedimentos: foi entregue impresso e pessoalmente no Telecentro Mulungu Digital ao Instrutor, que se disponibilizou a contactar com os concluintes dos cursos, para ser respondido e posteriormente entregue a esta pesquisadora, fornecendo questões para análise, avaliação e resultados sobre a temática em questão.

Já com o segundo questionário, adotamos a opção de enviar no formato *online*, através dos *e-mails* de alunos que o haviam disponibilizado, no ato da matrícula, ou mesmo os cadastros que foram atualizados à medida que esses frequentadores adquiriram seus endereços eletrônicos. Justificamos tal procedimento com a tentativa de comprovar a real emancipação digital e autonomia desses frequentadores que participaram da pesquisa.

Nesse ambiente investigatório, os dados foram coletados com a utilização desses questionários que serviram de base avaliativa desta pesquisa, que tem como objetivo avaliar desde a inclusão à emancipação digital no Telecentro Mulungu Digital. Assim, os questionários foram tabulados e apresentados nos subitens a seguir:

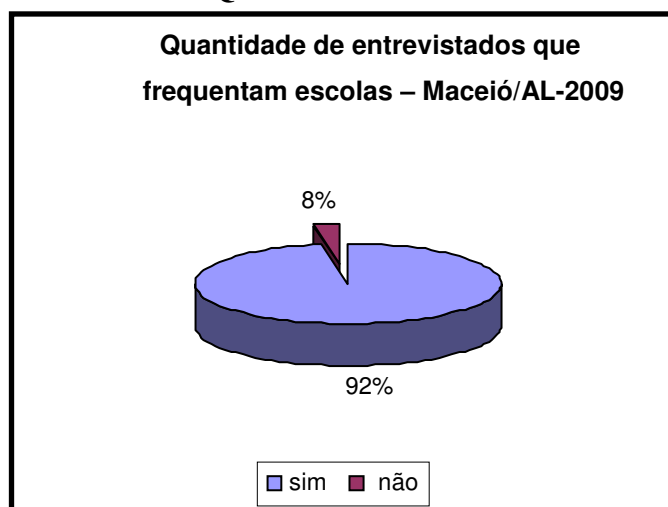
Questionário 1

Tabela 1 – Quantidade de entrevistados que frequentam escolas - Maceió – 2009

Opções	Quantidade	%
Sim	97	92
Não	9	8
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

De acordo com a tab. 1, entre os entrevistados, 97 frequentam a escola.

Gráfico 2 - Quantidade de Entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

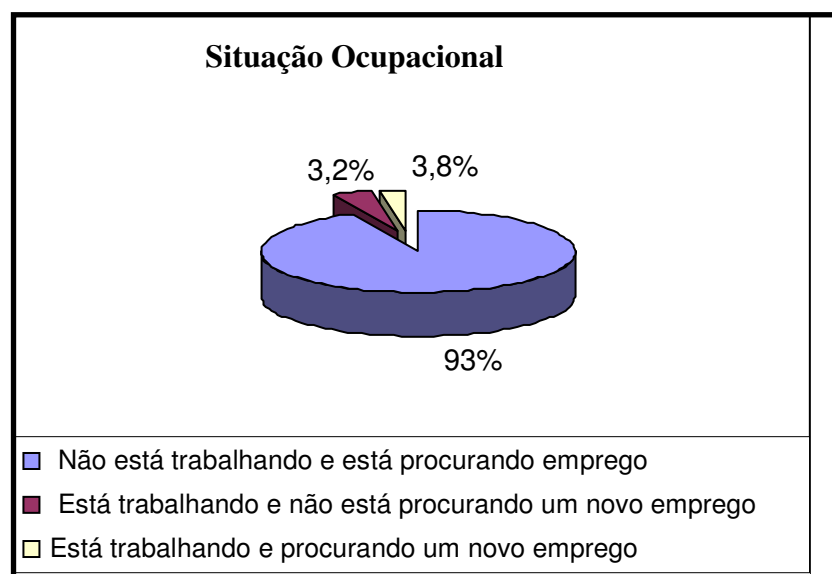
Os 97 entrevistados representam 92% da amostra, considerando-se que Alagoas apresenta ainda um alto índice de alunos fora da escola. O dado significativo justifica-se por os entrevistados pertencerem aos programas Alfabetizar é preciso e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e também por serem em sua maioria alunos regulares da Escola Municipal Padre Brandão Lima, onde o Telecentro Mulungu Digital se encontra instalado.

Tabela 2 – Situação Ocupacional

Situação Ocupacional	Quantidade	%
Não está trabalhando e está procurando emprego	99	93
Não está trabalhando, mas não está procurando emprego	4	3,8
Está trabalhando e não está procurando um novo emprego	3	3,2
Total	106	100 %

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Observamos na tabela 2 que a situação ocupacional alcança 99 dos entrevistados que não têm emprego e dele estão à procura.

Gráfico 3 - Situação Ocupacional dos Entrevistados Maceió /2009

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Os 93% que se encontram na categoria não estão trabalhando e estão procurando emprego ratificam a questão apresentada na Tabela 3, que enfoca a não experiência profissional.

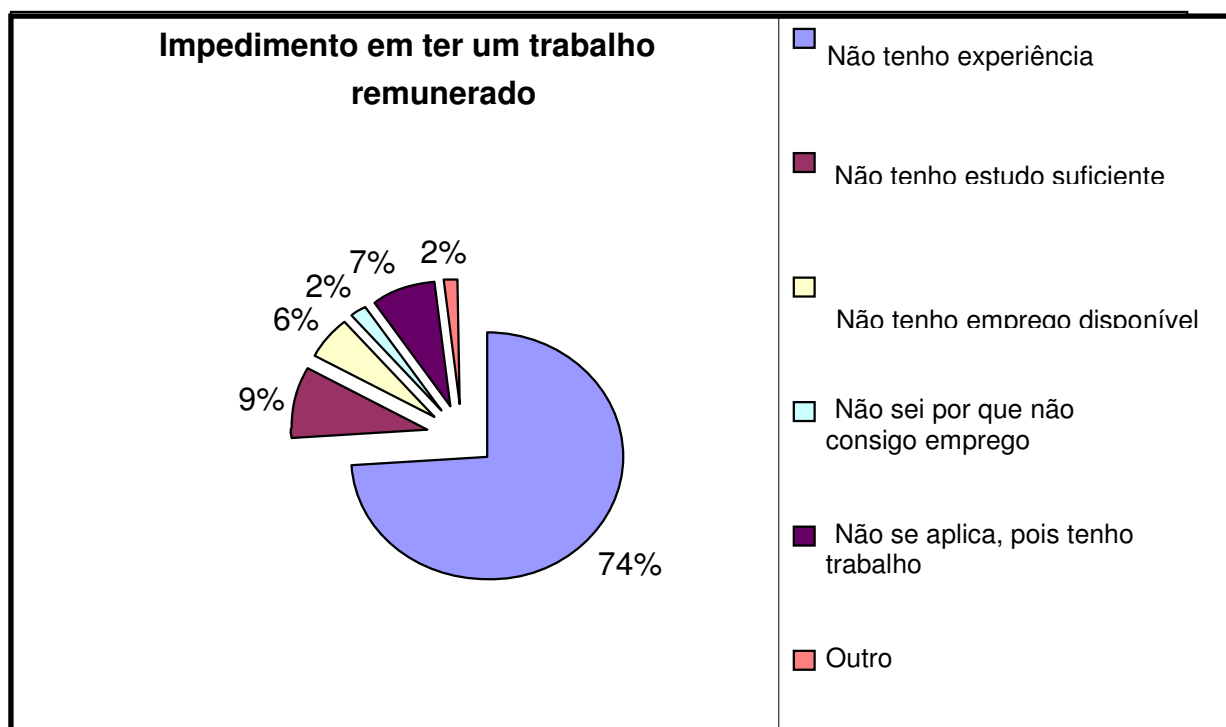
Tabela 3 - Impedimento em ter um trabalho remunerado-Maceió/AL-2009

Opções	F	%
Não tenho experiência	78	74
Não tenho estudo suficiente	10	9
Não tenho emprego disponível	6	6
Não sei por que não consigo emprego	2	2
Não se aplica, pois tenho trabalho	8	7
Outro	2	2
Total	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Por falta de experiência profissional e de estudo suficiente para serem inseridos no mercado de trabalho, 78 dos entrevistados encontram-se na situação sem emprego.

Gráfico 4 - Impedimento dos entrevistados em ter um trabalho remunerado - Maceió/AL-2009



Fonte: Pesquisa de campo (2009)

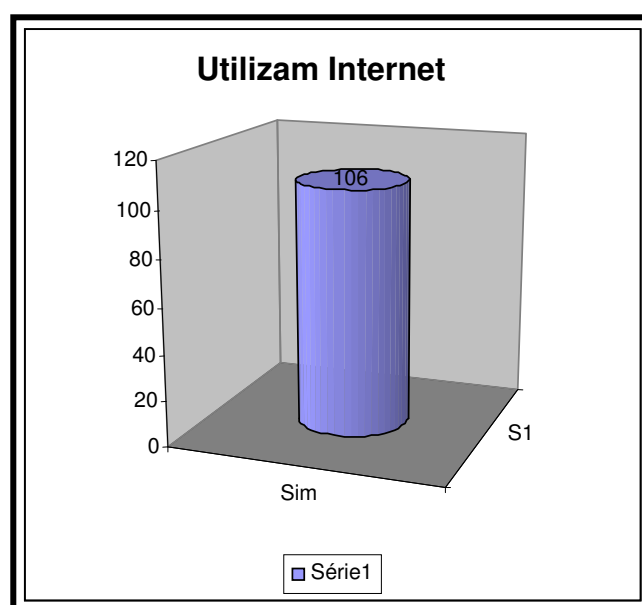
Quando se avalia o gráfico, 74% afirmaram não ter experiência para adentrar no mercado de trabalho, consequência da ausência de qualificação.

Tabela 4 - Entrevistados que utilizam a Internet – Maceió/2009

Opcões	Quantidade	%
SIM	106	100
NÃO	0	0
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Com relação aos conhecimentos em informática e Internet, constatamos que 100% dos entrevistados responderam usar a Internet. Percebemos que todos os entrevistados utilizam a Internet, já que a pesquisa aconteceu com os frequentadores do Telecentro Mulungu Digital e a Internet é uma das principais ferramentas motivadoras para a frequência ao telecentro.

Gráfico 5 - Entrevistados que utilizam a Internet – Maceió/ 2009

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

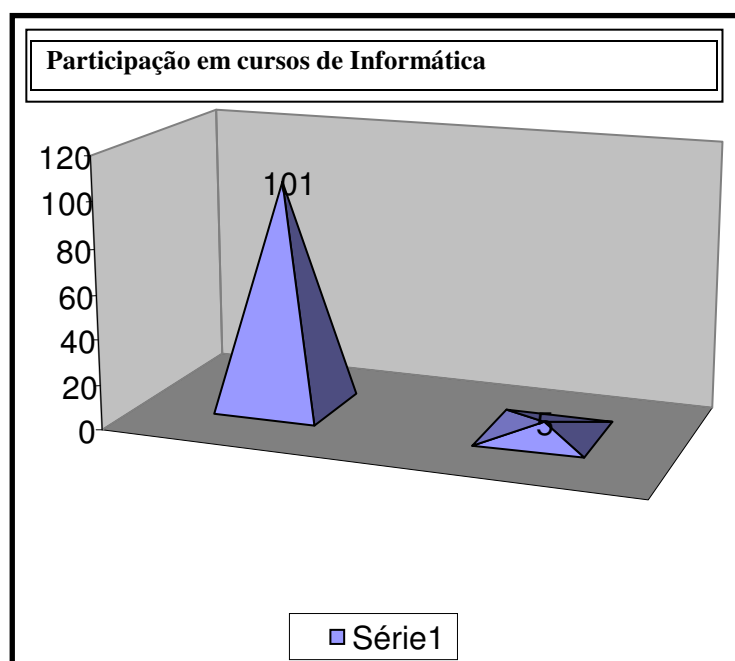
Por unanimidade e independentemente de os alunos estarem frequentando a Escola regular, todos os entrevistados fazem uso da Internet no Telecentro Mulungu Digital.

Tabela 5 - Participação dos Entrevistados em Cursos de Informática – Maceió/ 2009

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
SIM	101	96
NÃO	5	4
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Dos frequentadores do telecentro, 96% responderam que fizeram o curso básico de informática. Destacamos que o Curso básico de informática não dá seguridade quanto ao domínio dos aplicativos básicos do computador, pois tudo depende da curiosidade, da necessidade e de horas de uso no computador.

Gráfico 6 - Participação dos entrevistados em cursos de Informática – Maceió/ 2009

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Com 96% de respostas afirmativas, fornecidas pelos entrevistados que participaram de cursos de informática, estimamos que esses alunos estão praticamente em processo de efetiva inclusão digital.

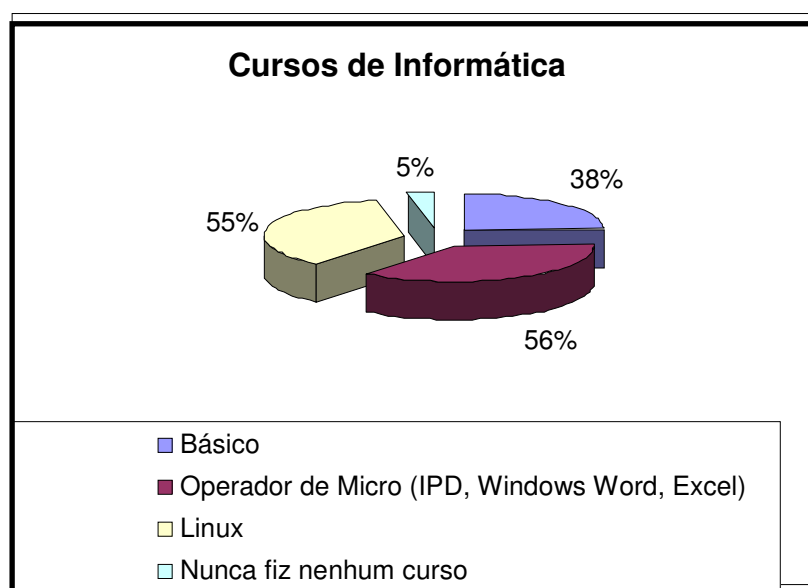
Tabela 6 - Cursos de Informática dos entrevistados com curso no Telecentro Mulungu Digital – Maceió/ 2009

Cursos	Quantidade	%
Básico	40	38
Operador de Micro (IPD, Windows Word, Excel)	59	56
Linguagem de Programação	0	0
Linux	59	55
Internet	0	0
Nunca fiz nenhum curso	5	5
Outros	0	0
Respostas mistas		

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

De acordo com os dados da tabela 6, evidenciamos que esses resultados foram fruto de mais de uma opção de respostas. Os entrevistados se apresentam com características de habilidades desenvolvidas para o uso do computador.

Gráfico 7 - Cursos de Informática dos Entrevistados Efetuados no Telecentro Mulungu Digital – Maceió/2009



Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Quando indagados com relação aos cursos de informática que já cursaram, 38% afirmaram ter cursado somente o básico; 56%, o de Operador de micro, que corresponde aos aplicativos IPD, Windows Word, Excel; e 55%, o sistema operacional Linux. Observamos que existe uma clara dúvida quanto à nomenclatura desses cursos, pois é de conhecimento de todos que os entrevistados são frequentadores do telecentro Mulungu Digital, onde são oferecidos cursos no Sistema Operacional Linux, por ser uma proposta de *software* livre (não ser necessário o pagamento de licenças por sua utilização em computadores), que não é o caso do Windows, um *software* proprietário (necessita-se do pagamento de licenças) ou um uso “Pirata,” no caso, uma irregularidade. O uso do Linux é uma proposta utilizada em todos os telecentros brasileiros.

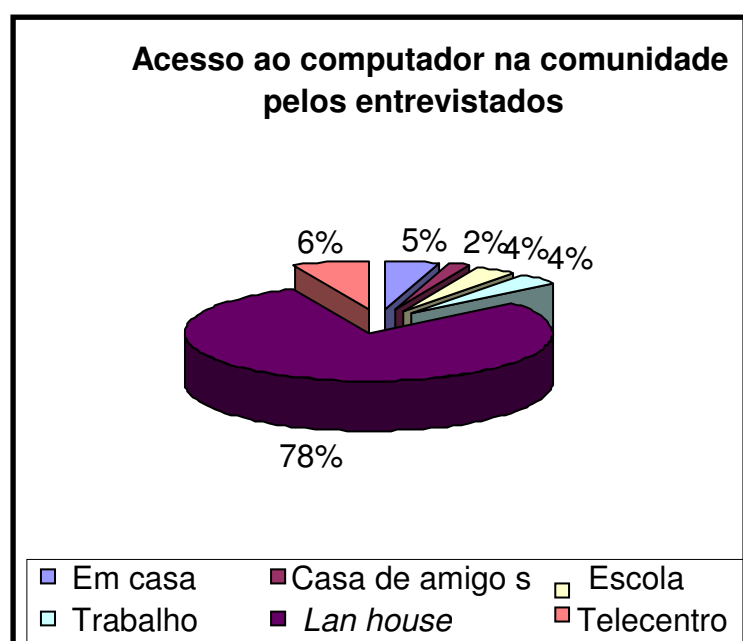
Tabela 7 – Acesso na comunidade dos entrevistados ao computador – Maceió /2009

Opções	Quantidade	%
Em casa	5	4,4
Casa de amigos	2	1,8
Escola	4	3,8
Trabalho	4	3,8
<i>Lan House</i>	84	80
Telecentro	7	6
Total	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Apesar de os entrevistados fazerem parte dos cursos de informática oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital, há poucos que o frequentam, totalizando um número de 7; dos alunos, 84 afirmaram que seu principal acesso se dá por meio de *lan houses*, por uma questão de comodidade, pelo fato de elas serem próximas a sua residência, ou por questões de liberdade, uma vez que cada telecentro apresenta suas regras de uso.

Gráfico 8 - Acesso ao computador na comunidade pelos entrevistados
– Maceió/2009



Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Quanto ao acesso ao computador na comunidade pelos entrevistados, um dado que sobressai dos demais é com relação à quantidade, pois 80% dos entrevistados têm acesso ao computador por meio da *lan house*.

Há a cada dia nas periferias a proliferação destes estabelecimentos, simplesmente por sua procura excessiva pelo público carente de informação e de acesso ao meio tecnológico, e também por ser esta uma forma de sobrevivência de alguns proprietários que veem nesse negócio uma maneira de conseguir sua sobrevivência e a de sua família, já que muitas vezes lhes faltam oportunidades de emprego.

O fato é preocupante, visto que o mercado de *lan houses* é muito carente de serviços de qualidade, levando à incorreta orientação da população no uso do computador. Percebemos que muitos frequentadores passam horas jogando, ou conversando no MSN, em Orkut, ou até mesmo traficando ou cometendo crimes virtuais.

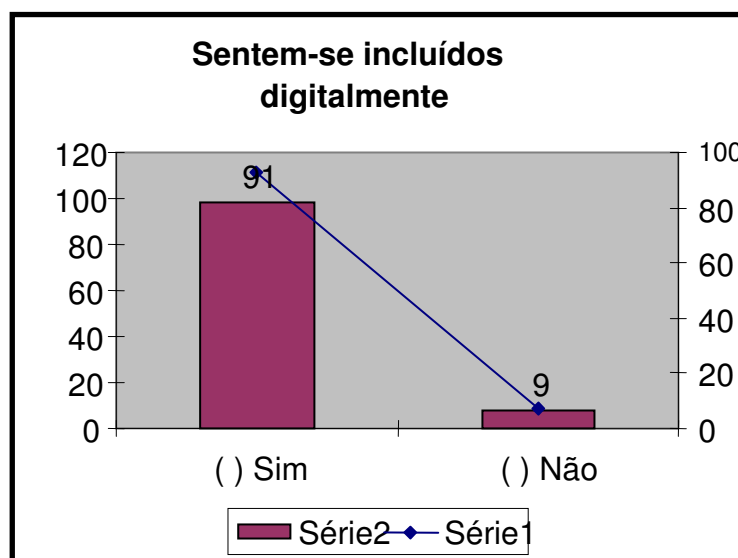
O resultado de 6%, referente à utilização do telecentro, sugere que os seus frequentadores acreditam ser a sua principal função proporcionar cursos de informática e não o livre acesso ao computador e à Internet.

Tabela 8 - Os entrevistados se sentem incluídos digitalmente – Maceió/2009

Opções	Quantidade	%
Sim	98	91
Não	8	9
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

A tabela 8 mostra que dos entrevistados, 98 afirmaram que se sentem incluídos digitalmente, mas, quando se correlaciona esta questão com a Tabela 7, percebemos que a inclusão digital está condicionada ao acesso à Internet, feito em *lan house*.

Gráfico 9 – Os Entrevistados se sentem incluídos digitalmente? – Maceió /2009

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

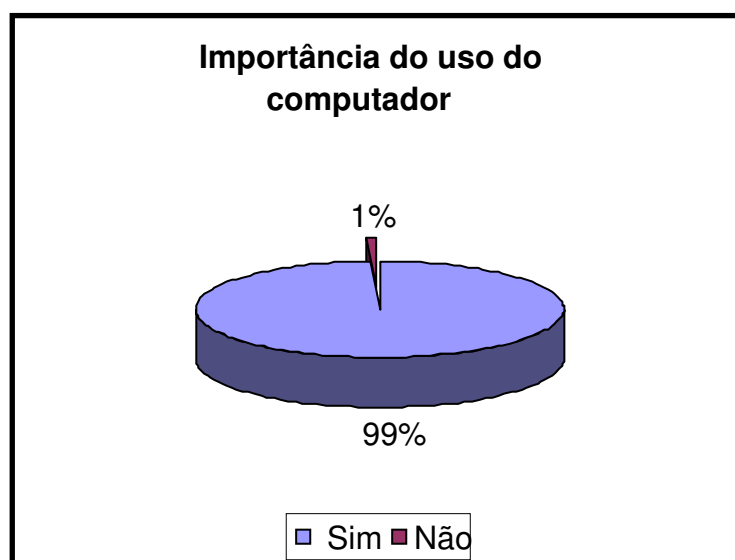
Com o gráfico 9, a inclusão digital ainda é um processo com entendimento caótico: 91% dos participantes desta pesquisa afirmaram que fazem parte da inclusão digital. No entanto, pelo simples fato de usar um computador e acessar a Internet não pode ser considerado um incluído digital. A questão no contexto é muito mais ampla.

Tabela 9 - Importância do uso do computador – Maceió/2009

Opções	Quantidade	%
SIM	105	99
NÃO	1	1
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Quase todos os entrevistados afirmaram a importância de, nos dias atuais, saberem utilizar um computador, bem como também navegarem na Internet, perfazendo um total de 99% entre os entrevistados.

Gráfico 10 - Importância de uso do computador – Maceió /2009

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O resultado de 99%, relacionado ao reconhecimento da importância do uso do computador, reflete quase a sua totalidade, pois o Telecentro Mulungu Digital visa à implantação da inclusão digital.

Quadro 5 - Atividades que os entrevistados realizam no computador – Maceió/ 2009

Opções	Quantidade
Pesquisas escolares	66
Orkut	96
Jogos	4
Bate-papo	10
Diversão	3
Consulta de <i>e-mail</i>	40
Compras	1
Cursos <i>on-line</i>	1
Notícias	7
Outros	0

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

De acordo com o quadro 2, dos entrevistados, dentre as atividades realizadas utilizando computador, 66 afirmam usá-lo mais para pesquisas escolares; 96 ficam em Orkut;

40 consultam o *e-mail* e apenas 7 utilizam para acompanhar as notícias. Correlacionando esses dados com a tabela 9, percebemos claramente a falta de esclarecimento dos entrevistados com relação à importância do uso do computador nos dias atuais, uma vez que 96 deles afirmam passar o maior tempo acessando o Orkut ¹², o que comprova a falta de conhecimento em aproveitar melhor a ferramenta computador para potencializar suas ações.

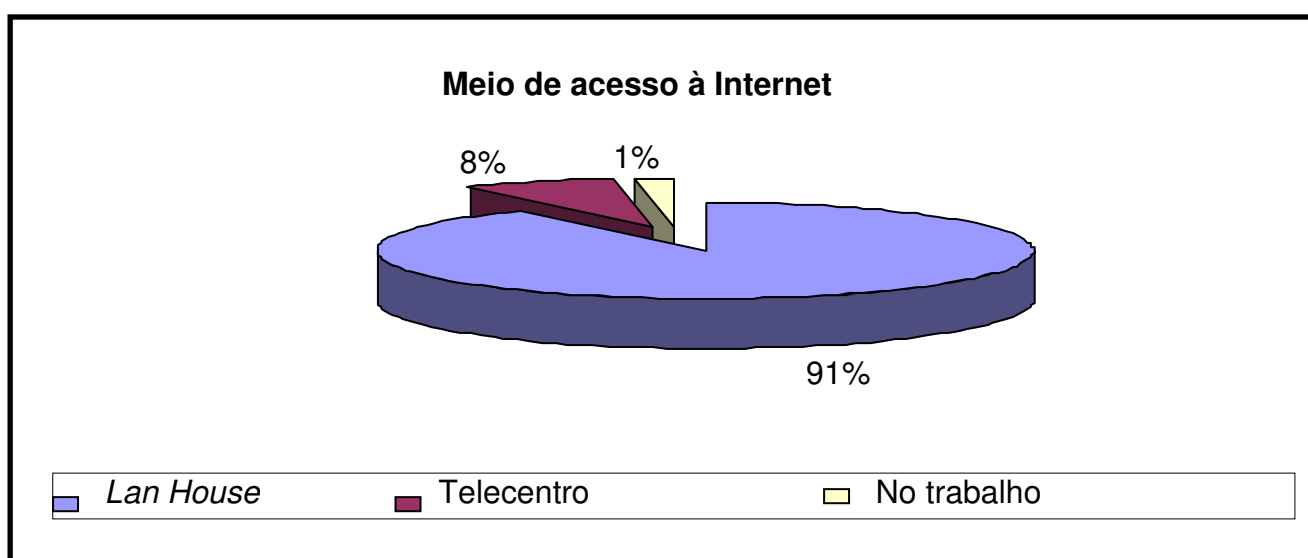
Tabela 10 - Acesso dos entrevistados à Internet – Maceió/2009

Opções	Quantidade	%
<i>Lan House</i>	96	91
Telecentro	8	8
Laboratório de Informática da Escola	0	0
No trabalho	2	1
Outros	0	0
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Neste resultado, o acesso à Internet ratifica a Tabela. 7. A *Lan House* se apresenta com 91% de participação dos entrevistados.

Gráfico 11 - Acesso dos entrevistados à Internet – Maceió/2009



Fonte: Pesquisa de campo (2009)

¹² Rede social de relacionamento onde é possível publicar fotos e vídeos pessoais, criar comunidades em formato de fórum de discussão, enviar e ler novidades "scraps" de sua rede de contatos. <http://www.creativehost.com.br/suporte/glossario/o.htm>.

Com relação ao local de acesso à Internet, 91% utilizam na Lan House e 1% no trabalho. Quando se tem em mente que a inclusão digital caminha para a emancipação digital, e com o resultado de 1% de utilização da Internet no trabalho, tem-se de ressaltar a ausência desse acesso em telecentros e na escola.

Quadro 6 - Atividades que os entrevistados realizam nas horas vagas – Maceió /2009

Opções	Quantidade
Ler jornais, livros, revistas	27
Visitar amigos	32
Ficar conversando com grupos de amigos	35
Acessar a Internet	44
Jogar no computador	2
Jogar bola	1
Praticar esportes	1

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Dos entrevistados que não se contentaram em responder apenas a uma opção, mas sim a várias, destaca-se a atividade acessar a Internet como a de maior destaque, o que costumam fazer em suas horas vagas.

Quadro 7 - Necessidades da comunidade

Opções	Quantidade
Escolas	16
Segurança pública	28
Ambiente de lazer e diversão	28
Posto de saúde	14
Projetos sociais	13
Telecentro	14
Escolas com laboratórios de informática	28
Cursos gratuitos	35
Ofertas de emprego	29
Asfalto e viadutos	1
Iluminação	4
Outros	0

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Quanto à pergunta relacionada às necessidades da sua comunidade, um dado nos chamou particularmente a atenção, que foi a falta de consciência dos entrevistados em perceber a necessidade ou até mesmo a importância dos telecentros na vida daquela

comunidade. O quadro apresenta apenas 14 que responderam considerando o telecentro como sendo uma necessidade.

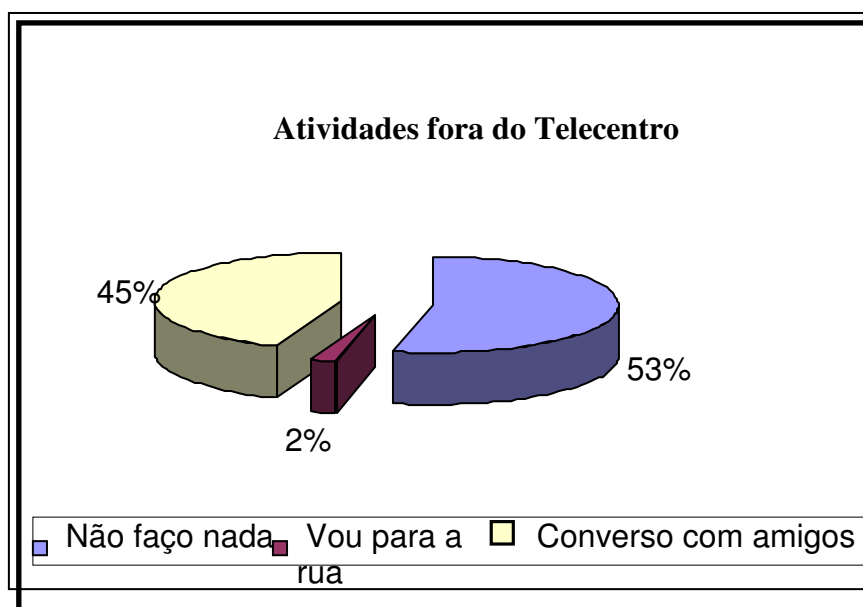
Tabela 11 - O que costuma fazer quando não está no Telecentro?

Opções	Quantidade	%
Não faço nada	54	51
Vou para a rua	2	2
Converso com amigos	45	42
Outros	0	0
TOTAL	106	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Com o resultado de 54 entre os pesquisados que não fazem nada quando não estão no telecentro, notamos que há uma ociosidade que poderá ser suprida, caso os telecentros ofereçam oportunidades de acesso nesses intervalos de tempo.

Gráfico 12- Atividades fora do Telecentro



Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Com relação ao que costumam fazer quando não estão no telecentro, 51% afirmaram não fazer nada e 42% conversar com amigos. Esses dados nos remetem à

conclusão de que não fazer nada e conversar com amigos poderiam ser uma ação de favorecimento ou talvez da condenação de acesso à criminalidade, já que, em muitos casos, há falta de perspectivas de dias melhores.

A seguir apresentamos os resultados tabulados do Questionário 2, que foi aplicado com a amostra do estudo, servindo de base para conceituar a emancipação digital.

Tabela 12 – Você utiliza o computador de forma segura, com domínio de suas ferramentas?

Opções	Quantidade	%
Sim	1	10
Em Parte	9	90
TOTAL	10	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Nesta questão, tenta-se avaliar se realmente os cursos oferecidos pelo telecentro dão suporte para o domínio com a utilização do computador. Então, percebe-se aqui, entre os entrevistados, 9 afirmaram que em parte têm a segurança com o computador.

Tabela 13 – Os cursos oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital, favoreceram o seu ingresso no mercado de trabalho ?

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Sim	1	10
Em Parte	9	90
TOTAL	10	100

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Esta questão ratifica a questão nº 1, em que o uso do computador favorece em parte o ingresso no mercado de trabalho.

Apresentamos alguns relatos dos entrevistados no subitem a seguir para que se tenha uma visão sobre a emancipação digital no cotidiano daqueles frequentadores do Telecentro Mulungu Digital.

4.5 Discussões dos Dados e Resultado da Pesquisa

Observamos entre os entrevistados que o desemprego é um fato real, sendo consequência da ausência de experiência profissional. Percebemos que os conhecimentos de informática e Internet são vistos como forma de acesso a essa experiência.

O curso de informática oferecido pelo telecentro Mulungu, na maioria das vezes, torna-se um fim em si mesmo, ou seja, após o término do curso básico de informática o aluno finda o seu processo de inclusão digital. Ressaltamos que o curso básico refere-se ao primeiro estágio para a conquista da efetiva inclusão digital.

O que chamou atenção neste estudo, quanto ao acesso do computador na comunidade, foi que os conceitos da inclusão digital são usados de forma totalmente distorcida, sendo para os frequentadores pesquisados a simples utilização do computador, deixando-se de lado a consciência da emancipação digital, na qual se acredita que, através do domínio e acesso correto do computador, o aluno torna-se cidadão ativo e incluído no mundo global, social e digital.

(...) É a insatisfação com esse padrão de inclusão digital que nos leva a propor o conceito de emancipação digital como forma de potencializar os resultados obtidos pelos projetos tradicionais de inclusão digital ou mesmo para redesenhá-los. Processos de emancipação digital buscam promover o deslocamento do paradigma da 'sociedade da informação' para um que tenha a "sociedade do conhecimento" como horizonte, fazendo do acesso apenas um dos elos, necessário, mas insuficiente, na cadeia produtiva de informação que poderá dar sustentabilidade à emancipação econômica, social e cultural dos cidadãos (...). (SCHWARTZ. 2008, p.1-2).

Os resultados apresentados anteriormente nas tabelas e nos gráficos direciona-se para o conceito de emancipação digital como sendo a condição do indivíduo a utilizar o computador para favorecimento pessoal e profissional; 93% dos entrevistados não têm emprego e estão à procura dele. Ratificamos que, para que o cidadão alcance a sua emancipação digital, exige-se sua efetiva inclusão digital, a favor da sua conquista do mercado de trabalho.

Quanto ao impedimento em ter um trabalho remunerado, 74% declaram ser por falta de experiência profissional e de estudo suficiente para serem inseridos no mercado de trabalho. Logo, o agravante desses dados é com a crise mundial instalada. Observa-se ser este um dos principais motivos do alto índice de desempregados na cidade de Maceió, fato que podemos verificar de acordo com os recentes dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados em 19/2/2009, que mostram a primeira queda no emprego para um mês de janeiro da década e a primeira da série histórica revisada. Segundo informações divulgadas por esse órgão, todos os estados dessas regiões tiveram saldo **negativo** (grifo nosso) na soma entre contratações e demissões. A exceção ficou com o Distrito Federal, no qual o número teve um pequeno recuo.

Quadro 8- CAGED 2009

Estado	Contratações	Demissões	Saldo
Acre	1.571	1.638	-67
Alagoas	7.295	8.479	-1.184
Amapá	1.319	1.985	-666
Amazonas	10.571	16.873	-6.302
Bahia	47.677	48.594	-917
Ceará	25.447	32.308	-6.861
Distrito Federal	21.429	21.604	-175
Espírito Santo	25.791	29.516	-3.725
Goiás	42.131	40.296	1.835
Maranhão	10.212	13.414	-3.202
Mato Grosso	27.651	24.327	3.324
Mato Grosso do Sul	20.207	18.105	2.102
Minas Gerais	131.179	157.979	-26.800
Pará	20.030	23.562	-3.532
Paraíba	7.567	7.857	-290
Paraná	95.623	94.031	1.592
Pernambuco	30.190	38.162	-7.972
Piauí	5.422	6.023	-601
Rio de Janeiro	99.747	116.285	-16.538
Rio Grande do Norte	11.946	14.923	-2.977
Rio Grande do Sul	89.407	86.609	2.798
Rondônia	8.573	7.513	1.060
Roraima	1.020	914	106
Santa Catarina	80.474	74.067	6.407
São Paulo	383.142	421.818	-38.676
Sergipe	6.438	6.757	-319
Tocantins	4.491	4.659	-168

Fonte: Ministério do Trabalho (2009)

Observa-se a necessidade de um foco voltado para a situação do Estado de Alagoas em relação à falta de emprego. No entanto, sabemos também que todos os países do

mundo e Estados estão procurando alternativas para combater a situação. Para se estar preparado para o mercado de trabalho é imprescindível o conhecimento escolar e o domínio do computador, bem como das TIC. Justifica-se a utilização de telecentros como uma das alternativas positivas para o poder público do Estado de Alagoas e do município de Maceió, para melhor capacitar sua população ou proporcionar acesso aos meios tecnológicos na justificativa de favorecer a sua inclusão no retorno ao mercado de trabalho vigente.

Em se tratando de conhecimentos em informática e Internet, contatamos neste estudo que 100% dos entrevistados utilizam a Internet. Em relação aos cursos de informática, dos frequentadores do telecentro, 93% responderam que fizeram o curso básico de informática. É importante salientar que o curso básico de informática não dá seguridade quanto ao domínio dos aplicativos básicos do computador, pois tudo depende da curiosidade, da necessidade e de horas de uso no computador.

Observamos que existe uma nomenclatura desses cursos, pois sabe-se que os entrevistados são todos frequentadores do Telecentro Mulungu Digital, onde só são oferecidos cursos no Sistema Operacional Linux, por ser uma proposta de *software* livre. Notadamente, o uso do Linux é uma proposta utilizada em todos os telecentros do Brasil.

Quanto ao acesso na comunidade ao computador, um dado que sobressai dos demais é com relação a 80% dos entrevistados terem acesso ao computador através das *lan houses*.

Neste ambiente de pesquisa, chega-se ao resultado, após a argumentação apresentada com as bibliografias e sua interação com o estudo de caso, em que 6% utilizam o computador no Telecentro e 3,8% o utilizam na escola e no trabalho. O percentual consideravelmente alto foi o de 80% que utilizam as *lan houses* como principal acesso. Reafirma-se a necessidade urgente de espaços públicos de acesso a computadores. Percebe-se que os usuários ficam horas e horas pagas a subutilizar as potencialidades da ferramenta computador.

Equivocadamente, dos entrevistados 92% dizem se sentir incluídos digitalmente por achar que ser incluído digital é acessar a Internet e jogar em *lan houses*, e apenas 7% não se sentem incluídos. É importante destacar que tais ações são mínimas diante da imensa gama de recursos e atividades que um computador pode proporcionar.

Cabe-nos uma reflexão ao tema acima destacado. O mundo das relações digitais não tem limites, pois as páginas de qualquer país podem ser acessadas em segundos. As informações que usam esse meio para ser veiculadas visam uma maior abrangência de seu público, economia de tempo e facilidade para obtê-las. Quase todos os serviços podem ser feitos pela Internet, em vez de termos de ir a cada estabelecimento para fazê-los, e por isso diz-se que a Internet encurtou as distâncias. Fazem-se muito mais coisas em menos tempo. Para a inscrição do vestibular da UFAL ou concurso público, por exemplo, os candidatos fazem sua inscrição pela Internet, imprimem o boleto bancário em sua própria casa e somente vão ao banco para pagá-lo. O deslocamento é só um: o banco. Isso torna essas transações confortáveis e eficazes. Um jovem sem computador nessas horas vê-se excluído da sociedade, ou seja, as informações e serviços que são veiculadas na Internet presumem que todos sejam incluídos digitalmente. Isso, sabemos, não é verdade, porém não podemos atrasar a evolução devido a problemas específicos, como nas comunidades carentes. Esses problemas devem ser solucionados junto com a evolução, para que mais pessoas se insiram nesse processo e daí em diante não fiquem para trás.

Essa nova perspectiva nas relações com o mundo gera a exclusão digital, já que alguns têm acesso a esse tipo de tecnologia e outros não, ou até mesmo muitos desperdiçam ao fazer uso das ferramentas computacionais. Esse será um fator de extrema relevância de estudo da sociedade, que será apontado daqui a alguns anos como qualquer outro índice, como taxa de analfabetismo ou renda *per capita*. Conforme o IBGE (2005), no Brasil, 148 milhões não têm acesso à Internet, por isso justificam-se políticas públicas, empresariais e de organizações não governamentais de inclusão digital, que além de capacitar para o uso das tecnologias, contribuem para o desenvolvimento da cidadania. A inclusão digital é o acesso às tecnologias de informação e da comunicação, e está diretamente relacionada aos direitos básicos, à informação, à liberdade de opinião e expressão. A peça-chave da inclusão digital não é aprender a mexer no Word ou comprar um computador; antes disso, é preciso pensar de maneira digital. O pensamento que converge para uma nova maneira de ver o mundo e de encarar a realidade. Estar excluído digitalmente é uma forma de estar excluído socialmente. Essa exclusão é desencadeada, assim como outros problemas sócioeconômicos, por vários problemas; nesse caso, a má distribuição de poder e renda. Pessoas com poder aquisitivo menor têm menos chances de comprar computadores e de ter acesso a essas informações.

Num cenário em que as empresas e os governos migram informações e serviços para meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade de conhecer e de exercer seus direitos de cidadão. As tecnologias devem ser usadas para o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão. Defendemos que a comunicação entre os jovens hoje deveria começar, por exemplo, em uma sala de aula, continuando na sala de bate-papo, e poderia terminar pelo celular. Essa facilidade de interagir tem um papel na transformação da comunicação dos jovens e em suas reais perspectivas de futuro. Na sociedade da informação, o conhecimento determina quem será mais bem-sucedido. O conhecimento e o acesso às TIC são sinônimos de qualidade de vida, inserção social cultural e condição de empregabilidade.

Correlacionamos os resultados do questionário 1 com os resultados do questionário 2. Notamos que o telecentro, fruto do estudo de caso desta pesquisa, vem contribuindo com seus frequentadores no tocante à inclusão digital. Apesar de a comunidade que frequenta o Telecentro Mulungu Digital estar inserida em área de baixo IDH, esses frequentadores apresentaram resultados na pesquisa de campo, onde demonstram um crescimento pessoal e profissional que ratifica a ausência da exclusão digital para aquela comunidade assistida pelo projeto de inclusão digital. Com uma visão da comunidade, chegamos ao entendimento, neste estudo, de que os resultados ficam patentes com a tentativa de conceituar a emancipação digital.

Neste universo de pesquisa, constatamos que a emancipação digital representou 100% da amostra. Assim, os entrevistados deram os seus depoimentos com total segurança de ser considerados por esta pesquisa como incluídos e emancipados digitalmente. Nos depoimentos dos sujeitos que compõem a pesquisa evidenciamos os seguintes relatos:

Quando questionados sobre a utilização do computador de forma segura, com domínio das suas ferramentas, obteve-se o seguinte: “utilizo o computador mais para diversão e trabalhos da universidade, pesquiso pouco em *sites* desconhecidos, pois sempre temos indicação dos professores, e a parte técnica procuro usar aproveitando os recursos aprendidos nos cursos que realizei no telecentro”. Outro entrevistado afirmou: “utilizo o computador mais para diversão e trabalhos, pesquiso pouco em *sites* desconhecidos, pois sempre temos indicação dos meus amigos, e a parte técnica procuro usar aproveitando os recursos”. E ainda, para ratificar a emancipação digital, comprovamos com o seguinte depoimento: “Sim, hoje sou professor do Telecentro”.

Quando se direcionou a questão dos cursos oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital e suas contribuições para a vida pessoal, destacamos: o entrevistado 4 relatou “Pra falar a verdade, apesar de ter oportunidades, nunca quis aprender a usar o computador. Quando entrei no curso, fui ficando mais curiosa, e hoje no que esse curso mais me ajudou foi na parte dos estudos. Na parte de digitação, como usar a parte de texto, enfim; logo depois pude comprar um computador e praticar bem melhor.” Já, o entrevistado 15: “Pra falar a verdade, apesar de ter oportunidades, nunca quis aprender a usar o computador; primeiramente, agradeço a oportunidade de frequentar o Telecentro Mulungu, e a melhor coisa foi Concluí-lo”. Mas o que chamou atenção foi este depoimento do entrevistado 70: “Me tornei professor do próprio Telecentro e fui aprovado em quarto lugar para ministrar aulas de informática no Pro Jovem”.

Perguntou-se após o curso como eles se sentiam socialmente. Com relação a essa questão, faz-se necessário interligá-la com a resposta encontrada no gráfico 8 do questionário – 1, que ratificou a inclusão digital entre os entrevistados. Neste questionamento, foi solicitada uma justificativa sobre a condição social após os cursos. Esses entrevistados se sentem incluídos digitalmente na sociedade. Conforme depoimentos: o entrevistado 4: “Posso dizer que foi fundamental, pois como disse antes não sabia nada sobre essa ferramenta, e tinha vergonha de falar, pois todos os meus amigos estavam por dentro da tecnologia, através de cursos particulares”. “Neste seguimento, entrevistado 6:” Posso dizer que foi fundamental a oportunidade, dada pela ONG e me sinto incluído digitalmente e capacitado e pronto para sociedade”. Diante das expectativas de validar a inclusão com a emancipação digital, tem-se ainda a seguinte declaração: o entrevistado 1 ressaltou que “me sinto incluído no mundo digital”.

Evidenciamos que um dos dados obtidos através da pesquisa, que nos surpreendeu com os seus resultados, foi o fato de que os cursos oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital favorecem o ingresso no mercado de trabalho. Nesta questão, sustenta-se que a inclusão digital leva o indivíduo para a emancipação digital, mesmo que parcial. Assim o resultado desta questão está conectado com o quesito 2 deste questionário. Além do mais, este resultado afirma o problema, os objetivos e a hipótese desta pesquisa. Dessa forma, apresenta-se o foco da problemática deste trabalho de pesquisa: Quais as contribuições dos Telecentros para o processo de inclusão digital de seus frequentadores em regiões de baixo IDH? Portanto, os entrevistados se destacaram conforme os depoimentos que seguem:

- ✓ O entrevistado 1 relatou que “durante o curso eu ingressei na faculdade de Biologia na área da educação, e pra mim foi fundamental o curso para que eu pudesse acompanhar os períodos. Até hoje me ajuda em tudo na área da computação, e com toda certeza vai me ajudar a ser uma profissional que vai atrás de novos conhecimentos”.
- ✓ O entrevistado 2 explicou que “durante o curso, eu ingressei no mercado de trabalho educacional e pra mim foi fundamental o curso. Hoje trabalho na área da computação, montei uma gráfica rápida, onde realizo serviços de digitação de currículos, cartões de visita, edição de fotos e outros. A partir do curso fiquei cada vez mais envolvido na área DIGITAL”.
- ✓ O entrevistado 3 ressaltou que “Sim, hoje me sinto bem, profissionalmente, no mercado”.

Quando indagamos se conhecem algum colega que foi inserido no mercado de trabalho logo após a conclusão dos cursos de informática oferecidos no Telecentro Mulungu Digital, reportamo-nos em direcionamento à Tabela 2 – Situação ocupacional do questionário 1, em que 99 dos entrevistados responderam não estar trabalhando e sim procurando emprego. Por unanimidade, eles responderam afirmativamente (“sim”). Para melhor ilustrar, abaixo relacionamos alguns depoimentos. O entrevistado 6: “Sim, sei que muitos dos colegas da primeira turma de que participei já estão trabalhando, inclusive meu marido teve a oportunidade de estagiar no próprio telecentro por ter se destacado na turma”. O entrevistado 5: “sim, um ex-aluno do telecentro atualmente é um dos nossos instrutores e recebe uma ajuda de custo pelas suas aulas”.

E a última questão do questionário 2 foi justamente para avaliar o conceito de inclusão digital em uma comunidade. Assim, diante das literaturas estudadas neste trabalho surge a idéia, de um modo geral, de que estamos emancipados parcialmente. Dessa forma, conclui-se que a cada apropriação efetiva das TIC avança o processo de inclusão e emancipação digital de cada ser humano. Isso depende unicamente de atender às suas reais necessidades, aos seus objetivos e à obtenção de conhecimentos no que se refere a sua sobrevivência na sociedade digital globalizada, bem como a seu crescimento pessoal e profissional. A seguir, as opiniões emitidas pelos entrevistados:

- ✓ O entrevistado 3: “para mim, é uma oportunidade de se atualizar e se situar no mundo, pois tudo é digital hoje em dia. Então, de uma forma ou de outra, todas as pessoas estão sendo incluídas mesmo sem saber. Através da TV digital, dos caixas eletrônicos do banco; enfim quem não se atualizar fica totalmente perdido no mundo de hoje”.

- ✓ O entrevistado 5 “Para mim, foi mais uma oportunidade dada através da ONG MULUNGU e de todos que contribuíram para que esse projeto de inclusão digital tivesse sucesso. E hoje estou preparado para incluir, através dos meus conhecimentos nesse campo, outras pessoas da comunidade”.
- ✓ O entrevistado 4: “É, estarmos aptos tanto para usar a Internet quanto para desenvolver funções relativas à área da informática”.

Constatamos com os resultados da pesquisa que a inclusão digital é a primeira porta para se alcançar a emancipação digital. No cenário pesquisado, com base nos relatos das questões abertas, observa-se o percurso e o desenvolvimento dos frequentadores diante do domínio com a tecnologia. Dessa forma, certificamos o percurso desses frequentadores da inclusão da emancipação digital.

(...) estou profundamente convencido de que permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligências a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais (...) (LÉVY, 1999. p. 208).

Finalmente, sendo o Telecentro Mulungu Digital o foco deste estudo de caso, este vem atuando no contexto da temática pesquisada, com perspectivas reais no que se refere à inclusão e à emancipação digital.

4.5.1 Proposta para conceituar emancipação digital

Neste entendimento, pode-se tentar conceituar a emancipação digital após todo o percurso desta pesquisa. A emancipação digital é apresentada pelos estudiosos como sendo a emancipação contida no conceito de democracia, isto é: o indivíduo inserido na sociedade, conforme consta na Constituição Federal – conceitos de democracia, cidadania e a emancipação digital, que direcionam o indivíduo para a emancipação de direito.

Sustentado por esse contexto, a emancipação digital pode ser conceituada nesta pesquisa como a oportunidade que uma pessoa recebe para ser capacitada com as tecnologias da informação e comunicação, utilizando-se da ferramenta computador como meio essencial

para o seu favorecimento, com perspectivas reais de trabalho, emprego e renda. Assim sendo, a pessoa já faz parte da inclusão digital. Por sua vez, estando incluída digitalmente e utilizando-se do computador a favor da sua empregabilidade, pode-se ratificar que houve a sua emancipação digital.

Podemos conceituar Emancipação Digital como sendo o domínio da tecnologia e do conhecimento para favorecer a sobrevivência de uma população e sua autonomia na conquista do seu trabalho, emprego e renda. Desse modo, os frequentadores dos telecentros estarão incluídos digitalmente e emancipados tecnologicamente para competir em iguais condições nessa área no mercado global. Assim sendo, a emancipação digital possui o conceito da emancipação de Direito, acrescida do domínio e do conhecimento da tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrevemos os objetivos e aspectos metodológicos da pesquisa, conceitos, programas e projetos amparados pelo Governo Federal, telecentros, tecendo uma síntese de nossa investigação teórica sobre a questão da inclusão digital, partindo do pressuposto de que não basta apenas favorecer o acesso às TIC, mas favorecer também a emancipação do homem enquanto ser ativo e produtivo. Foram abordados os processos e as ações de inclusão digital no Estado de Alagoas, com olhares para o panorama atual do tema estudado. Para isso, relatamos essa temática a partir do suporte de obras de vários autores, destacando as políticas e os programas do Governo Federal acerca do tema.

Relatamos os processos e as ações de inclusão digital no Estado de Alagoas, com ênfase no Município de Maceió. Apresentaram-se a identificação, descrição e fundamentação teórica das categorias selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Os telecentros no Brasil contribuem para o processo de inclusão digital e melhoria das condições de vida dos segmentos menos favorecidos da sociedade. De certa forma, a questão da inclusão digital está intimamente ligada à da emancipação digital, que direciona o indivíduo à igualdade social, incluindo-o no exercício pleno da cidadania. Assim sendo, o acesso à tecnologia dá oportunidades, nos dias atuais, ao indivíduo para inserir-se no mercado de trabalho. Desse modo, as TIC e o computador conectado à Internet são instrumentos de construção e de aprimoramento do conhecimento, permitindo o acesso à educação, ao trabalho, ao desenvolvimento pessoal e à melhoria da qualidade de vida.

Para os telecentros isso não deixa de ser um desafio, a fim de que esses espaços contribuam efetivamente na construção da sociedade da informação e do conhecimento, pois eles ainda não têm visibilidade suficiente das autoridades locais, bem como das comunidades, que desconhecem o seu poder de transformação no contexto da emancipação digital do cidadão.

Nesta pesquisa, durante as atividades vivenciadas no Telecentro Mulungu Digital e como servidora pública atuante na área de Tecnologia Educacional, foi verificado que os telecentros no Estado de Alagoas não se beneficiam em sua totalidade das políticas públicas advindas do Governo Federal, que facultam as TIC e os programas de inclusão digital para a

fomentação de espaços públicos de acesso aos meios digitais, os telecentros. Evidenciamos que em sua real proporção essas políticas não são aproveitadas no tocante à execução de projetos oferecidos de cunho nacional.

A inclusão digital é o caminho para se chegar à emancipação digital. Neste entendimento, podemos afirmar que favorecer e apoiar projetos de inclusão digital não se faz só com logística e com instalação de computadores, e tampouco com a Internet. É preciso apoiar os telecentros já existentes na sua sustentabilidade e proporcionar a ampliação desses espaços no favorecimento da cultura digital. De fato, a inclusão digital não é feita por máquinas e conectividade, mas essencialmente por pessoas e para o seu desenvolvimento e da comunidade em que vivem. Portanto, a tecnologia não pode ser percebida como um fim em si mesmo, mas, essencialmente, como um dos meios para a transformação pessoal e social.

Constatamos, neste estudo, que os frequentadores do Telecentro Mulungu Digital se consideram incluídos digitalmente, conforme a tabela 8. No entanto, apenas uma minoria encontra-se emancipada, conforme resultados do questionário dois.

Ao confrontarmos os resultados desta pesquisa com as bibliografias estudadas, podemos constatar que os telecentros são espaços que formam o indivíduo, ingressando-o na relação de trabalho, de emprego e renda. Os resultados apresentados evidenciam a informática e a Internet como ferramentas de domínio digital para os frequentadores dos telecentros. Assim, o que chamou atenção foi justamente que esse domínio digital forma o cidadão, contribuindo para a sua emancipação digital.

Diante das análises e, apesar de os entrevistados dessa pesquisa afirmarem que estão incluídos digitalmente, comprovamos que os resultados causaram surpresas quando se comparou o domínio digital com a prática da emancipação digital. Observamos claramente que o uso da Internet se deu com finalidades alheias aos interesses da coletividade. No ambiente dos telecentros, há espaços de acesso livre, gratuito e orientado, mas os frequentadores buscam mais o acesso pago nas *lan houses*.

Curiosamente, ainda cabe ressaltar que, em sua totalidade, os entrevistados dizem se sentir incluídos digitalmente por acharem que estar incluído digitalmente é acessar a Internet e jogar em *lan houses*. Inferimos como reflexão que o mundo das relações digitais não tem limites, pois as páginas de qualquer país podem ser acessadas em segundos. As informações que usam esse meio para ser veiculadas visam a uma maior abrangência de seu público, à economia de tempo e à facilidade para obtê-las. Quase todos os serviços podem ser

feitos pela Internet, em vez de termos de ir a cada estabelecimento para fazê-los e, por isso, diz-se que a Internet encurtou as distâncias. Fazem-se muito mais coisas em menos tempo. Dessa forma, qualquer aluno sem computador vê-se excluído da sociedade. Esse problema deve ser solucionado juntamente com a evolução para que mais pessoas se insiram nesse processo e daí em diante não fiquem excluídas do processo de inclusão digital. Essa nova perspectiva nas relações com o mundo gera a exclusão digital, já que alguns têm acesso a esse tipo de tecnologia e outros não.

A inclusão digital é o acesso às TIC, e está diretamente relacionado aos direitos básicos, à informação, à liberdade de opinião e expressão. A peça-chave da inclusão digital não é aprender a mexer no Word ou comprar um computador; antes disso, é preciso pensar de maneira digital. É o pensamento que converge para uma nova maneira de ver o mundo e de encarar a realidade. Viver excluído digitalmente é uma forma de estar excluído socialmente. Essa exclusão é desencadeada, assim como outros problemas socioeconômicos, por vários problemas; nesse caso, a má distribuição de poder e renda. As pessoas que possuem poder aquisitivo menor têm menos chances de comprar computadores e de ter acesso a essas informações. Num cenário onde as empresas e os governos migram informações e serviços para meios eletrônicos, o excluído digital passa a ter dificuldade de conhecer e de exercer seus direitos de cidadão. As tecnologias devem ser usadas para o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão.

Defendemos que a comunicação entre os jovens hoje deveria começar, por exemplo, em uma sala de aula, continuando na sala de bate-papo e terminando pelo celular. Essa facilidade de interagir tem um papel na transformação da comunicação dos jovens e em suas reais perspectivas de futuro. Na sociedade da informação, o conhecimento dita quem será mais bem-sucedido. O conhecimento e o acesso às TIC são sinônimos de qualidade de vida. Desse modo, os telecentros poderão ser espaços de transformação para as comunidades menos favorecidas.

Recomendamos que os telecentros sejam informados sobre a significância da inclusão e emancipação digital de seus frequentadores; também que os governantes sejam informados sobre a necessidade da criação de comunidades emancipadas digitalmente; e ainda que as escolas públicas utilizem os seus laboratórios de informática devidamente equipados com seus professores capacitados, o que poderá proporcionar um espaço rico de inclusão digital com resultados para a emancipação digital. Ainda vislumbramos, após os cursos

concluídos no Telecentro, que os alunos possam ser encaminhados através de parcerias para estágios em empresas e órgãos públicos e sejam orientados a constituir na comunidade uma associação para a promoção de Arranjos Produtivos Locais – APL.

Este estudo não esgotou todas as ideias pesquisadas. Espera-se que novos campos de estudos sigam esta linha de pensamento, para que se busque uma sociedade incluída e emancipada digitalmente.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A. **Políticas públicas e inclusão digital**. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006. São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Inclusão digital do professor: formação e prática pedagógica**. São Paulo: Articulação. 2004

ABONG-Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **CDI: como está a inclusão digital no Brasil**. 2007 Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em: 8 set. 2008.

BARBOSA FILHO, André. e CASTRO, Cosette. **A inclusão digital como forma de inclusão social**. São Paulo; Paulinas. 2005.

BARBOSA FILHO, André BARBOSA, CASTRO Cosette e TOME Takashi. (orgs.). **Mídias digitais: Convergência Tecnologia e Inclusão Social**. São Paulo: Paulinas. 2005.

CDI, Boletim Informativo do Comitê para Democratização da Informática. Ano 2 nº 12, Maio, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1. 2003.

CAZELOTO, Edílson. **Inclusão Digital: uma visão crítica**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DELGADILLO, Karin; GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. **Telecentros para qué: lecciones sobre telecentros comunitarios en América Latina y el Caribe**. Canadá: IDRC, 2002. Fundación Chasquinet. Somos@Telecentros. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org>>. Acesso em: 10 out. 2007.

DOWBOR, Ladislau,. **Tecnologia do conhecimento: os desafios da educação**. Disponível em: <http://www.dowbor.org> . Acesso em: 8 set. 2007.

EISENBERG. Jos,. CEPIK, Marco. **Internet e política**. In WILHELM, Antony. **A democracia dividida - a Internet e a participação - política nos Estados Unidos**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

FERNANDES, Celso. ABONG-Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **CDI: Como Está a Inclusão Digital no Brasil**. 2007 Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em: 8/9/2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**/Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. -3. Ed.-Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, A. M. (org.) **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo, Unesp, 2001
_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GUARNIERI, Fernando. **Avaliando os modelos de inclusão digital**. CONIP 2006.
Disponível em: http://www.conip.com.br/sp/2006/palestras/mineirao/28-06/fernando_guarnieri.pdf Acesso em: 20 nov. 2007

_____. USP, fev./2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2001.
Acesso em: 20 nov. 2007.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em Rede** – Cidade:Editora. 2006.

JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Domingo 29 de julho de 2007. Caderno D 2 e 3.
Reportagem com Luis Paulo Leopoldo Mercado. 2007.

HARRIS, Kevin. **Conferência internacional troca experiências de inclusão digital**. Artigo Governo Eletrônico. 2004. Acesso Jun 2008. Disponível em: www.governoeletronicogov.br/2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **www.ibge.gov.br**. Disponível em jan de 2008.
Acesso: jan de 2008.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia **IBICT apresenta o mapa da inclusão digital no Brasil** escrito em sábado 12 maio 2007 15:23
<http://inclusao.ibict.br>

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LITTO, Fredric. **Telecentros comunitários: uma resposta à exclusão digital**. *Aprendiz*, [S.l.: S.n.], [2001?]. Disponível em:
http://www.2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_litto/id211100.htm>. Acesso em: 10 jun. 2004.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Informática educativa: tecnologia da informação e comunicação na aprendizagem**. Maceió-AL: Q Gráfica 2004.

MENEZES, S. **O Logo e a formação de professores: o uso interdisciplinar do computador em educação**. São Paulo, USP, Escola de Comunicações e Artes, 1993. Dissertação de Mestrado.

Ministério da Ciência e Tecnologia-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Disponível em: <http://inclusao.ibict.br/index>. Acesso 21/11/2008.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo Eletrônico. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>. Acesso 21/11/2007
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto Computadores para Inclusão**.

Ministério do Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados –CAGED . Disponível em: <http://www.ministeriodotrabalho.gov.br>. Acesso 19/2/2009.

MORAES, M. C. **Novas tendências para o uso das tecnologias da informação na educação**. In: FAZENDA, I. et al. Interdisciplinaridade e novas tecnologias. Campo Grande, Ed.: UFMS, 1999, p. 121-154.

MOREIRA, Herivelto, CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PELLANDA, Nize M. C.; SCHLÜNZEN, Elisa T. M.; JUNIOR, Klaus S. (orgs.). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Presidência da República. Casa Brasil. Disponível em: <http://www.casabrasil.gov.br/index>.
Governo Federal. **Programas de Inclusão Digital**. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas> Acesso em 21 nov. 2007.

PRETTO, Nelson e BONILLA, Maria Helena. **Sociedade da informação: democratizar o quê?** 2001. Disponível em: www.faced.ufba Acesso em 1 mar. 2009.

_____. **Especial para o Jornal do Brasil –JB)**
[http://fotolog.terra.com.br/iconomia:50\(Gilson_Schwartz\)](http://fotolog.terra.com.br/iconomia:50(Gilson_Schwartz)). Acesso em 21 nov. 2008.

RAMOS, Marco Antônio Dantas. In Tânia Maria. **Políticas públicas e inclusão digital**. Artigo: O Impacto da Implantação do Centro de Políticas de Inclusão Sociodigital na região da Universidade Estadual da Bahia. Org. Salvador: EDUFBA, 2008.

SABOIA, João et al. **Brasil em desenvolvimento**, v.1: economia, tecnologia e competitividade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Gilson. **Educar para a emancipação digital**. 2005 Disponível em: http://www.aomestre.com.br/cyber/arquivo/cyber105_emanc_digital.htm. Acesso em 27 nov. 2007.

SCHWARTZ, Gilson. **Pesquisar para a emancipação digital**. 2007. Disponível em: <http://www.cua.uam.mx/dccd/cc/memorias/epist/GS.pdf>. Acesso em 28 out. 2007.

SILVA, Marco. (org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola. 2003-2006.
Com Ciência <http://www.comciencia.br/200406/reportagens/20.shtml>. 2006

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. CASSINO, João. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad - Brasil. Artigo Paulino Michelazzo (P.270), 2003.

_____. In HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas públicas e inclusão digital**. Artigo: - A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadia.Org. Salvador: EDUFBA, 2008.

SORJ, Bernardo. In GUEDES Luís Eduardo. **A luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. *brasil@povo.com* –, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em <http://www.socinfo.org.br/>.
Disponível em: www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/computadores-para-inclusao. Acesso em 13 fev. 2009.

TAPSCOTT, Don. **Geração digital**: A crescente e irreversível ascensão da geração Net;. São Paulo: Markron Books, 1999.

TIBIRIÇÁ, Beatriz. **Telecentros colaboram para a emancipação da sociedade**.
Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/telecentros-colaboram-para-a-emancipacao-das-comunidades>. Acesso em 13/ fev. 2009.

TURINO, Célio. **Telecentros colaboram para a emancipação das comunidades**.
Disponível: <http://www.serpro.gov.br/noticiasSERPRO/2008/agosto/>. Acesso: jun. 2009.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate.
Tradução Carlos Szlak São Paulo: Editora Senac, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA. 1ª edição – 2007. Realização Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA. Instituto Sangari. Ministério da Educação (MEC), p. 17.2007. Acesso em 11 dez. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Ed. 2ª, Porto Alegre, Bookman, 2001.

¹ <http://www.scribd.com/doc/3043912/Telecentros-Comunitarios-Parte-1>

¹ <http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/telecentros-colaboram-para-a-emancipacao-das-comunidades>

ANEXOS

Anexo 1: Instrumento de Pesquisa

DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL: UM RESGATE DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

***O Caso do Telecentro Mulungu Digital**

Eu, **Cynara Maria da Silva Santos**, aluna mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, linha de Pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação, convido você a participar de uma pesquisa com o título: DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL: UM RESGATE DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - *O Caso do Telecentro Mulungu Digital.

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para a diminuição dos altos índices de Exclusão Digital deste Município, através do estudo de caso e da identificação dos incluídos digitais e dos frequentadores do Telecentro Mulungu Digital. Vale lembrar que você não precisa colocar seu nome na pesquisa e, em caso de dúvida, fique à vontade para perguntar.

Participe! Sua contribuição é muito importante para sua comunidade, para a Cidade de Maceió e principalmente para a comunidade científica.

Muito obrigada por sua colaboração. Sua opinião é importante para nós!

Entrevistado:

Data: ____/____/____

Questionário N°.: _____

COMUNIDADE: _____

SITUAÇÃO OCUPACIONAL

1-Estuda?

() sim () não

2-Você é aluno de Escola da Rede de Ensino:

() Federal

() Municipal

() Estadual

() Particular

() Não Estuda

ESCOLARIDADE**3-Qual o seu grau de instrução?**

- ☐)Analfabeto
- ☐)Educação Infantil/Pré-escola
- ☐)Ensino Fundamental 1ª. ao 5ª ano.
- ☐)Ensino Fundamental 6ª. ao 9º ano.
- ☐)Ensino Médio
- ☐)Curso Profissionalizante
- ☐)Ensino Superior
- ☐)Pós-graduação
- ☐)Supletivo

4-Trabalha?

- ☐) sim ☐) não

5-Qual aproximadamente é a sua renda familiar?

(renda familiar é a soma de todos os rendimentos das pessoas que moram com você e pertencem a sua família – pai, mãe, irmãos, marido, mulher, avós, tios e sobrinhos)

- ☐) menos de 1 SM
- ☐) mais de 1SM e até 2 SM
- ☐) mais de 2 SM e até 4 SM
- ☐) mais de 4 SM e até 6 SM
- ☐) mais de 6 SM e até 8 SM
- ☐) mais de 8 SM e até 10 SM
- ☐) mais de 10 SM

6-Quantas pessoas formam a sua família?

- ☐) 2 ☐) 3 ☐) 4 ☐) 5 ☐) 6 ☐) 7 ☐) 8 ☐) 9 ☐) 10 ☐) mais de 10

7-Neste momento você:

- ☐) não está trabalhando e está procurando emprego
- ☐) não está trabalhando, mas não está procurando emprego
- ☐) está trabalhando e não está procurando um novo emprego
- ☐) está trabalhando e procurando um novo emprego

8- De que alternativa você se utiliza para sobreviver (ganhar dinheiro)?

- ☐) Conta com ajuda de familiares
- ☐) Conta com ajuda de amigos
- ☐) Faz “bicos”
- ☐) Vende objetos da sua própria residência ou pessoais para conseguir se manter
- ☐) Aceita todo tipo de negócio para garantir a sua sobrevivência
- ☐) Não faz nada

9-Por que acredita que está sem trabalho? Selecione até 2 alternativas que você considera que expliquem o seu caso.

- ☐ Não tenho experiência
- ☐ Não tenho estudo suficiente
- ☐ Tenho dificuldade em aprender
- ☐ Não há emprego disponível
- ☐ Não conheço pessoas que possam me ajudar a conseguir um trabalho
- ☐ Não sei como procurar
- ☐ Não sei por que não consigo emprego
- ☐ Não se aplica, pois tenho trabalho
- ☐ Outro_____

CONHECIMENTOS: INTERNET E INFORMÁTICA

10-Há quanto tempo você usa a Internet?

- ☐ menos de 3 meses
- ☐ mais de 3 meses até 6 meses
- ☐ mais de 6 meses até 1 ano
- ☐ mais de 1 ano até 2 anos
- ☐ mais de 2 anos
- ☐ não uso

11-Você já fez algum curso de informática?

- ☐ Básico
- ☐ Operador de Micro (IPD, Windows Word, Excel)
- ☐ Linguagem de Programação
- ☐ Linux
- ☐ Internet
- ☐ Nunca fiz nenhum curso
- ☐ Outros _____

12-Como você faz para ter acesso em sua comunidade a um computador?

- ☐ Em casa
- ☐ Casa de amigos
- ☐ Na Escola
- ☐ No trabalho
- ☐ Na Lan House
- ☐ No Telecentro

13-Você se sente um Incluído Digital?

Sim ☐

Não ☐

Por quê?_____

14 – Para você, é importante saber usar um computador?

Sim ()

Não ()

Por quê? _____

15—E navegar na Internet?

Sim ()

Não ()

Por quê? _____

16- Você possui um endereço virtual (*E-mail*)

Sim ()

Não ()

Por quê? _____

17- Acha importante possuir um *E-mail*?

Sim ()

Não ()

Por quê? _____

18- Quais as atividades que você realiza no computador?

() Pesquisas escolares

() Orkut

() Jogos

() Bate-papo

() Diversão

() Consulta de *E-mail*

() Compras

() Cursos *on-line*

☐ Notícias

☐ Outros _____

19- Para ter acesso à Internet você utiliza mais:

☐ Lan House

☐ Telecentro

☐ Laboratório de Informática da Escola

☐ O trabalho

☐ Outros _____

DIVERSÃO

20- Quais as suas atividades de lazer?

☐ Cinema

☐ Teatro

☐ Shows de musicais

☐ Pagode

☐ Futebol

☐ Lan House

☐ Telecentro

21- Nas suas horas vagas, costuma realizar quais atividades?

☐ Ler (jornais, livros, revistas)

☐ Visitar amigos

☐ Ficar conversando com grupos de amigos

☐ Acessar a Internet

☐ Jogar no Computador

☐ Jogar Bola

- ☐ Praticar Esportes
- ☐ Jogar (Dama, Xadrez ou Dominó)
- ☐ Jogos de Azar (Jogo do Bicho, Bingo, Loteria, Mega- Sena, Raspadinha)
- ☐ Outros_____

22- O que acha que mais necessita em sua comunidade?

- ☐ Escolas
- ☐ Segurança Pública
- ☐ Ambiente de lazer e diversão
- ☐ Posto de Saúde
- ☐ Projetos Sociais
- ☐ Telecentro
- ☐ Escolas com laboratórios de Informática
- ☐ Cursos Gratuitos
- ☐ Ofertas de emprego
- ☐ Asfalto e viadutos
- ☐ Iluminação
- ☐ Outros_____

23- Quando você não está no Telecentro, o que costuma fazer?

- ☐ Não faço nada
- ☐ O Telecentro é a única forma de distração
- ☐ Vou para a rua
- ☐ Converso com amigos
- ☐ Outros_____

Muito obrigada por sua participação!

Anexo 2: Instrumento de Pesquisa

QUESTIONÁRIO 2

DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL: UM RESGATE DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

*O Caso do Telecentro Mulungu Digital

Caro Freqüentador/Aluno (a)

O questionário abaixo faz parte de um estudo em que eu, **Cynara Maria da Silva Santos**, aluna mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, linha de Pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação, convido você a participar de uma pesquisa com o título: DA INCLUSÃO À EMANCIPAÇÃO DIGITAL: UM RESGATE DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ - *O Caso do Telecentro Mulungu Digital.

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para a diminuição dos altos índices de Exclusão Digital deste Município, através do estudo de caso e da identificação dos incluídos digitais e dos frequentadores do Telecentro Mulungu Digital. Em caso de dúvida, fique à vontade para perguntar.

Agradeço antecipadamente sua valiosa colaboração!

1-Você utiliza o computador de forma segura, com domínio de suas ferramentas?

- () Sim
- () Não
- () Em Parte
- () Não Optou

Por quê?

.....

2- Para a sua vida pessoal, quais foram as contribuições oferecidas após a conclusão dos cursos no Telecentro Mulungu Digital?

.....

3- Após o curso, como você se sente socialmente?

.....
.....

4- Os cursos oferecidos pelo Telecentro Mulungu Digital favoreceram o seu ingresso no mercado de trabalho?

- () Sim
- () Não
- () Em Parte
- () Não Optou

Por quê?

.....
.....

5- Você conhece alguém que está trabalhando após os cursos?

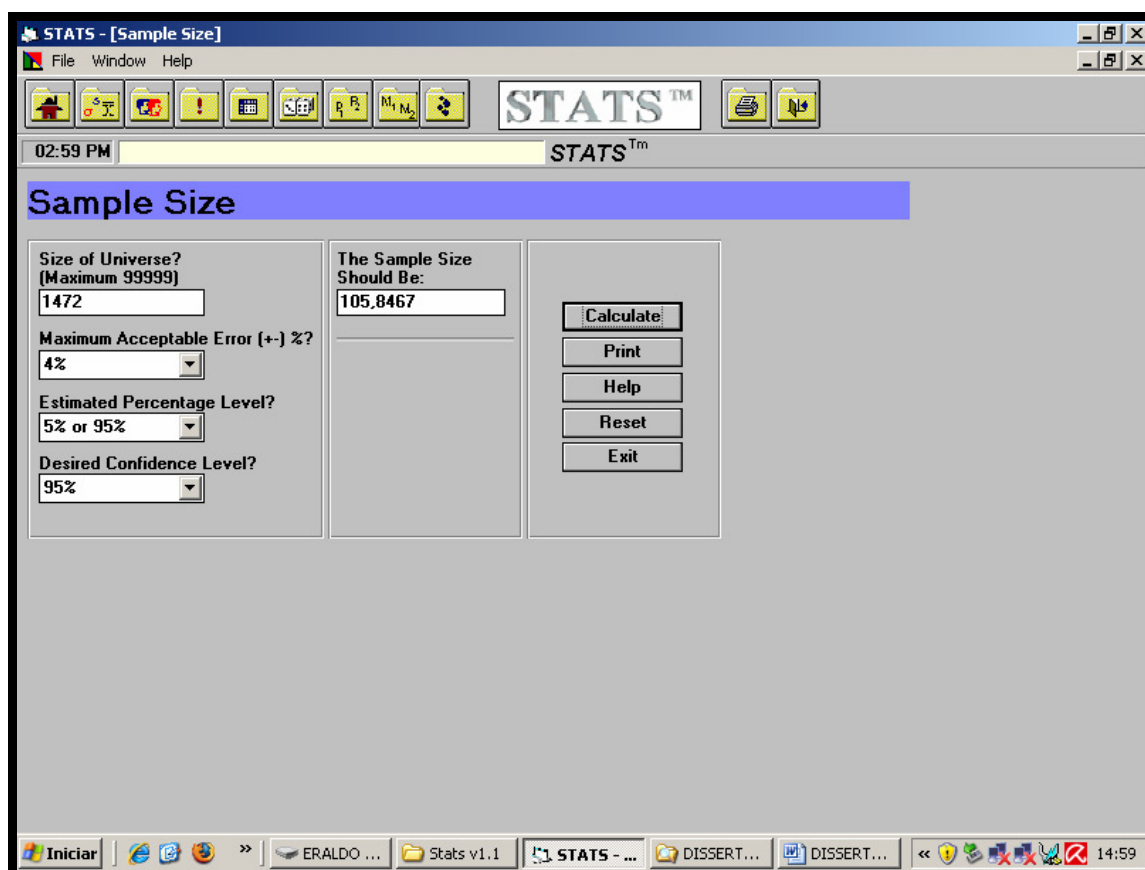
.....
.....
.....

6- Para você o que é Inclusão Digital?

.....
.....
.....

Anexo 3: Amostra visual da tela inicial do *Software* Estatístico STATS.

Software utilizado para cálculo da Amostra da Pesquisa:



Anexo 4: Fotos do Telecentro Mulungu Digital em vários momentos:



**Alunos do Telecentro –Turma de Informática
Básica para Educação de Jovens e Adultos –
EJA 2006**



**Alunos do Telecentro –Turma
Informática Educacional 2007**



**Entrega de Certificados aos alunos 2007-
Informática Básica-Auditório da DRT**

Fotos de Cynara: - Proferindo Palestra sobre Inclusão Digital no Telecentro, na conclusão e entrega de certificados de mais uma turma do curso de Informática Básica. Fevereiro de 2009.



**Anexo 5: Amostra do Certificado/Conteúdo programático do curso
de Informática Básica-**

Frente/Verso



1º Módulo: Introdução a Informática e sistema operacional - Debian	3º Módulo: (OpenOffice.org Calc) Planilha de calculo
1- Boas vindas e dinâmica, (o que é o curso? Quais as perspectivas para o curso?) 2- O que é o computador e para que serve, regras do laboratório 3- Parte física do computador: dispositivos de entrada e saída de dados 4- Ligando e desligando o computador, conhecendo a área de trabalho 5- O que é Sistema Operacional e o que é o Debian 6- Itens da barra de menu e arquivo 7- Jogando (Uso do mouse) 8- Abrindo um aplicativo e fechando 9- Desenhando 10- Abrindo e salvando arquivo	1- Como fazer para entrar no menu planilha 2- Conhecer as barras de ferramentas da planilha. 3- Conhecendo uma planilha (colunas e linhas). 4- Criando e ordenando uma lista de compras 5- Somando termos de uma lista. 6- Comprando uma quantidade. 7- Obtendo descontos. 8- Nossas despesas (luz, água, telefone, compras etc...) 9- Formatando uma planilha.
2º Módulo: (OpenOffice.org writer) Processador de texto	4º Módulo: (OpenOffice.org Impress) Elaboração de Apresentações
1- Conhecer a área de edição e teclado 2- Digitar palavras com acentuação 3- Formar frases com palavras dadas e posteriormente formação de textos 4- Destacando palavras de um texto (Negrito, Itálico e Sublinhado) 5- Aprender a utilizar o tamanho das fontes de letras e da pagina 6- Utilizar os ícones de formatação de texto (diagonal esquerda e direita, centralizar e alinhar). 7- Aprender a copiar e colar 8- Criar pastas e novo documento em branco. 9- Criando uma capa, cabeçalho e rodapé. 10- Criando tabela 11- Criando um currículo. 12- Salvar em disquete, meus documentos ou área de trabalho 13- Visualizar impressão.	1. Como entrar 2. Criando uma apresentação em branco 3. Designe do slide 4. Inserir e remover slide 5. Inserir e remover slide
	5º Módulo: (Internet)
	1. O que é Internet? E para que serve? 2. O navegador de Internet, o que são sites? 3. Acessando uma pagina e seus links 4. Sites de busca (pesquisa). 5. O que é um E-mail e como ter um? 6. Criando um E-mail 7. Enviando e recebendo uma mensagem

Estudante _____

Carga Horária: 40 horas